



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

"MEDIRÃO A SUA IMPORTÂNCIA PELO NÚMERO DE SOLDADOS": a
arregimentação de homens negros para a Guerra do Paraguai (Paraíba, 1864-1870)

JOSILENE PEREIRA PACHECO

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Pereira da Rocha
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa/PB
2019

JOSILENE PEREIRA PACHECO

"MEDIRÃO A SUA IMPORTÂNCIA PELO NÚMERO DE SOLDADOS": a
arregimentação de homens negros para a Guerra do Paraguai (Paraíba, 1864-1870)

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História no Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestra em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica, na Linha de pesquisa em História e Regionalidades

Orientadora: Profa Dra Solange Pereira da Rocha
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa-PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P116m Pacheco, Josilene Pereira.

"MEDIRÃO A SUA IMPORTÂNCIA PELO NÚMERO DE SOLDADOS": a
arregimentação de homens negros para a Guerra do
Paraguai (Paraíba, 1864-1870) / Josilene Pereira
Pacheco. - João Pessoa, 2019.
143 f. : il.

Orientação: Solange Pereira da Rocha.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCLHA.

1. Soldados Negros. 2. Recrutamento. 3. Guerra do
Paraguai (1864-1870). 4. Paraíba do Norte. I. Rocha,
Solange Pereira da. II. Título.

UFPB/CCHLA

JOSILENE PEREIRA PACHECO

“MEDIRÃO A SUA IMPORTÂNCIA PELO NÚMERO DE SOLDADOS”; a
arregimentação de homens negros para a Guerra do Paraguai (Paraíba, 1864-1870)

Dissertação de Mestrado avaliada em 16 de maio de 2019 com conceito APROVADO

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Solange Pereira da Rocha
Programa de Pós-Graduação em História/UFPB
Orientadora e Presidente da Banca

Prof. Dra. Maria Emília Vasconcelos dos Santos
Programa de Pós-Graduação em História/UFRPE
Examinadora Externa



Prof. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História/UFPB
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a sociedade brasileira, que através da conversão dos seus impostos em recursos para a educação, possibilitou a Capes fornecer uma bolsa de incentivo que propiciou o desenvolvimento dessa pesquisa, a ambas, obrigada.

Outo agradecimento vai para os acervos que visitei, extensivo também aos seus funcionários, Seu Pedro do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, Ricardo Grisi, do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, Maria das Graças Lins Antes (Graça), do Arquivo Maurílio de Almeida, em especial para essa última pela amizade e carinho com os quais sempre me tratou.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPB) e ao funcionário Geraldo Neves Gomes Junior, que sempre auxiliou com muita gentileza e paciência no bom andamento dos processos e das atividades administrativas.

Aos amigos que fiz ao longo da trajetória acadêmica, Lesleyanne Rodrigues, Anicleide de Sousa, Sara Kelly de Sousa Silva, Wuendisy Fortunato, Lucian Sousa da Silva, obrigada pelos cafés, as dicas de pesquisa e acervos para consulta, das conversas animadas e debates. Vocês permitiram que a minha passagem pelo mestrado fosse mais alegre e sensível.

A orientadora, professora Solange Pereira da Rocha que me acompanha desde a graduação, corrigindo, debatendo e auxiliando nos caminhos da pesquisa. Sou grata pelo apoio em todos esses anos, não tenho palavras para agradecer seu empenho e dedicação.

As professoras leitoras e colaboradoras, Maria da Vitória Barbosa Lima, Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, Maria Emília Vasconcelos dos Santos, pelas leituras atentas, dicas bibliográficas e de acervos para consulta.

À minha família (pai e mãe), que sempre me incentivou a seguir estudando e nunca parar de tentar. Reconheço o esforço para que eu pudesse chegar até aqui. Sei das dificuldades ultrapassadas para que fosse possível concluir mais essa etapa, e “ter o que vocês não tiveram”. Principalmente para minha mãe, sendo eu a primeira pessoa em sua família que tem um diploma de ensino superior.

Por último, agradeço a uma pessoa muito querida, Deise Silva Sousa, obrigada pelas indicações de correção no texto, pela disponibilidade e finalmente, por todo o apoio.

RESUMO

Este trabalho abordou o recrutamento de homens/soldados negros da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Para tanto, utilizamos documentos produzidos por órgãos político-administrativos com tipologias variadas, como ofícios de Câmaras Municipais, listas de recrutamento/alistamento, cartas oficiais e Relatórios de Presidente de Província, notícias de periódicos, Circulares dos Ministérios da Guerra, Justiça e Negócios Estrangeiros e da Secretária de Polícia e Registros Paroquiais; que articulamos com a historiografia para fundamentar o desenvolvimento da nossa pesquisa, tendo como aporte teórico a história social e a “nova” história militar. Ademais, foi possível investigar as formas de comunicação e as interações entre as autoridades provinciais, seus comandados e as ordens centrais, determinadas pelos Ministérios encarregados de organizar a Guerra do Paraguai, cujo propósito foi de conhecer as motivações e discursos sobre o referido conflito bélico e as repercussões na sociedade oitocentista, a exemplo do envolvimento de uma significativa parcela de homens negros que foram recrutados, principalmente, provenientes de cárceres, para servir no chamado “contingente de guerra”, ou seja, eles formaram parte das tropas que foram enviadas nos vapores, para lutar em território paraguaio. Estes homens, todavia, não foram seres passivos. Eles conseguiram estabelecer novas conexões e inserções sociais (para os negros livres e libertos) e mudança de condição jurídica (de cativo para liberto). Entre os resultados, destacamos a identificação de um período marcado por um “laboratório” de experiências sociais para os homens/soldados negros, que integravam uma rede hierárquica, baseada em trocas de favores e concessões, sendo que estes criaram estratégias de sobrevivência ao recrutamento em tempo de guerra. Outro ponto importante do estudo refere-se à questão da cor/raça e condição jurídica desses sujeitos sociais, ora, disponíveis nas fontes; ora, predomina um “silêncio”. Entretanto, a partir de diversos documentos, conseguimos elaborar algumas trajetórias pessoais desses indivíduos. Enfim, as análises sobre os homens/soldados negros, no contexto da Guerra do Paraguai, foram cruciais para entender as particularidades das negociações e dos conflitos desses sujeitos com as autoridades militares e os poderes administrativos locais e centrais. Cabe salientar, ainda, que esta pesquisa foi realizada na Linha de Pesquisa: História e Regionalidades do Programa de Pós-graduação em História, na Universidade Federal da Paraíba.

Palavras-Chave: Soldados Negros. Recrutamento. Guerra do Paraguai (1864-1870). Paraíba do Norte.

RESUMEN

Este trabajo Este documento abordó el reclutamiento de hombres / soldados negros de Paraíba durante la Guerra de Paraguay (1864-1870). Para este fin, utilizamos documentos producidos por organismos político-administrativos con diferentes tipologías, como cartas del Ayuntamiento, listas de reclutamiento / alistamiento, cartas oficiales e informes del Presidente de la Provincia, noticias de revistas, el Ministerio de Guerra, la Justicia y las Circulares de Asuntos Exteriores. y el Secretario de Registros de Policía y Parroquia; que articulamos con historiografía para apoyar el desarrollo de nuestra investigación, teniendo como base teórica la historia social y la "nueva" historia militar. Además, fue posible investigar las formas de comunicación e interacción entre las autoridades provinciales, sus comandantes y las órdenes centrales, determinadas por los Ministerios a cargo de organizar la Guerra paraguaya, cuyo propósito era conocer las motivaciones y discursos sobre el conflicto de guerra mencionado anteriormente. Las repercusiones en la sociedad del siglo XIX, como la participación de una porción significativa de hombres negros que fueron reclutados principalmente de las cárceles, para servir en el llamado "contingente de guerra", es decir, formaban parte de las tropas enviadas en los vapores, para luchar en territorio paraguayo. Estos hombres, sin embargo, no eran seres pasivos. Pudieron establecer nuevas conexiones e inserciones sociales (para negros libres y libres) y un cambio en el estado legal (de cautivo a libre). Entre los resultados, destacamos la identificación de un período marcado por un "laboratorio" de experiencias sociales para hombres / soldados negros, que formaban parte de una red jerárquica, basada en intercambios de favores y concesiones, que crearon estrategias para sobrevivir al reclutamiento de negros. tiempo de guerra Otro punto importante del estudio se refiere a la cuestión del color / raza y el estatus legal de estos sujetos sociales, a veces disponibles en las fuentes; Ahora, predomina un "silencio". Sin embargo, a partir de varios documentos, logramos elaborar algunas trayectorias personales de estos individuos. Finalmente, los análisis de hombres / soldados negros en el contexto de la Guerra paraguaya fueron cruciales para comprender las particularidades de sus negociaciones y conflictos con las autoridades militares y los poderes administrativos locales y centrales. Cabe señalar también que esta investigación se realizó en la Línea de Investigación: Historia y Regionalidades del Programa de Posgrado en Historia, en la Universidad Federal de Paraíba.

Palabras Clave: Soldados Negros; contratación; Guerra de Paraguay (1864-1870); Paraíba del Norte.

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Número dos Recrutados do Exército, Guardas Nacionais, Voluntários da Pátria e Engajados nas Províncias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará (1864-1870)	38
TABELA II – Contingentes da Província da Paraíba do Norte por categoria militar enviados para a Guerra do Paraguai (1864-1870)	88
TABELA III – Libertos que assentaram praça entre os anos de 1866-1867	91
TABELA IV – Libertos por Província que Assentaram Praça desde o começo da Guerra do Paraguai até o ano de 1868	95

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Divisão das Patentes do Corpo de Polícia da Província da Paraíba do Norte no Século XIX	38
QUADRO II – Relação dos voluntários do Exército que foram inspecionados d'ordem do S. Exo o Sen. Presidente da Província da Paraíba em 15 de abril de 1867	73
QUADRO III – Relação das Mulheres da Província da Paraíba do Norte que doaram para a Guerra do Paraguai (1865-1866)	83
QUADRO IV – Relação dos indivíduos capturados para o Recrutamento em 1868 .	102
QUADRO V – Lista dos Recrutados por Estado Civil, Idade e Aptidão para Guerra do Paraguai (1868)	105
QUADRO VI – Relação dos Recrutas Libertos (1867)	116

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Profissões que mais contribuíram com a urgências do Estado na Província da Paraíba do Norte durante a Guerra do Paraguai (1865-1866).....	78
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE EM FOCO: o cotidiano em face ao desenrolar da Guerra do Paraguai	28
1.1 Os Soldados no Oitocentos e o “Fardo Militar”	34
1.1.1 O Exército Brasileiro	34
1.1.2 Guarda Nacional	36
1.1.3 Corpo de Polícia	37
1.2 Opressões Cotidianas: os miliares paraibanos em meio aos lugares vivenciados, e os espaços praticados	42
2. “THEATRO DE GUERRA”: o envolvimento dos paraibanos na Guerra do Paraguai	59
2.1 Revela-se o “Theatro de Guerra”	65
2.2 Entre discursos e doações: a campanha dos Voluntários da Pátria	72
2.2.1 Préstimos Particulares na Província da Paraíba; “Doando-se” para as “urgências do Estado”	77
2.2.2 Mulheres de Guerra: As doações das paraibanas para a Guerra do Paragua	80
2.2.3 A arregimentação de homens para servir na Guerra do Paraguai ...	86
2.2.4 Libertos doados para o Recrutamento	90
3. MANTENDO A ORDEM E GUARNECENDO AS FILEIRAS: Homens Negros Recrutados para a Guerra do Paraguai	94
3.1 O “Sacrifício Patriótico” da Província da Paraíba do Norte: as formas de ingresso e origens dos homens negros recrutados para os contingentes da Guerra do Paraguai	101
3.2 Tropas em marcha: perfil dos homens recrutados para Guerra do Paraguai	103
3.3. As condições de saúde dos homens durante a Guerra do Paraguai	111
3.4 Arregimentados a Servir: Homens Negros Paraibanos recrutados no Contingente de Guerra	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

Analisar a trajetória de alguns indivíduos, almejando compor um quadro que permita enveredar essencialmente pelas reminiscências de padrões e sistemas característicos, não só a essa particularidade, sobretudo, que compõe um modo de pensar e atuar perante uma sociedade. Sendo que apreendemos que a conformação social também determina padrões específicos de representação e comportamento dos sujeitos, sugerindo um exercício complexo de análise das fontes que podem vir a ser utilizadas, especificamente, quando nos referimos a alguns sujeitos, principalmente aqueles que se encontram submetidos a conjuntos de regras e percepções degradantes dentro do ordenamento social.

Nesse sentido, os sujeitos sociais com os quais trabalhamos nessa pesquisa, encontravam-se, segundo a lógica do século XIX, inferiorizados e submetidos à hierarquia escravista, colocando-os em suspeição¹ – tanto no tocante a condição jurídica quanto no que se referia a sua índole –, estes esbarravam sempre no cativeiro, apartados, conforme esse fundamento, da liberdade e da possibilidade de alteração de sua condição social.

Ser recrutado no Oitocentos, era, na maior parte dos casos um castigo infligido aos transgressores da lei. Ressaltamos, portanto, que a condução oferecida pelas autoridades para manter a ordem e controlar a população pobre, em sua maioria negra – livre, liberta e escravizada –, voltava-se para fiscalização e punição, principalmente, nos casos de conturbação pública, como indicam os documentos produzidos pela secretaria de polícia provincial, nos quais observamos homens e mulheres negros sendo acusados de bebedeira, jogatina, cantoria e etc., em horários considerados impróprios pelas autoridades provinciais.

Consequentemente, fazia parte dos meandros de controle imperial, a produção de um discurso destacando a perniciosidade dessa população, seus comportamentos desajustados e criminosos, apresentando, por conseguinte, urgência em civilizá-los.

Adentrar a esta seara de discussão em torno do recrutamento para Guerra do Paraguai, contrapondo esses discursos, destacando as estratégias, em ambos os lados, e os interesses por trás dessas falas e comportamentos, foi o que objetivamos. Para tanto,

¹ Para saber mais, consultar: CHALHOUB, Sidney. Costumes Senhoriais. In: _____ **Trabalhadores na Cidade:** cotidiano e cultural no Rio de Janeiro e em São Paulo, Séculos XIX e XX. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p.24-62.

fizemos uso de fontes criminais, em sua maioria ofícios das cadeias públicas, produzidas e veiculadas pelas autoridades provinciais sobre os crimes ocorridos na província e os possíveis encaminhamentos para seus executores.

Ao analisarmos as fontes da administração pública, não esperávamos encontrar uma concentração robusta sobre a população negra (que negativavam, tampouco positivavam suas ações), a julgar por seu lugar de subordinação, a estranheza baseou-se justamente na abundância de fontes que destacavam as ações dos sujeitos negros em situações delituosas. A respeito dos meandros dos documentos, afirma Giovanni Levi:

Os historiadores devem ter muitíssima fantasia porque têm um inimigo escondido fundamental: os documentos, que sempre são falsos, por dois motivos. Primeiro, os documentos sempre são parciais. Também, se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos — um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade. Sempre! A segunda razão é que os documentos se produzem quando há ação e decisão; caso contrário, por que fazê-los? Todos os documentos notariais — que são a fonte mais interessante para os historiadores — estão situados em ação e decisão. Fazemos testamento, dote, compra e venda empréstimos, coisas que são ações, mas falta muita coisa. É importante para o historiador e sua fantasia ler as entrelinhas do documento. (LEVI, 2014, p.10)

Levando em consideração as reflexões de Levi (2014), a leitura dos documentos criminais também pode ser feita visando às possibilidades interpretativas. A expressividade de fontes que acentuavam os crimes e comportamentos transgressores poderiam levar a uma compreensão determinada sobre a conduta dos homens e mulheres negros, atribuindo coerência aos discursos das autoridades provinciais. Contudo, para o historiador que se debruça nas análises de fontes, a necessidade de inquirir as camadas discursivas presentes nos documentos torna-se imprescindível para o andamento das análises.

[...] a partir do estudo de fontes até agora pouco utilizadas, como contratos notariais, atos de jurisdição civil e criminal, cadastros, *parlamenti*, registros contábeis, atos privados que remetem a fontes “centrais” de caráter judiciário, contábil, fiscal, político, censitário. Cada informação exprime um dado ou, mais frequentemente, uma relação. Existe assim a possibilidade de reconstruir histórias de família e, às vezes, por alguma feliz coincidência de fontes, histórias individuais suficientemente ricas — típicas ou excepcionais —, sendo ainda possível pôr em relevo relações interindividuais contínuas, isto é, estruturadas (por exemplo, relações de débito/crédito). (GRENDI, 2009, p.23)

A compreensão proveniente das trocas dos interesses, às vezes imperceptíveis entre os indivíduos, permiti-nos aprofundar a percepção sobre o sistema, no qual estão

inseridos e as bases para manutenção do mesmo. Destarte, ao (re)indagar as fontes criminais, justapondo os sujeitos e as instituições que fazem parte, compreendemos a necessidade discursiva, no tocante a analisar o lugar da criminalidade para manutenção da ordem imperial, controle populacional e manutenção da escravidão mesmo para indivíduos livres.

A violência é apontada como a base de conservação da ordem social e, ao mesmo tempo, como a forma de ruptura dessa mesma ordem. Atos criminais cometidos por escravos são considerados atos de resistência a condição escrava e compreendidos como parte da luta coletiva contra a escravidão. Foi o estudo dessa resistência que nos proporcionou trabalhos sobre crimes cometidos por escravos em diferentes períodos e regiões do país. Todos estão cientes, todavia, da dificuldade em lidar com informações incompletas. Nesse sentido, pode ser muito interessante comparar alguns dados e conclusões obtidos em fontes e regiões diversas do país por alguns pesquisadores. (BRETAS, 1991, p.50)

Apesar da citação referir-se aos escravizados, pesando a manutenção da escravidão, compreendemos que ao analisar as fontes criminais sobre os homens negros livres, está também resguarda importante compreensão sobre o lugar ocupado por esses indivíduos. Avaliando todos esses pontos, quando nos voltamos para a particularidade provincial, na tentativa de apreender como essas relações ocorriam na prática, e especialmente, quais as, reações a esse ordenamento, é que adentramos ao nosso objeto de pesquisa, sendo, os militares negros.

Efetivamente, nas fontes criminais, existem inúmeros relatos sobre casos de furto, perturbação e agressão, demandados por homens negros. As autoridades provinciais, por sua vez, eram as responsáveis por definir os destinos desses sujeitos citados em “dívida” com a sociedade, geralmente, a máxima girava em torno do aprisionamento e recrutamento. Á vista disso, um dito criminoso, tornava-se soldado.

Contudo, uma das justificativas para recrutá-los que era manter a ordem pública, tornou-se na nossa compreensão, algo dúbio e consideravelmente interessante. Se um indivíduo é colocado na documentação como o que poderíamos classificar de desajustado, tendendo a delitos, como seria possível esse mesmo indivíduo manter a ordem, que ele mesmo perturbava? Essa lógica é problemática, entretanto, a concepção resguardada nas prisões e na arregimentação explica o comportamento e discursos provenientes desses tipos de fonte.

Como já mencionamos, as pretensões discursivas dessas autoridades fundamentavam-se em três interesses, civilizar, manter a ordem pública e perpetuar o

controle. Aplicando de forma prática essas diretrizes aos militares negros presos e alocados nas corporações militares, além de mantê-los na “linha”, a sua permanência na caserna alimentava o desejo em torno da prestação de serviços compulsórios que a elite despendia as camadas populares. Sendo que essa elite não demonstrava pretensões de prestar serviços como soldados.

Desonerados de suas atividades militares cotidianas, todavia, gozando dos benefícios de uma patente, essa elite inclinada à formação das clientelas, adequava-se as articulações provenientes do encadeamento dessas interações sociais. Destarte, os homens negros, também participavam ativamente desse jogo de interesses, negociando e resistindo as determinações locais e imperiais. De modo que as corporações militares (Exército, Guarda Nacional e os Corpos de Polícia) funcionavam de modo a preencher esses interesses, que tanto partiam das elites quanto da população livre pobre e negra.

Ponderando sobre esta pesquisa, e com o aprofundamento da discussão acerca da atuação dos negros militares, é possível refletir sobre a conceituação aplicada para definir a trajetória desses sujeitos sociais no século XIX. Apreendemos, portanto, que o comportamento desses homens imbricados em uma sociedade patriarcal, escravista e hierarquizada, que os dispunha em atividades laborais extenuantes e lugares sociais de exclusão, não os impossibilitava de tentar galgar espaços tidos como melhores e mais brandos, protegendo a si e a outros de mesma (ou não), condição social e jurídica.

Articulando-se e negociando espaços de vivência e atuação, proporciona entender a complexidade de experiências que poderiam existir no interior dessa sociedade oitocentista. Contudo, pensar essas trajetórias diversificadas (plurais), é também exercitar aquilo que de comum (genérico) que tem em cada uma, trazendo para a narrativa histórica o elemento de coesão entre esses indivíduos e a sociedade na qual estavam inseridos.

Sendo assim, ao analisar o conceito de experiência trabalhado, cunhado por E.P. Thompson, destacando o debate trazido pela história social, acerca da complexidade polissêmica na qual este se insere. E considerando, a necessidade para compreensão da sociedade e de seus integrantes, a partir da articulação entre autores, que, todavia, resguarda limitações acerca da complexidade expressa pelas diversas sobreposições existentes em um mesmo momento e/ou grupos sociais. Entende-se que, embora, ínfima e relegada a uma visão restrita de um dado evento/momento a análise histórica a partir da relação entre os conceitos aqui utilizados e a história social torna inteligível a atuação humana compartilhada.

Pensando o conceito de experiência, como proposto por Thompson, compreendemos que o entendimento do autor vai de encontro a um dinamismo apresentado pelas relações estabelecidas entre os indivíduos, seria a experiência vivenciada de forma problematizada e consciente pelos sujeitos, que garantiria ao historiador o entendimento dos eventos históricos. Como afirma E. P. Thompson “a experiência não surge sem pensamento porque os homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (THOMPSON, 1981, p.16 *apud* TOLEDO, 2013, s/p).

A viabilização dessa leitura a partir dos conceitos, principalmente o de experiência, que possibilita a representação da heterogeneidade das experiências em sociedade, propiciando (re)pensar as formas pelas quais, será construída a narrativa histórica. Evidenciando, nesse sentido, a análise acerca da utilização criteriosa dos conceitos o que contribui para fundamentar a narrativa histórica, assim como, uma crítica metodológica a aplicação das fontes e aproximação com outras áreas do conhecimento, dentre elas a Sociologia e Antropologia.

Ademais, acrescenta-se a essa discussão as problemáticas levantadas por Henrique Espada Lima (2006) ao discutir as questões advindas da microanálise debatida pela historiografia italiana, principalmente aquela ligada aos *Quaderni Storici* (e que depois, reverberaria para a chamada micro-história, metodologia que nos dias atuais, está relacionado à história cultural). Discussões estas que incidiram na percepção de Thompson e outros autores, ligados ao que conhecemos por História Social.

Evidenciando as propostas de análises provenientes das abordagens metodológicas das fontes seriais, acerca dos costumes e modos de fazer/viver, nesse caso, das culturas camponesas. [...] o acesso a um mundo de ideias e crenças que não havia deixado nenhum documento escrito, nenhum texto direto, isto é, nenhuma daquelas fontes que costumam ser o recurso mais usual da pesquisa histórica (LIMA, 2006, p. 95).

Para tanto, seria necessário buscar outros tipos de fontes, e repensar as formas de abordagens, tanto para os documentos históricos já conhecidas, quanto para as que estavam sendo introduzidas, logo, as seriais². Destacando a contribuição com outras

² BARROS (2012, p. 147) afirma sobre as fontes seriais [...] podem ser definidas como aquelas que se apresentam constituindo um todo (uma “série”) sendo necessário, para tal, alguns requisitos: devem ser, antes de mais nada, homogêneas; em segundo lugar, é preciso que a série se apresente como uma continuidade, e não como um grande conjunto de pontos com lacunas de tempo.

áreas do conhecimento (dentre elas a Antropologia, Sociologia, Psicologia, etc.), para a compreensão dos comportamentos individuais e coletivos. De fato:

Diante da opacidade que as culturas camponesas do Antigo Regime ofereciam ao historiador, era preciso voltar-se para as marcas residuais que elas haviam deixado: sejam os traços da cultura material, sejam os indícios indiretos que fontes seriais produziram sobre o seu comportamento demográfico e econômico, sejam os seus discursos “traduzidos” nas fontes criminais e inquisitoriais. Os limites da indagação histórica tradicional reforçavam ainda mais a aproximação com a antropologia (LIMA, 2006, p.95-96).

Depreende-se que essa mudança em termo de abordagens metodológicas, ocorreu por uma necessidade originária dos debates relativos aos objetos e indivíduos a serem pesquisados pelos historiadores. A alteração na análise dos estudiosos, voltando-se para os “de baixo”, continuava produzindo um conjunto importante de discussões e experiências por muitos lugares, desde o fim da década de 1960 e no correr da década seguinte (LIMA, 2006, p. 101).

Porquanto, essa pesquisa se coloca em meio a esses debates na tentativa de ressaltar a experiência dos “de baixo”, sem tampouco perder de vista, sua relação com as elites e as instituições de poder. Esses debates, derivados da formação da classe operária inglesa, auxiliam a pensar sobre a atuação das camadas populares postas à margem social.

Todavia, esses indivíduos não se encontram engessados nessas posições, portanto, “a experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheiras, desemprego, inflação, genocídio” (THOMPSON, 1981, p.17)

Neste sentido, se concebe como importante analisar a posição dos homens negros militares no século XIX, colocados no limiar social, sua atuação durante muito tempo foi desconsiderada pela historiografia dita tradicional e suas ações colocadas puramente como reflexos inconscientes perante o contexto social.

Como colocado, a historiografia mencionada como tradicional não levava em consideração a atuação da população negra, principalmente dos soldados negros. Relegados às relações de submissão impostas pelo escravismo.

Imbuída de “novas” abordagens metodológicas e formas de análise influenciadas pelos debates já ressaltados aqui, as produções historiográficas brasileiras pós 1980, versavam sobre o desenvolvimento da história social, investida da articulação com a

história demográfica despontando como um ramo para a avaliação da trajetória da população negra no Brasil. Assim com o desenvolvimento desses debates e estudos, outros foram empreendidos nos anos 2000, trabalhos como o nosso, relativos à história social relacionando-a com a “nova” história militar que compõem um campo para debate da participação dos homens negros investidos (ou não), de patentes militares e que atuaram (ou não), nos momentos de guerra.

Neste contexto, esse trabalho contribuirá para refletir acerca das análises empreendidas, a partir da história social e dos debates da “nova” história militar visando investigar a atuação dos homens negros, que serviram como militares durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), como aconteceu com os escravizados doados para servir no *front* de guerra. Analisar essas atuações é também considerar uma série de relações intrincadas entre/com esses sujeitos sociais, que faziam parte dessa sociedade oitocentista.

Alinhando-se no sentido de trazer a participação desses soldados negros ao longo da Guerra do Paraguai, na Província da Paraíba do Norte. A forma como se relacionavam com as autoridades provinciais e as ordens dadas pelo governo central. Promovendo a análise no sentido de inserir a dita província nas determinações do Império brasileiro acerca dos movimentos que levaram/desenrolaram a Guerra do Paraguai.

Compreender a experiências e estratégias utilizadas pelos homens negros para negociar tanto nos períodos da Guerra do Paraguai, quanto nos momentos de paz, faz-se necessário, pois, esses não estavam desconectadas de uma coletividade que respaldou seus locais de atuação e/ou resistência. Portanto, esse debate é propício e à medida que fornece subsídio para analisar esses sujeitos e seus espaços de sociabilidade. Usando como mote, a reavaliação do fazer historiográfico, a partir da escrita do/da historiador/a e de suas abordagens conceituais e metodológicas.

Discutir sobre a história militar dita tradicional no Brasil, é pensar, principalmente nas produções de cunho memorialistas e relacionadas à formação do Estado Nacional. Dentre eles podemos destacar: **Resumo Histórico das Operações Militares dirigidas pelo marechal d'exercito Marquez de Caxias na Campanha do**

Paraguay (1872), relato sobre os “feitos heroicos” conduzidos por Luís Alves de Lima e Silva³.

De forma mais ampla, como indica Ronaldo Moraes, as produções da História Militar no século XIX até meados da segunda metade do XX, constituem-se enquanto relatos exaustivos dos movimentos de guerra e conflitos, e a exaltação dos “Grandes Homens⁴”, o que não possibilitava vislumbrar o protagonismo dos demais militares, dentre eles, os negros. Para Oliveira:

Os historiadores militares continuaram realizando narrativas históricas dos **grandes heróis** e dos eventos do passado, semelhantes aos discursos historiográficos e biográficos, que foram produzidos pelo **Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no século XIX**. Havendo, assim aproximações entre as formas que os militares da Biblioteca do Exército e os historiadores do IHGB escreviam **suas narrativas biográficas**. Em ambos os casos, a história serviu [sic] como instrumento para transmissão de valores e de modelo para as ações dos contemporâneos (OLIVEIRA, 2015, p.49). [Grifos Nossos].

Como ressaltado pela autora, havia uma função pedagógica e moralizante, que almejava educar os indivíduos a partir de exemplos atribuídos a determinados sujeitos, caso da obra **Atlas Histórico da Guerra do Paraguay**, organizado em 1871 pelo Engenheiro Belga Emílio Carlos Jourdan (1838-1900)⁵, que descreve os seus trabalhos e de outros indivíduos de relevância, no tocante a engenharia e estratégia militar para o andamento da Guerra do Paraguai. Observamos que tanto para o General Duque de Caxias (1803-1880) quanto para o engenheiro Jourdan os relatos deveriam condensar ensinamentos práticos ao cotidiano militar e características dignas de reprodução pelos soldados.

Essas práticas narrativas perdurariam até meados do século XX. Não só no Brasil, como em outros países que também participaram da Guerra do Paraguai, dentre

³Ler: SOUZA, Adriana Barreto. **Duque de Caxias: O homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁴Como indica Priscila Roatt de Oliveira (2015, p.47) no seu trabalho sobre a produção historiográfica referente aos militares durante o Estado Novo (1937-1945), [...]. Nos livros, produções biográficas da editora do Exército, os personagens principais eram os heróis, que pelos seus atributos ou características, se diferenciavam dos sujeitos anônimos da história. Essa perspectiva biográfica valorizava a ação dos ditos grandes homens, em detrimento dos outros sujeitos comuns que recebiam um tratamento coletivo.

⁵Segundo os historiadores André Fertig e Ismael Vinceti (2015), Emilio Carlos Jourdan nasceu em Namur (Bélgica), no ano de 1838, naturalizou-se brasileiro e lutou durante a Guerra do Paraguai no Corpo de Engenheiros Militares, escreveu diversos livros, a maioria sobre a Guerra do Paraguai. Consultando o site da 3ª Companhia de Engenharia de combate mecanizado, encontramos a informação de que este foi alçado a patrono dessa unidade de engenharia do Exército Brasileiro, que está situada na cidade de Dom Pedrito no Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/o-acampamento-de-instrucao-individual-basica/8357041 Acesso em 22 mar. 2017.

eles a Argentina. Segundo a autora, “Los trabajos sobre la contienda en la Argentina se han detenido principalmente en el examen de sus causas, consecuencias y responsables, en los aspectos político-diplomáticos y en la narración de los acontecimientos militares”. (BARATTA, 2014, p 101). Não se detendo sobre a história dos homens anônimos, suas narrativas e trajetórias perante o conflito.

Contudo, esse quadro tenderia a mudar, principalmente pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o conceito de História Militar se ampliou significativamente, passando de uma história das guerras, campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais, para a história das instituições militares, na paz e na guerra e sua relação com a sociedade (PEDROSA, 2011, p.2).

Nesse sentido, constata-se a manutenção durante longo período de um silenciamento discursivo produzido pela historiografia dita tradicional, a qual, também balizou uma narrativa sobre a atuação militar. Ronaldo Queiroz de Moraes (2013) em seu estudo sobre a base de sustentação da historiografia militar no século XIX, evidenciando a História Militar nesse período, como importante contribuição na formação dos ideais do Estado Nacional e para o fortalecimento da Identidade Nacional dos países ao longo do Oitocentos (e também de parte do Novecentos). Colaborando para a omissão sobre a participação dos homens negros na defesa do território imperial brasileiro.

Ultrapassadas essas necessidades, a historiografia militar teria passado por um longo período de descrença, tornando-se material exclusivo da caserna, evitada – relegada a segundo plano – pelos centros acadêmicos. Sua mudança paradigmática, na percepção de Moraes, ocorreu no decurso da segunda metade do século XX, no qual os estudiosos da área da história passaram a inquirir os eventos militares a partir de um prisma sociológico, aliando os pontos constituintes da formação social, ou seja, a própria história social, a história política e a história militar, integrando-os no sentido de compor uma análise robusta dos eventos históricos.

Dessa forma, o interesse em analisar o comportamento dos homens negros como militares na Província da Paraíba do Norte, especificamente, sua atuação durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), surge a partir desses debates e enfaticamente, da releitura problematizada pela Escola dos *Annales* na segunda metade do século XX, que possibilitou a (re)avaliação de fontes, metodologias e sujeitos. Para esse trabalho a

relevância da análise surgiu a partir de uma experiência anterior⁶ com a temática relativa à “Nova” História Militar e como os homens negros no século XIX vivenciavam e interagiam com as corporações militares.

Fundamentamos nossos estudos, enfaticamente, nas produções da segunda metade do século XX, e nos primeiros anos do século XXI, das quais podemos citar as análises de Júlio José Chiavenato (1979), Fábio Faria Mendes (2010). A argumentação de Fábio Mendes expõe a estruturação e formas de recrutamento apresentadas pelo Exército brasileiro no século XIX, o autor destaca os dados extraídos das fontes primárias, justificando seu trabalho a partir de uma noção de integração entre as corporações militares (e seus integrantes), e a formação do Estado Nacional, enveredando pela sociedade oitocentista, propícia para uma série de situações específicas sobre o serviço militar e suas influências sobre o contexto social.

Hendrik Kraay (1996) avalia as diversas formas que um escravizado poderia utilizar para reunir-se ou escapar aos quadros dessa instituição. Sua pesquisa se baseia na trajetória de alguns indivíduos que foram para as fileiras do Exército. Estes por sua vez, integravam-se no Exército para fugir do cativeiro. Trabalho mais específico foi empreendido por Vitor Izecksohn (1997), no qual o autor nos auxilia a pensar sobre a profissionalização do Exército a partir da conjuntura da Guerra do Paraguai, avaliando como o conflito possibilitou e levou o Império brasileiro a reestruturar seu contingente militar, bem como, as contribuições de Francisco Doratioto (2002 e 2008), para o entendimento mais amplo da Guerra do Paraguai e das possíveis motivações que levaram os países a participarem do conflito.

Por conseguinte, a utilização desse e de outros trabalhos – que igualmente apareceram nessa discussão –, além de contribuírem a formação discursiva da “nova” história militar, possibilitaram investigar a condição da historiografia paraibana, no tocante às questões militares.

A historiografia paraibana ainda é lacunar referente a participação dos homens negros como militares, sobretudo, quando estes integraram as fileiras dos pelotões

⁶Participei durante a graduação do projeto de iniciação científica “Gente Negra no Nordeste Oitocentista: arranjos familiares e redes de sociabilidades”, o qual teve em seu primeiro ano (2014) o plano de trabalho “Homens Negros e Espaços de Sociabilidades: Trabalho e Participação na Guarda Nacional na Cidade da Parahyba Oitocentista (1851-1860)”, e no segundo ano (2015), “Espaços de Sociabilidades de Homens Negros: Trabalho e Participação no Exército na Parahyba Oitocentista (1850-1864).

arregimentados a servir no Paraguai. Podemos, portanto, destacar três trabalhos recentes de duas autoras que analisam certo protagonismo da população militar. São elas: Lidiana Costa (2013) e Juliana Dantas Rabelo (2017), que indaga acerca do contexto do recrutamento acentuado durante a Guerra do Paraguai.

A segunda autora enfatiza os atropelos cometidos pela circunstância excepcional ocorrida durante o combate. Frisando o quanto a Guerra contribuiu para tornar ainda mais detestável o recrutamento, sendo que ao longo das batalhas, passou a convocar e obrigar a participação de algumas camadas populares isentas em tempos de paz. Servindo também para enfatizar a participação dos indivíduos pertencentes às camadas pobres e “desprotegidas”, que acabaram por ser recrutados a força para a Guerra do Paraguai. Lidiana Costa que mesmo não tendo como foco a população negra, discute sobre a participação de alguns homens negros que fizeram parte da Guarda Nacional no período de 1831 a 1850.

Costa contribui com seu estudo para que compreendamos não apenas a formação e organização da Guarda Nacional dentro da Província anteriormente citada, bem como estabelece uma articulação entre as organizações político-administrativas que formularam um ordenamento, no sentido de fortalecer a unidade nacional, selecionando aqueles que merecessem – a partir de uma série de requisitos impostos por lei – os indivíduos aptos a exercerem esses cargos a partir de uma hierarquia previamente definida.

Perceberemos também que o intuito da Guarda Nacional era desmerecer o Exército e proteger as estruturas hierárquicas vigentes, eliminando os pontos de conflito, embora, notamos nas palavras da própria autora o quanto a Guarda Nacional, envolta por essas disputas, tornou-se também um ponto conflituoso, principalmente quando nos referimos a Província da Paraíba do Norte. Situação esta, que em nossa compreensão, na culminância da Guerra do Paraguai impossibilitou a constituição de pelotões organizados e alinhados às determinações das autoridades.

Partindo desses pressupostos, a atuação dos homens negros – enfaticamente como militares –, passa a ser discutida por intermédio de uma reavaliação dos estudos historiográficos, veementemente no decurso dos anos de 1980. (Re)pensando, a participação dos homens – e também das mulheres – negros na construção da identidade nacional brasileira.

Observamos que a mudança nos padrões de abordagens, como por exemplo, utilizar documentos com relatos individuais (diários, correspondências pessoais) e problematizar a presença de indivíduos de diferentes segmentos sociais e suas expectativas ao entrarem nos corpos militares, ressaltaram a necessidade de tratar os fatos ocorridos pelo viés sociológico, apurando a percepção acerca dos indivíduos participantes e suas escolhas, igualmente, os posicionamentos assumidos em todos os estágios competentes à experiência militar, ou seja, os combates e a convivência nos quartéis e locais de convergência, a trajetória social e a utilização interna e externa das patentes e títulos, dentro e fora dos momentos de conflito.

Nesse sentido, como já mencionado, a reformulação das bases avaliativas produzidas pela história, propiciou a percepção dos sujeitos históricos em seus espaços de convivência e atuação, igualmente trouxe à tona novos sujeitos, antes esquecidos ou tratados na perspectiva dos dominadores, relegados a ações meramente reprodutoras, sem vontade, nem posicionamentos próprios.

Consequentemente, a “nova” História Militar, vinculada à História Social, possibilita pensar a experiência dos homens negros da Província da Paraíba do Norte, como militares investidos de uma patente e anexados em um conflito de dimensões internacionais como a Guerra do Paraguai.

Como evidenciado, a importância de discutir sobre a presença dos homens negros nas corporações militares no século XIX, pois, estas funcionavam como meio de mobilização social e política. As funções expressas por essas instituições permitiam as autoridades provinciais, manter a ordem pública e preencher os desfalques de contingente – embora, no período de guerra a necessidade de combatentes para o conflito tenha extrapolado a disponibilidade de homens, obrigando e ampliando a inserção dos homens negros.

Para os militares negros era a chance de conseguir determinado *status* e possibilidade de alargar os relacionamentos sociais e clientelares, além de outros benefícios – dentre eles uma melhor sobrevivência em sociedade escravista.

Embora, aparente simples, os objetivos que fundamentavam as atuações nessas corporações militares, resguardavam mais detalhes e conturbações do que as autoridades imperiais puderam superar, permitindo aos homens negros ressignificar e negociar sua permanência nessas instituições e, posteriormente, na Guerra do Paraguai.

Ressaltamos, de antemão que essa breve descrição sobre a participação dos homens negros nas corporações, apenas expõe uma parte mínima da intrincada rede de

poder e negociações, nas quais se alicerçaram o ser militar no século XIX, enfaticamente quanto à atuação dos negros. Sendo assim para a discussão mais específica sobre a Guerra do Paraguai e concomitante, dos homens negros nesse contexto.

Como se sabe, a Guerra do Paraguai foi um conflito bélico ocorrido durante os anos de 1864-1870, entre o Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai. E em termos de historiografia referente a essa questão, há uma vasta produção concernente ao assunto, tanto no Brasil quanto nos outros países (Argentina e Uruguai) que fizeram parte do conflito, bem como, uma base de fontes inexploradas e que devem ser (re)visitadas, que não apenas descrevem, sobretudo demonstram a consciência dos sujeitos, historicamente localizados. Estas possuem detalhamentos minuciosos do conflito, mormente dos participantes. Contrapondo-se as informações repassadas sobre o conflito (causas, consequências e desenrolar), e aos posicionamentos evidenciados entre nações:

Essas alterações discursivas sobre os motivos do conflito e quais as percepções de todos os países envolvidos, podem ser constatadas no debate produzido por Mário Maestri (2010) ao propor uma revisão sobre a historiografia produzida acerca da Guerra do Paraguai.

Entender as particularidades desses momentos de produção, a partir da interseção entre esses trabalhos, criteriosamente aqueles produzidos nos anos 2000, de cunho revisionista – como discutido pelo autor – por intermédio da análise das relações estabelecidas entre os militares negros durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), almeja a compreensão das articulações de poder exercidas ao longo desse conflito.

Os interesses alimentados pela participação no *front* de batalha revelavam as redes de negociação, resistência e compromissos (MENDES, 2010) entre esses homens e seus pares. Assentamos essa demanda, especificamente quando se refere aos militares no século XIX, haja vista que um conflito armado internacional e de grandes proporções gerou uma série de modificações estratégicas para as corporações, e para o Império brasileiro, precisamente a Província da Paraíba do Norte. Afinal, “os militares foram protagonistas da vida pública no Brasil desde o século XIX e tomaram parte de maneira decisiva dos mais importantes eventos de nossa história [...]” (MANCUSO, 2008, p. 2).

Como mencionado anteriormente, perceber os homens negros em meio às conexões sociais e atribuições relativas às suas patentes e atividades, nesse momento de ampliação de possibilidades no tocante a inserção social (para os negros livres e libertos) e deslocamento da condição de cativo (para os escravizados) são cruciais para

entendermos a relevância da Guerra do Paraguai na particularidade das negociações e conflitos entre esses homens, as autoridades militares e os poderes administrativos locais e centrais.

Compreendemos o grande problema encontrado pelas autoridades imperiais no tocante a manter o conflito com contingente suficiente, bem armado, fardado e razoavelmente disciplinado; essa é uma problemática que transpassa as corporações militares desde o período colonial brasileiro.

Analizamos que as dificuldades com as corporações militares no século XIX era pauta contumaz nas reclamações das autoridades e que esses serviços eram geralmente executados por homens negros que eram alocados nessas corporações, geralmente, por seu grau de vulnerabilidade perante aquela sociedade, daí também a noção de punição advinda do ser militar.

Estar vinculado a uma corporação ressaltava uma questão contraditória no contexto imperial, haja vista que ser militar poderia significar um castigo para indivíduos que margeavam a lógica organizacional de manutenção da ordem, quanto uma forma de resistir ao sistema opressor, hierarquizado e escravista.

Havia, de acordo com as discussões historiográficas, distorção no que concerne a percepção do papel dessas corporações, habitualmente estas eram utilizadas para serviços de patrulhamento e manutenção da ordem pública, invertendo em alguns casos, a própria lógica militar das corporações, dentre elas, o Exército brasileiro que pela constituição deveria guarnecer principalmente as fronteiras, mantendo a soberania territorial.

Todavia, com a Guerra do Paraguai aflorariam novos sentimentos por parte das autoridades locais – Presidentes de Província e os comandantes dos batalhões –, e centrais – Imperador e dos Ministros de Estado –, na tentativa de manter essas cooperações suficientemente guarnecidas com contingentes preparados a enfrentar conflito de tamanha proporção.

Para tanto, os esforços propagandistas direcionaram-se no sentido de cooptar o maior número de indivíduos dispostos a pegar em armas e defender o Império do Brasil. Um dos movimentos que podemos destacar foi a campanha em torno dos “Voluntários da Pátria”, sendo que os homens negros geralmente destituídos de uma Pátria, desprovidos de lugar social e objetificados (sendo este lugar determinado pela condição racial e jurídica), passaram a ser agrupados sob os símbolos e sentimentos que os uniria em torno de um mesmo ideal, manter a soberania do Império brasileiro. “[...] Os que até

então eram expatriados, foram alçados, mesmo que simbolicamente, à categoria de voluntários da pátria, em idêntica condição a do primeiro voluntário da nação, o imperador” (MOREIRA, 2010, p.180).

Embora, essa afirmação careça de uma reanálise, por seu caráter questionável, devemos considerar que a impressão que deveria ser repassada para as fileiras era realmente de igualdade relativa a direitos e acesso para todos os indivíduos que servissem a causa patriótica durante a guerra. Entretanto, não apenas a historiografia mostra que essa paridade entre os sujeitos era quase irreal, quanto às fontes reafirmaram essa condição de depreciação, predominantemente para as camadas livres, pobres e negras.

Como escolha metodológica, paralela a essas atividades de leitura e análise historiográfica, coletamos fontes de alguns acervos, dentre eles, Registros de Cartas Patentes, Ofícios da secretaria de governo da Paraíba, Correspondências da Secretaria da Polícia dos anos de 1864-1871 do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, nas listas de recrutas (1867-1868) encontradas no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, além dos assentamentos batismais da Freguesia Nossa Senhora das Neves referentes ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Nesses acervos, ~~locais~~, obtivemos fontes históricas variadas, não apenas sobre nossa pesquisa, mas que puderam auxiliar nessa argumentação. Utilizamos também fontes digitais, fornecidas em portais eletrônicos na internet, como Relatórios de Presidente de Província (1864-1870), Relatórios do Ministério da Guerra (1864-1872), dados estatísticos anexados nos relatórios dos ministérios anteriormente citados, o Jornal o “Publicador” (1866-1868) fornecido pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que foram elencadas e dispostas de forma sequencial (além do que, optamos por manter a escrita de época), no sentido de criar uma lógica de análise que possibilitasse a utilização desses dados sobre a Guerra do Paraguai e a atuação dos homens negros que foram recrutados para esses combates.

Sendo que, a partir desse debate entre a historiografia e as fontes, foi possível construir uma argumentação pensando em uma estrutura para o trabalho dissertativo, para o qual esse estudo se desenvolveu, tendo três capítulos.

No Capítulo I analisamos quais as principais corporações militares atuantes no Brasil Imperial, e quais suas formas de organização. Atentando, portanto, ao contexto paraibano em conexão com o nacional e internacional. No Capítulo II, construímos uma narrativa sobre o denominado “Theatro de Guerra” e como ocorreu a participação da

população paraibana, principalmente no que se refere às doações efetuadas ao longo da Guerra do Paraguai. No Capítulo III e último, enveredamos na elaboração de trajetórias de soldados negros da Província da Paraíba do Norte, aqueles que foram enviados para o “contingente de guerra” e os que permaneceram. Como seu cotidiano foi marcado e alterado pela guerra.

I – PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE EM FOCO: o cotidiano em face ao desenrolar da Guerra do Paraguai

Segundo os Relatórios de Presidente de Província nos primeiros meses de 1864 a província da Paraíba do Norte não parecia alarmada com conturbações proveniente das relações entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Nos relatos organizados pelo Dr. Francisco d'Araujo Lima e por Felizardo Toscano de Britto (2^a vice-presidente) naquele ano, não relatam preocupações quanto as tensões que transcorriam na fronteira sul do Império. Com a declaração de guerra impetrada pelo Paraguai em novembro daquele ano, esse quadro logo se alteraria. E é em função das mudanças ocorridas nestes momentos que se faz necessária uma análise do contexto da Província da Paraíba do Norte, nos períodos anteriores e simultâneos a guerra.

De acordo com o relatório de presidente de província de 1863 a província da Paraíba do Norte, dividia-se em 7 comarcas, 19 termos, 20 municípios e 33 freguesias. Com uma população que, de acordo com o censo de 1852 (último realizado até então) chegava a 202.000 almas, entre as quais haviam 28.000 pessoas escravizadas. Sem dúvida, esses dados não se mantiveram os mesmos para o período de que tratamos (1864-1870), contudo, as dificuldades para realização dos censos demográficos impossibilitaram as tentativas no tocante a produção de referenciais estatísticos na Província da Paraíba do Norte naqueles anos. De acordo com o Relatório de 1865:

A administração luta com os maiores embaraços para colher alguns esclarecimentos a respeito da população da Província. Mesmo nas mais adiantadas, e ricas, onde há repartições especiais de estatística convenientemente montadas lutão as Administrações com os abastaculos e dificuldades. Avultão estas aqui, onde nada há senão recenseamentos antigos e muito imperfeitos⁷. [Grifos nossos].

Apesar dessas dificuldades, é possível ter um panorama mais detalhado a respeito da constituição da população da Paraíba do Norte naquele período. Subdividindo-se racialmente entre brancos, pretos e pardos (das quais as duas últimas definições correspondiam a população negra) dentre outras classificações que consideravam inclusive a condição jurídica dos indivíduos, essa poderia ser livre, liberto ou escravo⁸, o que se caracteriza como importante aspecto definidor não só dos espaços

⁷Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice-presidente, exm. snr. dr. Felizardo Toscano de Britto, em 4 de agosto de 1865. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1865. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/593/> Acesso em: 22 jun. 2018.

⁸ Ao longo do texto, utilizamos dois termos para nos referir a condição de cativo, são eles: escravo e escravizado. O primeiro, encontrado recorrentemente, nas fontes manuscritas. O segundo, usado pela

de trabalho, como também das solidariedades entre indivíduos, submetidos a uma sociedade hierarquizada e ideologicamente escravista. Essa população espalhava-se entre as áreas rurais e os núcleos urbanos exercendo as mais variadas atividades laborais.

A arrecadação de impostos dessa população na Província da Paraíba do Norte dependia majoritariamente de sua produção agrícola, comercializada principalmente com a vizinha Província de Pernambuco, como indicado nos relatórios de presidente de província.

Habitualmente o transporte da produção interiorana era realizado por meio das vias de comunicação terrestre, o que impunha à administração paraibana dificuldades relativas ao controle da movimentação e à tributação das mercadorias que atravessavam suas fronteiras. Por este motivo, os administradores provinciais faziam um esforço considerável para receber e comercializar essa produção por vias marítimas, isto é, por meio do porto da capital, o que faria aumentar o recolhimento de proventos, mas também permitiria a concentração de recursos financeiros na Cidade da Paraíba.

Sendo os gêneros mais frequentes nas falas dos administradores o algodão e a cana de açúcar, ambos atravessando dificuldades nas condições de armazenamento e transporte. Por outro lado, nas áreas interioranas da província era predominante a prática da pecuária, atividade igualmente importante para a economia provincial e problemática para essas zonas, que sofriam com “o flagelo da seca, a degeneração da raça, e as enfermidades a que está sujeito este gênero de animal”, além dos prejuízos causados pela tênue demarcação dos limites territoriais entre Paraíba e Pernambuco dificultando ainda mais a manutenção saudável dos rebanhos, para os criadores.

historiografia, habitualmente por historiadores da história social da escravidão, que consideram a palavra escravizado mais apropriada para definir a experiência dos homens e mulheres negros cativos da sociedade Oitocentista. Como explicado Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Adriano Rodrigues dos Santos, em sua análise acerca da semiótica das palavras escravo e escravizado, e suas consequências para o entendimento da liberdade: Escravizado [...] remete a um campo semântico distinto daquele construído e constituído em torno do vocábulo escravo. Escravo conduz ao efeito de sentido de naturalização e de acomodação psicológica e social à situação, além de evocar uma condição de cativo que, hoje, parece ser intrínseca ao fato de a pessoa ser negra, sendo desconhecida ou tendo-se apagado do imaginário e das ressonâncias sociais e ideológicas a catividade dos escravos por povos germânicos, registrada na etimologia do termo. O campo semântico de escravo aproxima a pessoa cativa de um ente que seria escravo, no lugar de permitir entrever que ele estaria nessa condição. A responsabilização sobre a condição de cativo desliza da parte que exerce o poder e escraviza outrem, para a parte que, oprimida, passa a ser vista como natural e espontaneamente dominada e inferiorizada. Em não se tratando de um estado transitório, mas de uma condição de vida, implícita no termo escravo, seu emprego contribui ardilosamente para a anistia dos agentes do processo histórico de desumanização, despersonalização e de espoliação identitária do escravo ou ex-escravo. (HARKOT-DE-LA-TAILLE; SANTOS, 2012, p. 8).

Quanto ao trabalho, esse geralmente era desenvolvido pela população livre e pobre (branca e negra) e pelos escravizados, em sua maioria encarregados da execução dos trabalhos braçais. Expressivamente, guiado pelo escravismo, a sociedade oitocentista impunha à população negra as atividades mais extenuantes, mesmo quando estes indivíduos não estavam relacionados ao cativo, sendo, negros e negras livres e pobres, submetidos à permanência dos comportamentos escravistas, numa tentativa de manutenção do estado de cativo desta população para com um estrato senhorial ainda resistente as ideias e práticas emancipacionistas e abolicionistas já em curso. Estes desdobravam-se nos mais diversos trabalhos. Diante deste contexto de dificuldade na arrecadação e controle do escoamento da produção interiorana, e ao mesmo tempo de persistência em um sistema de organização do trabalho que se encaminhava para o colapso:

É importante esclarecer que, na cidade da Parahyba, seu contingente populacional crescia em um ritmo constante, principalmente, a população livre e pobre, seja pelo acolhimento da população liberta ou pela migração de indivíduos do interior da província, fugindo das diversas secas ocorridas no sertão. Mas sua economia crescia em ritmo bem menor. Assim, em certos momentos, eram vistos homens livres pobres e escravos ao ganho (aqueles que tinham autor obrigados a entregar uma quantia determinada ao senhor) e de aluguel (escravos cujos donos os alugavam para exercerem qualquer atividade de que fossem conhecedores e, assim, gerar renda para seus senhores) se digladiarem pelas poucas atividades econômicas existentes na Cidade da Parahyba. (LIMA, 2010, p. 244). Grifos nossos.

Sucedida que uma boa quantidade de indivíduos desenvolvia atividades liberais, o que insidia nos discursos dos Presidentes de Província, que por vezes desconsideravam essas ocupações e simplesmente, os colocavam como “vadios” “arruaceiros” e “inúteis a sociedade”, esses agravos partilhavam de um lugar específico, no qual, a população negra sendo de qualquer condição jurídica deveria permanecer subalterna quando desenvolvendo algum trabalho.

Celia Maria de Azevedo discute de forma aprofundada sobre essas questões, principalmente sobre os modos como as elites escravistas do século XIX organizaram a assimilação da população negra, enfaticamente, aquela que estava em liberdade ou aproximando-se dela.

Embora em seu trabalho ela aplique o termo mestiçagem, com o qual não corroboramos⁹, devemos compreender a importância da reflexão analítica de Celia Azevedo para o entendimento da percepção que vigorou ao longo de todo o século XIX e início do XX, a qual a província paraibana não era exceção. Os discursos quando relacionados à população negra revelavam o lugar de aviltamento que as elites colocavam os homens e mulheres pretos e pardos.

Apreendemos, portanto, os motivos para tanta insistência, no tocante, ao recrutamento, além da tentativa de incorporação e manutenção da prática escravista (mesmo para os livres), o controle dos corpos e da circulação fazia-se essencial para uma população que buscava a todo custo a liberdade.

Essa população “potencialmente perigosa” ampliava-se na Província da Paraíba do Norte, e as tentativas de coerção dos comportamentos considerados transgressores, tornaram-se praticamente uma obsessão para as autoridades provinciais, que a partir de 1864 ficaram ainda mais opressoras, principalmente, se considerarmos o contexto da Guerra do Paraguai.

Para tanto, o encarceramento dos corpos infligidos aos soldados, só se comparava as inúmeras formas de exclusão social despendidas a população livre, pobre e negra oitocentista. Ser soldado, nesse contexto, era considerado castigo, relacionando os sujeitos e suas vontades a uma vida de penúria e fadiga no serviço ativo da corporação. Deslocamentos, demasiadas horas de trabalho em circunstâncias degradantes e exaustivas, o cotidiano do soldado no Oitocentos constituía-se em algo demasiado brutal.

Dominar a circulação por meio da impossibilidade de angariar parcerias, isolando ou mandando esses homens para lugares distantes e distintos da província, configurava uma dentre tantas estratégias do governo imperial para sanar as conturbações e guarnecer fileiras. Essa conjuntura, não desabonava a capacidade da população negra, livre e pobre de mobilidade, os sujeitos muniam-se de todo o tipo de articulação para fugir dos ditames sociais deveras opressores.

⁹ Não concordamos com o uso do termo político mestiçagem, a partir das reflexões de Gilberto Freyre pela ênfase dada a Democracia Racial. A mestiçagem serviu à elaboração de um discurso que tentou suavizar as consequências do processo escravista para negros e pardos dentro da sociedade brasileira. Como informado por Petrônio Domingues sobre o produto da miscigenação brasileira, ou seja, o “mulato”: [...] o “mulato” no sistema racial brasileiro, passou a ter um tratamento diferenciado, com maiores chances de ascensão e aceitação social, mas, em contrapartida, capitulou mais facilmente aos interesses da dominação, amortecendo o choque derivado do antagonismo racial. A construção da categoria “mulato”, então, foi a saída encontrada pela ideologia da democracia racial para difundir a ilusão de que no Brasil não existiam distinções de “raça”. (DOMINGUES, 2005, p. 125).

Explanamos, pois, no sentido de esquadrihar as possibilidades analíticas para nossa pesquisa no que diz respeito às ações executadas por ambos os lados, homens negros recrutados e a administração pública, na tentativa de compreender os desdobramentos governamentais da política de recrutamento, tomando em contrapartida, as movimentações empreendidas pelos homens negros para evadir-se dos encargos com os batalhões.

Contudo, consideramos a importância de antes discutir sobre os contingentes recrutados para a Guerra do Paraguai, segundo os relatórios oficiais, os quais intercalamos neste trabalho para comparar as informações provinciais com as centrais (Relatórios de Presidente de Província e Relatórios do Ministério de Estado e Negócios da Guerra, Circulares e Ofícios das autoridades militares com os presidentes de Província e os Relatórios do Ministério de Estado e Negócios do Império). Devemos, de modo preliminar, retornar às condições anteriores a esse conflito, na tentativa de compreender, quais os padrões descritos pelas autoridades sobre às corporações militares (Exército, Guarda Nacional e Corpos de Polícia), e sua influência no contexto provincial.

Como os homens, imbuídos desses espaços de fala e atuação, específicos da sociedade oitocentista, conseguiram determinar suas redes de controle e sociabilidade, e uma vez que, integrados de forma coercitiva, conseguiram conformar estratégias que os possibilitaram sobreviver e galgar articulações com outros sujeitos durante os momentos de recrutamento para a batalha contra o Paraguai.

Ressaltamos a partir da condição dos sujeitos dessa pesquisa, que a participação dos homens negros nas corporações militares oitocentistas de forma mais ampla, levou esses indivíduos a desenvolverem meios de fugirem ou integrarem-se aos espaços de atuação social, segundo suas necessidades e as leituras que produziram sobre os contextos e conexões nos quais estavam inseridos.

Sem dúvida, as intempéries experimentadas pelos soldados recrutados para a caserna, influenciou, não apenas os discursos como as práticas e comportamentos demonstrados pelos comandantes e por seus comandados.

Atentamos para a questão de que a maior parte dos homens negros que serviam a alguma corporação militar, encontravam-se nos postos mais baixos, atuavam como patrulhadores e serviçais em geral. Remanejavam presos, faziam rondas nas ruas, impedindo que os “vadios” e “arruaceiros” permanecessem perturbando a ordem pública.

Estes homens, nem sempre tinham condições de se manter nas corporações, por vezes, pelo modo que haviam sido integrados, por intermédio de prisões e outras situações degradantes, capturados à força ou remanejados de outros espaços (outra corporação ou das casas dos seus senhores quando escravizados), estes soldados, desconheciam o básico da disciplina militar, as vezes por não terem passado por nenhum tipo de treinamento anterior que pudesse formá-los, por outro lado, porque não se reconheciam naquelas atividades e pelo estado de desgaste das corporações desejavam eximir-se do trabalho, que habitualmente, recaía em meio a uma série de outras responsabilidades cotidianas, como trabalhar para subsistência ou mesmo cuidar dos seus pequenos negócios e questões familiares.

Nesta pesquisa, portanto, conformamos uma análise sobre esse “contingente de guerra”, utilizando, quando possível, alguns casos de indivíduos que se destacaram na no cenário local, e que foram arregimentados a servir no conflito contra o Paraguai.

Tratamos das situações relatadas pelas autoridades e as formas que utilizavam para, principalmente, fugir às solicitações imperiais em momentos de guerra, manifestas nos relatos das fontes, e argumentamos sobre suas prováveis motivações para permanecer ou fugir, e quais os discursos mais comuns associados aos homens negros que serviam ao Exército, Guarda Nacional e Polícia, corporações que unidas formavam o grosso dos contingentes da armada de terra.

Contudo, nossa intenção específica neste capítulo foi discutir a conformação mais ampla das corporações, problematizando os espaços de atuação dos militares, e principalmente dos soldados negros que serviam nos quartéis do século XIX da Província da Paraíba do Norte.

Estes homens constituíram em suas experiências formas de vivenciar e superar as hierarquias e estigmas característicos de sociedades escravistas. Embora, compreendemos que nem todos os indivíduos refletiam padrões de resistência, e que dentre aqueles que o mostravam, nem todos foram documentados, principalmente com o detalhamento que gostaríamos de ter, contudo, as fontes manuscritas de cunho administrativo (Relatórios, Ofícios, e Circulares, além das listas de formação de contingente), nos possibilitam uma exploração importante para nossas análises. Considerar, não só o que está às vistas, sobretudo, aquilo que pode ser captado nas entrelinhas, é um dos pontos mais significativos nas discussões, enfaticamente, quando nos referimos à população negra oitocentista.

1.1 Os Soldados no Oitocentos e o “Fardo Militar”

1.1.1 O Exército Brasileiro

As forças de terra brasileiras sempre padeceram com problemas para se manter, o Exército, como instituição que estava a serviço da defesa das fronteiras, formalmente despontou em 1822 e assim como descrito pela própria instituição era dividido em “1ª Linha, que era o Exército de fato; e o de 2ª Linha, a Guarda Nacional”¹⁰.

As informações sobre os primeiros anos de exercício do Exército do Brasil são potencialmente escassas, os relatórios possuem poucos dados sobre as tropas e suas divisões provinciais, e entre os anos de 1828 a 1832 padecem com “ausências de folhas de rosto”, que possam identifica-los, estão “mutilados”, ou até mesmo “não se tem notícia”¹¹.

É, portanto, possível acompanhar o desenvolvimento da máquina administrativa do Exército a partir da investigação estrutural das relatorias e formas de distribuição das informações. Seu conteúdo, restringia-se nos primeiros anos de formação da corporação, aos elementos referentes as questões administrativas, localizando as demandas de apenas algumas províncias. Posteriormente, pelas necessidades apresentadas pelas províncias e as estruturas criadas pelo Império (arsenais de guerra, hospitais militares e etc), os dados tornaram-se mais complexos e repletos de relatos de autoridades e referenciais estatísticos.

Todavia, constatamos que uma das questões que é colocada do começo ao fim dos relatos é a preocupação dos ministros com o recrutamento, seja “pela falta de hum systema regular de recrutamento”¹² ou pelos “embaraços, que se encontram no recrutamento”¹³. Estas situações, infelizmente, continuaram no decorrer dos anos e apenas se aprofundaram, levando o ministro da guerra em 1850 a proferir as seguintes considerações “julgo conveniente que autoriseis a continuação do engajamento a

¹⁰Site do Departamento de Educação e Cultura do Exército. Disponível em: <http://www.deceex.eb.mil.br/ultimas-noticias/2-uncategorised/102-historia-do-exercito> Acesso em: 21 jan. 2019.

¹¹ Relatório Apresentado a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil que Apresentou o Ministro Secretário D’ Estado dos Negócios da Guerra Bento Barrozo Pereira na Sessão de 1828. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1828_00001.pdf Acesso em: 23 jan. 2019.

¹² Idem

¹³ Relatório Apresentado a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil que Apresentou o Ministro Secretário D’ Estado dos Negócios da Guerra Conde de Lages na Sessão Ordinária de 1840. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1840_00015.pdf Acesso em: 23 jan. 2019.

dinheiro: he mais um meio, e suave, de haver soldados, e se tornará mais profícuo, sendo auxiliado por outras medidas”¹⁴.

E continua dizendo que “ Se a lei da Guarda Nacional for modificada de modo que deixe de conter aquelles cidadãos de que o Exército se deve compor, se o tempo de serviço dos recrutados for elevado ao dobro dos voluntários, se forem cerceados as amplicíssimas excepções das Instruções de 10 de Junho de 1822, e se tornar-se circumstancia atendível, senão indispensável, para o provimento da maior parte dos Empregos Publicos a de haver o candidato servido por si ou substituto alguns annos no nosso Exército ou Armada, parece-me que dareis bastantes meios para conservar a força armada indispensável à manutenção da segurança interna, repellir as aggressões externas, e desaggravar a honra nacional, se infelizmente for offendida”¹⁵.

Algumas questões podem ser analisadas nessas exposições de autoridades acerca das forças de terra. O oferecimento de dinheiro e outras vantagens para manter os engajados, aqui referenciados como sinônimo de voluntários, que haviam cumprido o tempo de serviço e faziam novos contratos com o Exército. Encontramos também a tentativa de endurecimento das isenções, para que os indivíduos permanecessem por mais tempo vinculados a instituição, e por último os conflitos provenientes da relação entre Guarda Nacional e Exército.

O primeiro ponto sugerido, ou seja, a condição dos engajados e voluntários como um auxílio para o fortalecimento das fileiras, nem de longe surtiu os efeitos esperados, como mencionado pelo Ministério da Guerra no relatório de 1863 “a experiência tem demonstrado que este duplo modo de alistamento não é entre nós um poderoso, mais sim um mui fraco elemento de reforço para as fileiras do exército”¹⁶. Levando o governo imperial a criar outras estratégias de negociação para manter esses indivíduos em seus quadros. Sendo um desses artifícios reduzir o tempo de engajamento, mantendo os proveitos para os homens que desejassem a “renovação dos contratos”¹⁷.

Continuando com nossa discussão, consideramos que o endurecimento das isenções não foi nem mesmo utilizada, eram muitas as formas de isentar-se, uma dessas

¹⁴ Relatório Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª legislatura de 1850 pelo respectivo Ministro Secretário D’ Estado dos Negócios da Guerra Manoel Felizardo de Sousa e Mello. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1850_00001.pdf Acesso em: 24 jan. 2019.

¹⁵ Idem

¹⁶ Relatório Apresentado a Assembleia na Terceira Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Guerra Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão em 1863. Disponível em : http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1863_00001.pdf Acesso em: 24 jan. 2019.

¹⁷ Idem

ressaltada pelo próprio ministro, a substituição. Indicar um parente, desafeto ou mesmo um empregado ou escravizado era uma forma legal de conseguir cumprir com as necessidades de efetivo e manter-se longe dos batalhões, inclusive para os praças de preto¹⁸.

Por último, a relação conflituosa com a Guarda Nacional intensificava os problemas considerados pelos ministros da guerra, como poderemos observar na discussão a seguir.

1.1.2 Guarda Nacional

Essa instituição criada em 1831¹⁹ e reformulada em 1850²⁰, servia como uma alternativa ao Exército no momento de extrema fragilidade do Império, ou seja, a saída de D. Pedro I do Brasil e o estabelecimento do Período Regencial (1831-1840).

A Guarda Nacional objetivava superar contentas inerentes não apenas nas corporações militares já existentes (Exército, Milícias, Ordenanças), como também serviria a princípios “civilizatórios”, resguardando o Império e Constituição. Além disso, o Império brasileiro sofria as consequências dos conflitos e insatisfações entre brasileiros e portugueses, sendo que os primeiros, ressentiam-se com a importância delegada aos lusos, em detrimento de suas necessidades. Somado a essas questões, havia certa disputa interna entre as províncias, enquanto algumas mantinham papel central nas decisões imperiais e na distribuição das rendas (Rio de Janeiro), as outras detinham uma participação secundária perante o império.

A Guarda Nacional foi criada em um contexto tumultuado e de intensas transformações para o Império. As bases sociais, políticas e administrativas atravessavam agitações, igualmente as corporações militares tinham sua parcela nessas conturbações. Principalmente o Exército, este passava por desconfiança por parte das elites dirigentes, que temiam levantes e amotinações provenientes e corroborados pelas fileiras do Exército. Bem como, o clima de insatisfação, primeiramente, pelo alto

¹⁸ O decreto nº 2478 de 28 de setembro de 1859 determinava como as substituições deveriam ser feitas no tocante aos praças de preto do Exército. Infelizmente, não encontramos a regulamentação para os outros postos, principalmente, o oficialato.

¹⁹ Criação da Guarda Nacional. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 49 Vol. 1 pt I. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em: 14 set. 2018.

²⁰ Nova organização da Guarda Nacional. Lei nº 602 de 19 de setembro de 1850. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=542130&tipoDocumento=LEI-n&tipoTexto=PUB> Acesso em: 14 set. 2018.

oficialato dessa instituição, ser basicamente constituído por portugueses, e em segundo lugar, ter uma parcela significativa de transgressores da lei, algo que contribuía, ainda mais para a suspeição.

Foi nessa atmosfera de embates, que a Guarda Nacional despontou como uma das soluções para essas problemáticas. Todavia, a implementação dessa corporação no Brasil não ocorreria de forma passiva e ordeira como almejado pela elite. Inicialmente, pela inadequação entre as bases legais nas quais, esta havia sido concebida. Nesse sentido, devemos abrir um adendo para explicar a real origem da Guarda Nacional, ou *Garde Nacional*. Criada em 1789, o projeto legal foi organizado em 1791, em plena Revolução Francesa. Esse foi o meio encontrado pela burguesia francesa, receosa de proteger-se em momento tão instável. Por conseguinte, a Guarda Nacional brasileira, primariamente, seguia quase completamente as mesmas bases legais definidas pela *Garde Nacional*. Dessa forma, os ajustes necessários a adequação da instituição aos moldes imperiais brasileiros, logo seriam importantes para estabilizá-la.

Não demorou muito para que a Guarda Nacional demonstrasse desacordos com a realidade Oitocentista brasileira. Explicitamente, um dos pontos que mais incomodava as autoridades no decurso das atividades da instituição referia-se ao processo de eleição e alistamento dos guardas. Rapidamente, a instituição começou a ser utilizada para usufruto das redes clientelares formada pelas elites econômicas e políticas, que se aproveitavam do processo eleitoral (formado e realizado na própria localidade), para escolher ou excluir indivíduos de acordo com suas preferências, em alguns casos, pessoais.

1.1.3 Corpos de Polícia

A última corporação da qual tratamos é a Polícia Militar. Os Corpos de Polícia foram criados em 1809, sendo a Polícia da Província da Paraíba do Norte datada de 1835. Sua formação estrutural se assemelhava aquela apresentada pelo Exército Brasileiro. Inclusive, a relação estabelecida com esta outra corporação se dava por meio de sua função, voltada durante a Guerra do Paraguai ao fornecimento de mão de obra para os corpos auxiliares de Infantaria, segundo, o Regulamento para o Corpo de Polícia da Província da Paraíba do Norte, 1850.

Esse caráter auxiliar resguardava e garantia a proteção provincial, habitualmente, em momentos de paz, contudo, sofria variações em momentos de

conturbação, dentre eles a Guerra do Paraguai. Sua estrutura organizava-se e dividia-se da seguinte forma:

QUADRO I – Divisão das Patentes do Corpo de Polícia da Província da Paraíba do Norte no Século XIX

ORGANIZAÇÃO DOS CORPOS DE POLÍCIA				
Estado Maior	Estado Menor	Cavallaria	Officiais	Companhia de Infantaria
Commandante Geral com Graduação de Major	Sargento Ajudante	2º Sargento	Commandante com Graduação em Capitão	1º Sargento
	Sargento Quartel Mestre	Cabos	Commandante com Graduação em Tenente	Furriel
		Guardas	Commandante com Graduação em Alferes	Cornetas

Fonte: Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Documentos Impressos. Regulamento para o Corpo de Polícia da Província da Paraíba do Norte, 1850. Quadro elaborado pela autora.

Sendo assim, a Polícia compunha as tropas auxiliares, reforçando o contingente de Guerra, que mesmo assim encontrava-se sempre desfalcado. Quadro extensivo a todo o Império, não sendo uma particularidade da Província da Paraíba do Norte.

Desta feita, a Província da Paraíba do Norte tinha *déficit* no tocante, aos efetivos do Exército exigidos pelo Rio de Janeiro por meio do Ministério de Estado e Negócios da Guerra. Vejamos na tabela abaixo:

TABELA I – Número dos Recrutados do Exército, Guardas Nacionais, Voluntários da Pátria e Engajados nas Províncias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará (1864-1870)

Efetivos informados ao Ministério da Guerra pelas Províncias							
	1864/1865	1865/1866	1867	1867/1868	1869	1870	TOTAL
Paraíba do Norte	157	1.318	270	315	507	215	2782
Pernambuco	1.254	3.303	278	1.661	783	414	7.693
Rio Grande do Norte	62	648	155	358	423	244	1890

Ceará	645	1.362	200	979	1.309	343	4838
-------	-----	-------	-----	-----	-------	-----	------

Fonte: Relatórios do Ministério de Estado e Negócios da Guerra. Anos (1864-1871). Disponíveis em: Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira <http://hemerotecadigital.bn.br/relatorio-ministerio-da-guerra/720950>. Acesso em 05 mai. 2017.

Consideradas as diferenças numéricas apresentadas entre os anos de 1865-1870, a Província da Paraíba do Norte manteve uma média de 556,4 indivíduos recrutados, sendo esta a Província do Rio Grande do Norte 378 indivíduos, as que tiveram as médias mais baixas, inversamente, a Província de Pernambuco foi a que demonstrou os numerários mais altos 1.539, seguida pelo Ceará com 967,9 soldados. Sendo assim, pensando que esses efetivos não necessariamente chegavam aos seus destinos finais, por uma série de fatores (doenças, deserções e etc.), o efetivo oferecido pela Província da Paraíba do Norte é muito baixo, praticamente três vezes menor do que a Província vizinha (Pernambuco).

Consequentemente, enverando pelas causas de tais problemas de efetivo, Fábio Faria Mendes (2010), ao discutir os meandros do recrutamento e as formas pelas quais as províncias mantiveram os níveis mínimos de indivíduos a serviço dos corpos militares no século XIX, nos informa que haviam muitos problemas para manter homens suficientes nos batalhões:

Calculava-se então que **doença e morte, deserção**, fim dos termos de serviço e sentenças, entre outras causas, fizessem com que fosse necessário repor, anualmente, cerca de $\frac{1}{4}$ do efetivo total do exército. Recrutas, voluntários e reengajados, entretanto, não se apresentavam em número suficiente para repor as perdas. (MENDES, 2010, p.40)

Mas, porque tantos problemas em manter os efetivos? E como essa situação incidiu nos momentos de Guerra do Paraguai? Responderemos essas indagações nas páginas seguintes deste trabalho.

Uma série de situações contribuíam para esse quadro alarmante das forças de terra (nesse caso, Exército e Guarda Nacional e os Corpos de Polícia, seus auxiliares). Dentre elas, podemos considerar os baixos soldos (em alguns momentos inexistentes), problemas com o repasse de recursos (fardamentos, armamentos) e de informações, ausência de disciplina militar, relações hierárquicas problemáticas, com trocas de favores, perseguições e favorecimentos entre os soldados, horas de trabalho extenuantes, cadeias e quartéis pouco estruturados, bem como, a ideologia em volta do serviço ativo nas corporações, geralmente, associado à degradação e castigos.

Ao analisar as condições apresentadas pelas forças de terra no Brasil, acreditamos ser pertinente considerar primeiramente o seu histórico, destacando as

impressões em diferentes temporalidades, (resguardadas as devidas considerações, necessárias para não cometermos anacronismos), ponderamos que as manutenções em termos práticos e ideológicos de alguns comportamentos foi o que nos interessou. Kalina Vanderlei Silva em sua narrativa sobre as tropas no período colonial, informa sobre como a miséria fazia parte das relações sociais, principalmente quando soldado.

Quando observamos o sistema de manutenção das tropas da Coroa, **salta aos olhos a miséria em que vivem os soldados regulares**. Na verdade, essa miséria fica nítida praticamente em cada documento que se debruça sobre esses homens. A miséria gera a marginalidade, a marginalização gera a miséria. Um ciclo vicioso que se alastra para a vida cotidiana, para o relacionamento com o todo da sociedade, com cada camada social. (SILVA, 2001, p. 189) [Grifos nossos].

A despeito de não referir-se ao Exército Brasileiro (haja vista a temporalidade a qual narra, período colonial), é possível captar as percepções sobre a miserabilidade dos soldados e o quanto o discurso de marginalidade estava vinculado as instituições militares (milícias e ordenanças) partindo dessa premissa a estrutura militar encontrava-se desestruturada e carente mesmo antes de existir as forças de terra que aqui abordamos (Exército, Guarda Nacional e Corpos de Polícia), sendo assim, as reclamações apenas se arrastavam de uma administração para outra, mantendo os mesmos padrões mesmo quando vigorava outro modelo de corporação.

Salientamos, por conseguinte, alguns pontos de sua narrativa objetivando confrontar com outras informações, inclusive historiográficas, conformando uma visão sobre as forças militares de terra e a condição dos homens negros antes e durante a Guerra do Paraguai.

Francisca Ferrer ao discorrer sobre a condição dos soldados do Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai afirma: [...] o governo não investia no Exército, deixando de arcar com o fornecimento básico para seu funcionamento, faltava-lhes homens, armamentos, víveres, ou seja, todas as condições necessárias para formação e manutenção de uma força militar nacional capaz de defender a pátria. (FERRER, 2005, p.123).

As citações anteriores demonstram o quanto algumas permanências são significativas, no tocante ao entendimento sobre as tropas brasileiras. Os soldados que se encontravam em trabalho ativo nas corporações (Exército, Guarda Nacional, Corpo de Polícia), padeciam com a ausência de soldos regulares e uma infinidade de outros problemas respectivos à estrutura. Isso segundo as autoridades oitocentistas afetava o cotidiano provincial, como veremos mais à frente.

Feitas às devidas considerações, enveredaremos pelas falas dos presidentes e dos vice-presidentes da província da Paraíba do Norte. Consequentemente, o destaque a inexistência do básico para subsistir como soldado nos levou a pensar e considerar situações mais amplas que perpassaram a experiência dos soldados negros paraibanos, e também, a estrutura maior a que serviam as corporações militares oitocentistas.

Lidiana Emídio Justo da Costa, em sua dissertação de mestrado acerca da Guarda Nacional da Província da Paraíba do Norte, reflete sobre o conceito de cidadania aplicada aos militares livres e pobres, dentre eles os negros. Sua condição social e financeira, e suas estratégias para eximir-se dos encargos (mesmo que em muitos casos não conseguissem), que por vezes entravam em conflito com seus cotidianos.

O próprio conceito de cidadania era complexo e contraditório no Oitocentos. **Ser cidadão também significou um ônus para os milicianos, que também eram pedreiros, artesãos, porteiros, pescadores, enfim, personagens que, muitas vezes, viam-se na iminência de sacrificar seus afazeres diários em detrimento do serviço na milícia, correndo o risco de serem presos, caso desobedecessem à convocação** – o que não significou que muitos encontrassem maneiras de burlar a lei (COSTA, 2013, p.97). [Grifos nossos].

Da mesma forma, Juliana Dantas Rabelo, em trabalho também dissertativo, destaca a situação degradante dos homens que se encontravam na província da Paraíba do Norte. Considerando as implicações de ser soldado, tanto para os homens alvos do recrutamento (nessa situação, do Exército e Marinha), quanto para as autoridades imperiais no período da Guerra do Paraguai.

O fardo do serviço militar acabava recaindo sobre uma parcela de homens livres pobres, normalmente sem vínculos com patronos, muitos dos quais eram classificados como “vadios”, “desordeiros”, “ociosos”. Essas rotulações eram uma maneira do Estado justificar o aprisionamento da referida categoria social para o Exército. Desse modo, ao passo em que o governo imperial fazia ampliar, por meio do recrutamento forçado, as fileiras do Exército e da Marinha, atingia outro objetivo tão importante para si quanto para os grupos formados por proprietários de terras e escravizados e os classificados como pobres “honrados”: a manutenção da ordem. (RABELO, 2017, p.91). [Grifos nossos].

Esse contexto extremo, no qual faltava o básico, inclusive dada à origem dos soldados, que em sua maioria, não tinham formas de manter-se em serviço ativo sem o auxílio das autoridades imperiais, que demandavam para os administradores provinciais

o encargo para organizar as tropas, distribuí-las e aquinhear os recursos (fardamento, soldos, armamento, etc.) quase sempre insuficientes.

Consequentemente, esses dados nos permitiram pensar sobre a situação do cotidiano dos homens negros nas corporações em momento anterior e durante a Guerra do Paraguai, principalmente, se considerarmos o local de suscetibilidade, para o qual eram direcionados, ao longo de todo o século XIX.

1.2 **Opressões Cotidianas:** os militares paraibanos em meio aos lugares vivenciados, e os espaços praticados

Vivenciar os bônus adquiridos quando do recebimento de uma patente era tão importante quanto saber mantê-la e/ou utilizá-la para obtenção de mais benefícios. A refinada aptidão dos oficiais para resguardar seus cargos sem necessitar esforçar-se, movimentava uma rede articulada de trocas de favores e protecionismos que encaminhavam-se para os postos mais baixos da hierarquia militar (GRAHAM, 1997).

A hierarquia habitualmente definida em Estado Maior e Menor, dividia-se em termos de patentes, da seguinte maneira: Capitães, Tenentes e Alferes, mais abaixo vinham os Aspençadas, soldados cornetas e outros. Nesse meio havia as demais nomenclaturas que designavam não só os postos, como se referiam aos tipos de atividades prestadas a corporação, exemplo, espingardeiro e mestre de música. Esses cargos, para além dos ditames legais, funcionavam como formas de distinção que os acompanhavam em todos os momentos da vida militar e civil, sobretudo quando nos referimos aos atos da vida pública (batismos, eleições, solicitações para alguma autoridade e mesmo citações quando das infrações criminais), temos a menção recorrente as patentes.

Para os oficiais asseguravam-se os postos de liderança e administração, os capitães, tenentes e alferes (mesmo que esse fosse o menor em importância e não necessariamente estava relacionado à elite), desdobravam-se para manter seus lugares de controle, reafirmando suas posições de destaque nas corporações, mesmo que não as exercessem na prática. Portanto:

[...] Para além das regulamentações legais, uma economia moral de regras não escritas governa os procedimentos do recrutamento, numa série de compromissos com as elites locais e com concepções enraizadas de uma distribuição adequada dos encargos. **Uma luta constante para impor, evitar ou transferir a outros os encargos do**

serviço militar marcava as rotinas do recrutamento. (MENDES, 2010, p. 11). [Grifos nossos].

Destacamos que as relações hierárquicas entre soldados e as próprias corporações eram problemáticas. As reclamações repassadas pelos presidentes de província, e mesmo pelos ministros responsáveis pelos ministérios da Guerra e da Justiça acumulavam-se na tentativa de conter as trocas de favores entre militares.

Sem dúvida, dadas algumas implicações, ser oficial no século XIX garantia para certos indivíduos espaços de poder e controle, nos quais, seus comandados tinham papéis definidos (entrementes, devemos considerar que nem sempre esses sujeitos aceitavam esses enquadramentos, estabelecendo outras relações segundo seus interesses próprios). Essas práticas tentavam alinhar benefícios pessoais com as necessidades administrativas.

Primeiramente deve ser destacado o ponto referente às substituições, resguardadas a partir de dispositivo legal, garantia o direito à patente e suas vantagens, dispensando o substituído do ofício cotidiano.

Esse tipo de prática por parte do oficialato permitia a atuação em outros âmbitos da vida social, política e administrativa da província (mesmo que essa participação nem sempre estivesse em consonância com a legislação vigente).

Os instrumentos utilizados pelas elites locais que compunham o grosso do oficialato eram variados e ocasionavam todo tipo de desconforto para a estrutura militar, desde perseguir um indivíduo específico, reverberando para seus comandados, até o desvio de serviços, que deveriam voltar-se para a corporação. O problema tornou-se tão sério para os batalhões, que os presidentes de província da Paraíba a todo o momento relatavam em tom de advertência sobre os males ocasionados por essa prática.

Nesse ponto, devemos ressaltar que havia uma diferença entre corporações. Enquanto para a Guarda Nacional existia a expectativa em torno do *status* de cidadão, para os soldados do Exército, isso nem era mencionado. A relação hierárquica entre essas duas instituições, nem sempre era amistosa, e mesmo quando do cumprimento da lei, as redes funcionavam para engendrar formas de distinção.

Circunstância muito comum verificava-se no momento de ingresso, havia requisitos específicos²¹ para ser um Guarda Nacional, enquanto, para figurar nos

²¹ Nesse caso, nos remetemos as duas leis a primeira de 18 de Agosto de 1831, que determinava:

1º Os cidadãos que tem voto nas eleições primarias, uma vez que tenham 21 annos de idade até 60.

2º Os cidadãos filhos familias de pessoas , que tem a renda necessaria para poderem votar nas eleições primarias , com tanto que tenham acima de 21 annos de idade para cima.

quadros do Exército, nem disponibilidade precisava ter, afinal, uma boa parte dos soldados incorporados eram recrutados de forma compulsória. Mesmo a forma de nomear cada ação era diferente, para os guardas nacionais o termo era alistamento, para os soldados do Exército recrutamento.

Conjecturando sobre essa vinculação entre instituições, o ordenamento legal determinava que os homens que não se portassem como guardas conservando na disciplina e no asseio indispensável ao cumprimento dos seus deveres, de acordo com o que era exigido, poderiam ser recrutados como punição por seus atos. Vejamos que pode haver um entendimento duplo sobre essa determinação, além de punir o guarda e retirá-lo de ambiente para o qual não estava apto, aproveitava-se seus serviços e experiência em outra corporação, que também carecia de braços para servir ao ordenamento público.

Outro ponto de interpelação era sobre as condições para manter-se vestido, armado e disciplinado, para que tais requisitos fossem cumpridos era necessário que o guarda tivesse as premissas necessárias a concretização de uma experiência satisfatória no posto, sem reclamações e/ou problemas para sua vida particular, algo que era muito difícil, sendo a maioria pobre e com poucos recursos, o ônus do cotidiano militar tendia a tornar-se cada vez mais pesado, principalmente pela deliberada isenção do oficialato, que mesmo solicitado, não era tão presente no dia a dia.

Mas, quais as incorreções que poderiam levar à expulsão? E por que em alguns casos isso não acontecia efetivamente? Essas perguntas são importantes para compreender o ambiente hostil, no qual, os sujeitos de ambas as corporações encontravam-se inseridos. Suas trajetórias eram demarcadas por esses lugares e pelas relações que conseguiam estabelecer durante o serviço.

Vejamos um documento de 22 de agosto de 1840, apesar de fora do nosso recorte de análise, é revelador de uma situação recorrente nas corporações militares oitocentistas, ele nos informa sobre o procedimento para o recrutamento nos quadros do Exército.

Modificada pela segunda lei nº 602 de 18 de Setembro de 1851, que organizavam a Guarda Nacional, estabelecendo os seguintes parâmetros para estar apto ao alistamento

1º Os Cidadãos Brasileiros que tiverem a renda necessária para votar nas eleições primarias, e a idade maior de 18, e menor de 60 anos.

2º Os Cidadãos filhos-familias que tiverem a idade marcada no § antecedente, ainda que lhes falte renda propria, se ade seus paes for tanta que, dividida, caiba a quantia de 200\$ a cada hum. Aquelles a quem não couber esta quantia não serão alistados.

Nessa parte, encontramos a seguinte determinação: “Comandantes da Guarda Nacional [forneceram] informações acerca dos guardas, que tiverem sido impropriamente alistados dos quais não estiverem fardados, e dos remissos no serviço para que sejam recrutados”. Nesse trecho, vislumbramos a exigência no fornecimento dessas informações sobre os guardas, aliada à ressalva acerca das remissões no serviço. Todavia, na mesma documentação, atentamos para o fato de que “alguns comandantes da Guarda Nacional procuram subtrair ao recrutamento aqueles guardas que devem ser recrutados”.

É possível elaborar algumas interpretações sobre as informações anteriores, uma delas converge para a relação de protecionismo apresentado pelo oficialato da Guarda Nacional que resguardava seus comandados mesmo quando estavam em desacordo aos princípios legais da corporação.

Para os comandantes do Exército e autoridades policiais não podemos afirmar que a situação fosse diferente, afinal, as relações que regiam o ordenamento militar, eram aplicáveis (mesmo que de forma privada) a todos os corpos. Sobre tudo, se adentrarmos a uma discussão que retorna vez ou outra na historiografia militar, a questão do ingresso.

Assim como colocado por muitos autores vinculados a “nova” história militar, servir a caserna no século XIX era algo deveras complicado. Pois:

Segundo boa parte da historiografia militar do Brasil, se havia poucos atrativos para alguém servir no Exército se não fosse como oficial, não eram maiores as motivações para alguém permanecer depois de cumprido o tempo obrigatório. **Além da rudeza da vida nos acampamentos, dos atrasos frequentes dos soldos**, todas as praças estavam sujeitas a uma legislação que determinava **punições físicas violentas** e aplicadas conforme as subjetivas avaliações dos oficiais comandantes. (RIBEIRO, 2009, p. 102). [Grifos nossos].

Esse quadro geral não se modificou no período de Guerra do Paraguai, principalmente para os homens negros, essa manutenção dos serviços na ativa levava-os a situações extremas de exaustão e abusos.

Todavia, retornando a discussão do ingresso, para os guardas nacionais havia uma série de requisitos, como já mencionamos, para ser alistado, principalmente, a partir de 1850, com a reformulação da base legal que organizava a corporação, essas normas tentavam conter dentre os inúmeros problemas da estruturação militar, a crise ocasionada pelo clientelismo, e na Província da Paraíba do Norte esse quadro não era

incomum, como observamos, desde o ingresso até o momento de reavaliação dos postos, as redes de poder e controle atuavam em prol de sua própria manutenção.

O Exército, por sua vez, mais desfalcado e desvalorizado, também tentava ser uma força mantenedora da ordem e do poder. Entretanto, não havia nessa corporação, iguais critérios para a entrada de novos recrutas, o que deixava os recrutadores livres para recolher todos os indivíduos, inclusive aqueles que tinham algum tipo de conflito com a lei. Isso aconteceu antes e durante os momentos da guerra.

Refletindo acerca da origem dos indivíduos, primeiramente, devemos debater a derivação dos sujeitos, profissões e situações relevantes sobre suas trajetórias, começando por um panorama das profissões.

Devemos pontuar determinadas questões apresentadas, algumas relativas às isenções praticadas pelos corpos de Primeira Linha (Exército) com relação ao ingresso dos soldados. Dentre elas, podemos ponderar sobre a impossibilidade de ser casado no ato do ingresso, ser o único filho responsável por manter a família, ter moléstias incapacitantes, estar assumindo cargos específicos (como aqueles ligados à igreja e administração pública), além de ser desertor. No entanto, não podemos afirmar que a lei era cumprida rigorosamente, haja vista, que as fontes indicam outro quadro de isenções, mais relacionado às estratégias despendidas para eximir-se e/ou proteger certos indivíduos das atividades.

De forma que observaremos que os sujeitos que em tese poderiam ocasionar problemas ao bom andamento das atividades do Exército, por encontrar-se em conflito com a lei e ordem pública, configuravam a maior parcela de ingressantes, multiplicados se levarmos em conta os momentos da Guerra de Paraguai.

A avaliação dessa afirmação anterior é necessária ao passo que é problemática, pois a inoperância desses sujeitos é questionável, se por um lado estão sendo colocados como incapazes de prestar um bom serviço à sociedade, cabe o questionamento de como poderia ser diferente se alocados no trabalho das corporações militares? Por isso, concordamos com a percepção de que o ingresso muito vezes forçado, não era apenas uma forma de controle, mormente, de manter formas congêneres à escravidão, sujeitando esses indivíduos as determinações sociais escravistas.

Reafirmar o lugar de necessidade desses homens era uma das formas dos recrutadores conseguirem resolver alguns problemas característicos e problemáticos para o Império do Brasil. Retirar os “desordeiros”, “vadios”, e “criminosos” das ruas, manter a ordem pública, embasados no discurso civilizador, alocando-os em funções

que tentavam resolver os desconcertos provinciais na área de segurança, e fundamentalmente com uma população dita “perigosa” que vinha crescendo significativamente ao longo do século XIX, composta por homens e mulheres livres, libertos e escravizados, pobres, pretos e pardos.

Pensemos acerca das percepções que a sociedade escravista imprimia sobre o lugar que deveria ser ocupado pelos pretos e pardos, e o quanto estes indivíduos tendiam a não permanecer nesse lugar, utilizando-se de estratégias para galgar outros espaços. Em meio a um sistema opressor, que os colocava como inferiores, incapazes e criminosos, a população negra oitocentista tentava escapar às determinações escravistas e discriminatórias que os acompanhava desde o momento que nasciam até suas mortes.

Ser preto ou pardo pobre no século XIX levava-os a encaixar-se no lugar de suspeição, que não os permitia gozar da cidadania, mesmo quando eram livres. As dificuldades impostas a esses sujeitos eram ainda mais pesadas que para os brancos em igual condição (não descartamos que para os homens e mulheres brancos pobres a vida fosse difícil, contudo, para esses, a marca da escravidão/o estigma não estava impressa em seus corpos). “No início do século XIX, as teorias racialistas provenientes do Positivismo europeu interpretavam as demandas dos negros e mestiços como um entrave para o desenvolvimento do Brasil” (GOIZ, 2017, p. 167). Essas perspectivas se estenderam ao longo do século XIX, adentrando nos séculos posteriores, precisamente, para manutenção dos privilégios da população branca sobre a negra, apesar da “extinção” da escravidão no Brasil. Para Manoel Pereira de Mello e Francisco Antonio de Oliveira (dois homens que foram presos e os quais, analisaremos mais a frente), evidenciar suas condições desviantes os colocava na mira dos recrutadores.

Os presos poderiam ser remanejados às fileiras dessa instituição (Exército) justamente para que fossem punidos pelos seus crimes, afinal, esse corpo militar era visto como uma maneira eficiente de punição, com também poderia ser um método para organização, fazendo-os servir com seu trabalho para o usufruto da Nação. Como discutido por autores como Hebe Mattos (2002) e Luiz Geraldo Silva (2003), as questões raciais no século XIX eram definidoras dos espaços de sociabilidade e participação dos homens pretos e pardos, mesmo que esses não fossem escravizados.

Havia uma tendência intrínseca no Oitocentos de suspeição, característica essa que demarcava a trajetória dos indivíduos desde o nascimento até os anos finais de sua vida. Esse fato pode ser comprovado com os registros batismais, que indicavam a cor das crianças (e em alguns casos a cor dos pais), e a condição jurídica, especificamente,

se eram escravizados. Além disso, quando adultos, e se pendessem para a vida militar, suas condições de homens livres e libertos poderiam ser questionadas. Esses autores discutem, acima de tudo, a “precariedade” da liberdade no século XIX, e as formas pelas quais os pretos e pardos almejavam a participação na construção dessa identidade cidadã ainda em formação, sendo as corporações militares um desses espaços que poderiam garantir a participação social.

Na Província da Paraíba do Norte, essa questão não fugia à regra, sendo que como mencionamos, a maior parte dos habitantes era preta ou parda²², como indicam as fontes, enfaticamente as paroquiais, acessados a partir da base de dados populacionais da Paraíba oitocentistas e a partir da análise de alguns autores que trabalharam dados da mesma província. Então, inferimos que essa corporação militar estava repleta dessa população, principalmente aqueles que se encontravam retidos nos cárceres.

Retomando a discussão a respeito das prisões e explorando ainda mais os dados carcerários fornecidos pela Secretária de Polícia da Província, adentramos aos mecanismos da administração pública provincial, que serviam a cooptação dos novos contingentes para o serviço ativo das corporações, percebemos que havia uma articulação local entre inspetores de quarteirão que resguardavam as ruas e outras autoridades da segurança pública.

Mas antes de nos aprofundarmos um pouco mais nessa conjuntura, algumas considerações precisam ser tecidas sobre o sistema penal no século XIX, que foi uma das formas mais efetivas de conseguir contingente para as tropas que foram mandadas ao Paraguai.

Uma colocação é importante sobre o sistema penal oitocentista, este era tão ou mais precário que as forças de terra, faltavam espaços estruturados, homens para manter a guarda, locais próprios e mesmo quando existiam estavam literalmente caindo aos pedaços. Punir com o cárcere também se configurava como tarefa difícil para as autoridades provinciais.

Uma tentativa de melhoramento dessa conjuntura caótica foi a elaboração do Código Criminal de 1830, que comungava da reformulação carcerária aplicada por Estado Unidos e Europa, sugerindo dentre tantos pontos, a punição com o trabalho. Fernanda Amaral de Oliveira afirma que:

²² Para saber mais, consultar: Recenseamento do Brasil em 1872. Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em: 22 out. 2019.

Em 1831 com a criação do Código Criminal, alguns pontos ficaram ainda mais definidos, principalmente quanto à pena de prisão – que anteriormente só “jogava” o preso dentro das selas. Com as idéias vindas de fora do país, a partir das reformulações penais nos Estados Unidos e na Europa, o cerceamento da liberdade passou a ser o critério para as punições (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Contudo, embora legalmente essa fosse uma ideia bem estabelecida, para a realidade provincial as modificações foram poucas ou quase nulas. Visto que não havia uma preocupação em manter o preso em local seguro, ou mesmo que cumprisse a pena com o mínimo de condições estruturais, estes ainda eram jogados nas cadeias, destino igual tinham os sentinelas designados a servir nas prisões.

Essa logística de assimilação relacionada ao cárcere estava muito ligada à ideologia escravista vigente no Brasil, que continuou corrente ao longo do século XIX.

É importante destacar que o Brasil, ao tornar-se independente, continuou escravista, o que significa dizer que a construção do Estado nacional brasileiro se deu com base em instituições que se adaptassem a essa realidade. O próprio Código Criminal do Império, promulgado em 1830, influenciou diretamente o funcionamento do sistema prisional brasileiro ao dar continuidade às práticas de punições do período colonial, como a pena de açoites, de galés e de morte, aplicadas a escravos ou homens livres de forma diferenciada. Essas penas coexistiram com o novo conceito de punição, baseado na privação de liberdade e na reabilitação do criminoso, representado pela prisão com trabalho, aplicada somente para homens livres e libertos. (TRINDADE, 2009, p. 378)

Na Província da Paraíba do Norte o desequilíbrio carcerário havia atingido uma situação visivelmente preocupante nos anos da Guerra do Paraguai. As reclamações e solicitações dos delegados e subdelegados repassadas aos chefes de Polícia acumulavam-se de todos os lugares da província, principalmente, para os mais longínquos, manter a estrutura física das cadeias era algo deveras complicado e moroso, haja vista, que seus pedidos poderiam ser arrastados por anos sem solução aparente.

Em 1865, no desenrolar da guerra, o Presidente de Província Sinval Odorico de Moura, adverte para que “É este um dos ramos da administração, que muita atenção deve merecer pela sua importância em relação a sua segurança e guarda dos criminosos”. Contudo, o repasse de informações do chefe de Polícia que vem logo a seguir, não é tão animador.

Diz o Doutor chefe de polícia em seu relatório, que **cinco somente são as prisões da Província, que mais segurança oferecem, e que**

são as da Capital, Mamanguape, Arêa, Teixeira e Pombal, numero que elle reputa isunfficiente, principalmente pelas distancias, em que se achão dos demais pontos do interior. E de fato as **outras cadeias, a excepção da de Patos,** que acaba de ser concluída, e com a qual gastou a Província a quantia de 5:190\$000 rs. **são ou edificios arruinandos e sem a menor segurança, ou casas particulares para esse fim alugadas, e nas mesmas condições.**²³ [Grifos nossos]

Ressaltamos que mesmo considerando o estado de maior organização dessas cadeias, os problemas ainda eram relevantes e necessitavam de intervenção, inclusive para o edifício prisional da Capital da província.

A cadeia da Capital, sem contestação, a melhor de todas da Província, não está isenta de defeitos; todavia depois de alguns reparos que, à requisição do Dr. Chefe de Polícia, tenho mandado fazer a importância de 621\$300 rs. **se acha ella muito melhorada.** Esses melhoramentos, **porém não satisfazem completamente as necessidades de que se ersente a cadeia da capital.**²⁴ [Grifos nossos]

A contínua reclamação das autoridades nos levou a pensar sobre o sistema penal oitocentista paraibano, contudo, nosso intuito nesse trabalho não é fazer uma análise aprofundada da estrutura prisional paraibana e como funcionava, mas apenas compor um quadro dos detalhes que poderiam fundamentar nossas argumentações, haja vista, que uma instituição se liga a outras e que a maior parte do contingente recrutado para a guerra era proveniente das cadeias públicas provinciais.

A averiguação das fontes, portanto, nos direcionou a uma intrincada relação entre a formação dos batalhões militares e o sistema penal. Compreender como uma guerra foi forjada em meio aos ditos desajustes vivenciados pelas províncias, nos fez pensar sobre o cotidiano dos sujeitos que estavam em todos esses espaços, trabalhando no serviço ativo, e tendo que responder com o máximo de presteza quando solicitados.

Continuando a argumentação, destacamos que se as construções que eram encaminhadas para tal fim estavam desse modo, aquelas que foram confeccionadas para servirem de casas comuns, careciam de ainda mais cuidados.

[...] presentemente aqui a alugueis das casas um pouco alterados, existem somente duas desocupadas que se podera contractar, sendo uma de maior proporções e segurança por sua construção para dito fim[...] fica detras da rua principal em lugar separado [...] e outra de

²³ Exposição com que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração da Província da Parahyba ao Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Britto. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=46&s=0&cv=1&r=0&xywh=-189%2C872%2C2072%2C1462> Acesso em: 14 ago. 2018.

²⁴Idem.

menor proporção e segurança na rua principal pela quantia de 8\$000 reis [...]²⁵.

Não havia, segundo as informações, pagamento regular dos aluguéis para manutenção das cadeias, causando preocupação nas autoridades da administração pública, que tinham que se desdobrar para conseguir alugar imóveis que estivessem adequados, e com preço acessível.

Em resposta ao ofício de VS^a de 05 de Março do corrente ano sob numero 529 tinha de declarar a VS^a que forão alugados para servirem de prisão nesta villa quatro casas todas juntas por tempo de onze meses e meio [...] de cinco mil reis [...] a contar doze de abril de mil oitocentos e cinquenta e quatro ao ultimo de março do corrente ano, que importa na quantia de cinquenta e sete mil e quientos reis, os quais rogo a VS^a mandar satisfazer pois pela falta de pagamento de pronto não há mais proprietário que queria alugar casa para servir de prisão, salvo se os aluguéis forem pagos [...]²⁶.

Não descartamos que a escolha dessas casas, também servisse ao interesse de alguns indivíduos, que se beneficiavam com a aplicação de preços e condições para alugar, entretanto, parece-nos nas palavras do subdelegado, que a disponibilidade de domicílios que servissem ao bom uso do sistema carcerário, era muito restrita e ficava mais diminuta quando os repasses de verbas essenciais não eram remetidos com a presteza esperada.

[...] é importante destacar que a péssima situação das cadeias paraibanas no período (imperial) também pode ser tomada como uma das causas da impunidade, na medida em que proporcionava fugas constantes dos presos.²⁷ As menções a esta situação endêmica em toda a Paraíba, porém mais grave no interior da província, eram recorrentes por parte das autoridades a ponto de alguns destacarem as obras de reforma ou construção de cadeias como prioritárias. Em verdade, este estado de coisas demonstra certa distância que havia entre uma estrutura penal que introduziu o cárcere como medida punitiva para os criminosos e a realidade social e econômica de uma província como a da Paraíba, que teve dificuldade em introduzi-la pela falta de estabelecimentos carcerários adequados (GUEDES, 2009, p. 46).

Como mencionamos, havia uma complexa “estrutura penal” entrelaçando os indivíduos que também a significavam, problematizaremos nesse ponto suas funções e

²⁵ Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte.CX. 46. Ofício do Delegado Segundo Suplente em Exercício Clementino Cavalcante de Albuquerque para o Chefe de Polícia Dr. Gervasio Campelo Pires Ferreira. 14 de fevereiro de 1865.

²⁶ Idem.

²⁷ Ponderamos que essa afirmação não parece ser extensiva à população negra, livre, liberta e escravizada, que tinha a marca da suspeição e para a qual a ideologia escravista voltava-se para incriminar e subalternizar.

atuações, entendendo como poderiam auxiliar ou prejudicar os repasses de informações e recursos. Começaremos, pois, com as distribuições dos cargos de forma mais abrangente.

Essencialmente, os encarregados pelo sistema prisional brasileiro e sobretudo, da Província da Paraíba do Norte eram o inspetor de quartirão, subdelegado, delegado e chefe de polícia. Cada um desses cargos exercia uma função específica para a manutenção sistemática dos modelos penal e de segurança.

O inspetor de quartirão era uma figura mais próxima aos moradores. Como discutido por Wellington Barbosa Silva (2007), os inspetores de quartirão tinham poder de vigilância e controle da população, todavia, estavam submetidos às decisões de outras autoridades, dentre elas, os delegados, subdelegados e a chefia de polícia provincial.

Os inspetores de quartirão eram selecionados pelos juízes de paz entre a população dos distritos e, então, propostos à Câmara Municipal – que se encarregava da aprovação de seus nomes. Sendo considerados como “uma autoridade na porta das casas”, eles deveriam ser escolhidos entre os cidadãos maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever e que gozassem de boa reputação em seus quartirões – não devendo, ainda, estarem qualificados para o serviço ativo da Guarda Nacional. Recebiam uma parcela considerável de poder para coibir a prática de atos delituosos – zelando pelas propriedades e pelo sossego de todos aqueles que moravam em seu quartirão. Para isso, como determinava o Código de Processo Criminal (art. 12º, § 2º), eles tinham autoridade para efetuar prisões em flagrante, para admoestar e, até mesmo, caso não conseguissem resultado prático com as admoestações, para obrigar a assinar “termos de bem viver” a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, viviam pelas ruas ofendendo os bons costumes e perturbando o sossego público, tais como: vadios, mendigos, bêbados, desordeiros e prostitutas. (SILVA, 2007, p. 29).

Interessante pensar nessa atuação também como um veio de trocas e disputas entre sujeitos com proximidade geográfica. Como eram essas autoridades (inspetores de quartirão), que prendiam e faziam os primeiros informes sobre o comportamento dos prisioneiros, inferimos que sua atuação poderia ser intermediada por barganhas e benefícios, mormente, quando os homens eram capturados para servir nas corporações militares.

A esse circuito de funções integravam-se outros dirigentes, como os delegados e subdelegados. Essa hierarquia regulamentava, conforme a lei nº261 de 3 de dezembro de 1841, que reformou o código do processo criminal, estabelecendo que os

subdelegados deveriam ser nomeados pelos delegados, tendo algumas de suas atribuições para ambos os cargos:

§ 2º Conceder fiança, na forma das leis, aos réos que pronunciarem ou prenderem.

§ 3º As atribuições que ácerca das Sociedades secretas e ajuntamentos illicitos concedem aos Juizes de Paz as leis em vigor.

§ 4º Vigiar e providenciar, na forma das leis, sobre tudo que pertence á prevenção dos delictos e manutenção da segurança o tranquillidade publica.

§ 7º Inspeccionar, na forma dos Regulamentos as prisões da Provincia.

§ 8º Conceder mandados de busca, na forma da Lei.

§ 10. Velar em que os seus Delegados, e Subdelegados, ou subalternos cumprão os seus regimentos, e desempenhem os seus deveres, no que toca a Policia, e formar-lhes culpa, quando o mereção.

§ 11. Dar-lhes as instrucções que forem necessarias para melhor desempenho das attribuições policiaes que lhes forem incumbidas.

Constatamos, portanto, que havia um grande poder nas mãos desses indivíduos, que definiam praticamente todos os componentes do sistema penal, inclusive atribuindo ato infracional quando este fosse detectado, todavia, no § 11º aponta outros sujeitos nesse emaranhado, um especificamente é objeto de nossa atenção, o Chefe de Polícia. Na mesma lei, em seu Art. 7º Compete aos Chefes de Polícia exclusivamente a:

§ 1º Organisar, na forma dos seus respectivos Regulamentos, a estatistica criminal da Provincia, e a da Côrte, para o que todas as Autoridades criminaes, embora não sejam Delegados da Policia, serão obrigadas a prestar-lhes, na forma dos ditos Regulamentos, os esclarecimentos que dellas dependerem.

§ 2º Organisar, na forma que fôr prescripta nos seus Regulamentos, por meio dos seus Delegados, Juizes de Paz e Parochos, o arrolamento da população da Provincia.

§ 3º Fazer ao Ministro da Justiça, e aos Presidentes das Provincias, as participações que os Regulamentos exigirem, nas épocas e pela maneira nelles marcadas.

§ 4º Nomear os Carcereiros, e dimitti-los, quando não lhes mereção confiança.

Essa era sem dúvida a função de maior importância, para qual, os demais citados aqui (inspetores de quartirão, delegados e subdelegados) se reportavam. Os chefes de

polícia não só tinham a autoridade para interferir nas contendas localizadas, como se comunicavam com os presidentes de província e demais competências superiores²⁸.

Entrementes, qual o motivo para entender toda essa melindrosa teia de cargos e funções provinciais? Em que todos esses indivíduos convergem para a Guerra do Paraguai?

Bom, devemos entender que era de responsabilidade dessas chefias prenderem e “formarem a culpa”, depois, eram esses homens que faziam o trabalho de recrutadores, arregimentando dos cárceres os sujeitos “desviantes”, e como exposto por Cláudia Trindade, o escravismo atuava sobre as instâncias administrativas, somado a isso e com a necessidade cada vez maior de soldados para o serviço ativo ao longo da guerra, estes submetiam, sobretudo os mais vulneráveis, comumente a população negra.

O interessante é considerar que nesse âmbito, resguardavam-se outros interesses, que participavam nas decisões e acordos que seriam feitos sobre o destino desses homens. Na Província da Paraíba do Norte, as reclamações e pedidos de isenções por recrutamento e/ou alistamento irregular multiplicavam-se principalmente pela necessidade de braços e protecionismos inerentes às corporações. Como ocorrido nessas situações a seguir, na sessão de despachos do periódico O Publicador: “José Nunes Maria, pedindo ser posto em liberdade, visto ter isenção do recrutamento, ou que se marque um praso para provar a mesma isenção”.²⁹ O mesmo ocorria com esses homens:

[...] ao comandante do destacamento. - Depois de convenientemente inspecionado, mande Vmc. addir ao destacamento de seo commando o guarda do batalhão da villa de Bodocongó João Pereira da Silva, que me foi remetido para o contingente de guerra, e com este lhe será apresentado³⁰.

E ainda:

Communicou-se ao delegado respectivo. - Idem idem. - Mande Vmc. **despensar do destacamento de guerra** o guarda nacional de nome

²⁸ Joice de Sousa Soares em seu trabalho **As Reformas Policiais de 1841 e suas consequências para a Secretaria de Polícia da Corte**: um estudo sobre o processo de construção e legitimação da instituição policial, discute que após a reformulação do Código do Processo Crime de 1841 houve um aumento substancial do poder dos Chefes de Polícia ao passo que o domínio anteriormente exercido pelos Juizes de Paz foi drasticamente diminuído.

²⁹ Jornal O Publicador. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=bodocongo&pasta=ano%20186>.

Acesso em: 14 mar. 2018. p. 1.

³⁰ Idem.

José Francisco Barboza, que **provou ter isenção de semelhante serviço**³¹. [Grifos nossos]

Os pedidos de isenção grassavam ao longo do período anterior e durante a guerra. Abordaremos mais detalhadamente no terceiro capítulo, as consequências das formas desordenadas de formação dos batalhões para os indivíduos diretamente ligados a ela, ocasionadas pelas dificuldades em manter os contingentes na Guerra do Paraguai, contudo, nesse momento, escolhemos essa amostragem para exemplificar as desconexões entre a desestruturação e as necessidades imperiais evidenciadas pelas autoridades provinciais.

Essas considerações são relevantes para compreender os motivos, pelos quais, o governo imperial teve problemas para arregimentar e manter os batalhões ordenados. Esses problemas eram antigos e dominavam toda a estrutura organizacional do Império. Destacamos que o entendimento de que essa conjuntura atingia todos os recantos da vida oitocentista alicerça-se na importância que as autoridades dispensavam para essa pauta.

Mas, uma pergunta fica no ar, quando nos referimos a essa ojeriza, no tocante ao serviço ativo das corporações militares oitocentistas, será que nenhum desses homens (enfaticamente, os negros) queria realmente estar nos batalhões? Essa também não era uma das inúmeras estratégias no século XIX para galgar postos mais altos na hierarquia social escravista?

Acreditamos que os textos **“O abrigo da Farda”: o exército brasileiro e as fugas dos escravos fugidos, 1800-1881** (1996) de Hendrick Kraay e **Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: Meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império** (2013) da autora Daniela Vallandro de Carvalho, nos ajudam a explicar como as brechas no sistema eram também apropriadas pelas camadas populares.

Ambos consideram a permanência nos batalhões de cativos, que como colocado por Kraay (1996), resguardavam-se na farda para tentar burlar as condições do cativo. Carvalho traz uma série de exemplos de homens que dada às situações terríveis de sobrevivência sob a posse de seus senhores, fugiram para outros locais (geograficamente distantes do raio de controle dos proprietários), para assentar praça,

³¹Idem.

fazendo uso muitas vezes de outros nomes e criando histórias que justificavam sua ida àquele local.

Podemos inferir que alguns desses escravizados tinham redes de articulação que os auxiliaram a fugir e desenvolver uma nova identidade. A força que a escravidão exercia era tão significativa quanto a da solidariedade que os estimulava nas tentativas de evasão, apesar de nem sempre ter o final esperado.

Novamente, Carvalho (2013) nos adverte sobre as repercussões desfavoráveis do ato da fuga. Pois, poderia haver uma punição internamente às corporações, muito comum os castigos físicos, para, além disso, estes poderiam ser devolvidos para seus proprietários, além dos indivíduos passarem pela contestação da posse por outros senhores que aproveitavam-se da situação para angariar mais braços aos seus serviços. Esse era um risco ainda mais complicado, pois, ao cair na posse de outro senhor, esse poderia ser pior que o dono original.

Trazendo para a província da Paraíba do Norte, observamos que as fugas para engajamento também eram praticadas nessa localidade. No expediente do governo, 19 de março de 1864:

Attendendo ao que Vmc. me expõe em officio n.145 de hoje, relativamente ao individuo, que com o nome **José Romualdo Silva assentou praça nesse corpo, tenho a dizer-lhe, em resposta, que mande dar baixa ao mesmo indivudo, fazendo-o recolher à cadeia desta capital à disposição do Dr chefe de polícia, visto ter elle confessado chamar-se Benedicto e ser escravo de Pascoal Vieira Lopes,** morador em Espinharas do termo Patos. - Deu-se conhecimento ao chefe de polícia.³² [Grifos nossos]

Benedicto ao confessar poderia estar buscando uma saída para fugir da opressão do trabalho no cativeiro (todavia, sua cor não o permitiria sair do lugar de suspeição), contudo, como já colocamos, as intenções deste poderiam ser outras, por exemplo, fugir de outro senhor ou até mesmo desonerar-se do serviço ativo do Exército, que no século XIX era colocado como tão ou mais terrível que servir a um senhor exclusivamente.

Acreditamos que existem muitas possibilidades de explicação para a entrada desse homem nos quadros do Exército e, posteriormente, para ter sido retirado. Inferimos que esse aspirava não apenas fugir de sua condição de cativo, mas galgar melhor posição social, angariar algum pecúlio para si ou outros. Ao distanciar-se do lugar da escravidão e também dos laços afetivos (caso ele tivesse algum), esse sujeito

³²Jornal O Publicador. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=Benedicto&pasta=ano%20186>
Acesso em: 14 mar. 2018, p. 1.

não buscava a desconexão plena dessa memória, sobretudo, uma reconexão com os laços de solidariedade, com outros que em mesma condição conseguiram (ou não) escapar, e assim como ele, necessitavam de ajuda para sobreviver às arbitrariedades escravistas oitocentistas.

Ressaltamos, pois, que nos documentos da Secretaria de Polícia da Paraíba que acessamos, podemos encontrar informações que vão além de mero instrumento oficial do recrutamento e/ou punição, haja vista, que estes homens capturados poderiam em algum momento de suas vidas ter relação com o cativo, o qual nos faz especular que essa integração as fileiras dessas instituições também estava imbuída de interesses, e que alguns desses homens realmente conseguiram expandir suas redes de solidariedade, considerando as diversas formas de fazer parte desses corpos militares.

A partir disso, a lógica aplicada poderia ser a de utilizar a própria estrutura da corporação para conseguir benefícios, proporcionalmente evidenciar a prestação de trabalhos para o Exército, pretendendo integrar-se às redes de sociabilidade, propiciadas por essa instituição militar. Caso não fosse possível, fugir e tentar conseguir outros meios de reintegrar-se a sociedade para não ser levado ao cárcere era uma maneira plausível de manter-se livre, na hipótese de ser descoberto em fuga, como Benedicto.

Mas, como esses homens negros conseguiam assentar praça nessas corporações, não havia uma averiguação? O repasse de informações não era feito? E quais os motivos para certa tolerância em sua permanência no serviço ativo.

Reafirmamos que as condições do sistema militar e penal eram deveras precárias, carecendo de efetivos e estrutura física, a desorganização era demasiada e esses indivíduos ao ingressarem na corporação também utilizavam-se dessas necessidades ao seu favor, tanto para permanecer quando para fugir.

Sendo que, nem as mais básicas informações tinham repasse garantido pelas autoridades, inclusive nos relatórios ministeriais era comum as informações sobre repasse insuficiente ou até mesmo nenhum. Isso aliado a necessidade de homens para o trabalho nas províncias e o serviço de guerra tornava as coisas ainda mais conflituosas. Acreditamos que por isso, indivíduos como Benedicto permaneceram na corporação mesmo quando procurados por seus senhores.

A concepção de uma situação como a desinformação, acabava por atrelar-se a outra tornando todo o sistema caótico, principalmente se relacionarmos a instabilidade física com a humana.

O fardo militar a todo o momento recaia sobre suas costas, impossibilitando-os, em algumas circunstâncias, de reagir de outra forma que não a partir da transgressão. Não descartamos que, leva-los a exaustão do corpo e da mente poderia também ser uma forma de puni-los, contudo, o que sobressai em toda essa questão é o péssimo estado estrutural nos quais estavam mergulhados o sistema militar e carcerário provinciais. Essas condições contribuíram para dificultar ainda mais a formulação de contingentes fardados, armados e organizados para servir, principalmente, ao longo da Guerra do Paraguai.

Tentamos, portanto, demonstrar nesse capítulo como as articulações interinstitucionais e as relações de sociabilidade e clientelismo favoreceram a elaboração de ambientes hostis e mal organizados, que quando solicitadas as corporações militares e seus membros, nos momentos da guerra, tiveram dificuldades para manter seus quadros guarnecidos e minimamente preparados para combater em território estrangeiro.

Mas, o que foi a Guerra do Paraguai? E por que todo esse contexto poderia afetar as tropas que foram recrutadas?

II – “THEATRO DE GUERRA”: o envolvimento dos paraibanos na Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai foi um conflito bélico de proporções internacionais que incluiu Brasil, Argentina, Uruguai, formuladores da Tríplice Aliança contra o Paraguai. A guerra estendeu-se por cinco anos, tendo o Império do Brasil diferentes generais comandantes dos contingentes. Esse entendimento dos homens que ocuparam postos de liderança, também incide sobre os sujeitos que estavam nas tropas que compunham os chamados “contingentes de guerra”, nos quais, estavam alocados os homens negros.

Os meses anteriores a Guerra do Paraguai, foram expressivamente agitados para o Brasil. O envolvimento nas disputas políticas no Uruguai entre os partidos Blanco e Colorado, fomentavam um ambiente de instabilidade nos países que compunham a bacia do Prata. Estes, a muito disputavam espaço. Principalmente o império brasileiro tinha interesses e relações comerciais estreitas com o Uruguai. Os conflitos fronteiriços que levaram as elites brasileiras, com ênfase aquelas localizadas nas áreas dos Pampas, a articularem-se para manter os privilégios e rotas comerciais, faziam frente às insurreições representadas pelo partido Blanco, apoiado pelos paraguaios.

A permanência dessas elites em território uruguaio reverberava em problemas para outras nações, incluindo a Argentina, pois, está além de apresentar dificuldades com a manutenção da independência, enfaticamente, pela atuação da província de Buenos Aires, mantinha províncias que poderiam ser consideradas dissidentes e auxiliadas pelo Paraguai, como Entre Ríos e Corrientes.

A solução encontrada pelo Império brasileiro para conter os avanços que poderiam prejudicar sua política externa foi a intervenção direta no Uruguai, primordialmente quando pensamos na conformação do próprio território brasileiro, quando da questão do Mato Grosso, área fronteira alvo de constantes disputas.

Outro ponto de consideração era os embates promovidos pelos estancieiros rio-grandenses que estabeleciam vínculos comerciais com o Uruguai e reclamavam dos “prejuízos” sofridos nesse país. Não podemos descartar que essas reclamações eram formas de pressionar o Brasil a intervir ainda mais no Uruguai, e que o Império apenas as arrastava. Pedidos de indenização por roubo de gado em lado uruguaio, fugas de escravizados que não eram remetidos aos seus proprietários, dentre outras questões, inflamavam as associações entre essas duas nações, tendo em vista a proximidade de ambas. “Portanto, as relações fronteiriças entre o Rio Grande do Sul e o Estado Oriental do Uruguai tinham suas peculiaridades, devido à grande aproximação desses povos. Tal

aproximação facilitava as relações políticas e econômicas dos grandes estancieiros sul-rio-grandenses que, do outro lado da fronteira, possuíam grandes propriedades [...]” (FERRER, 2010, p. 31).

Nesse ínterim, o Paraguai fazia parcerias com Atanasio Cruz Aguirre, presidente provisório do Uruguai que fazia oposição à política intervencionista do Brasil nesse país.

Essa articulação entre Paraguai e o presidente Aguirre aliado ao partido Blanco, tendo em vista a concepção de desobediência, quando do não cumprimento dos termos de acordo elaborados pelo Império do Brasil na tentativa de manter estabilizado o controle que exercia no Uruguai, aprofundava ainda mais os conflitos.

Desta forma, os movimentos que se seguiram a partir das ações de negociação e imposição militar do Império brasileiro sobre o Uruguai, foram apenas mais uma das muitas disputas experimentadas por esses países na América Latina. Embora, tenha servido como estopim para que os paraguaios sob o comando de Solano López declarassem seu repúdio aos atos brasileiros, iniciando um dos maiores e mais duradouros conflitos na América do Sul.

Consequentemente, foi dado início a uma sequência de tentativas de negociação entre Brasil e Paraguai para remediar a situação iminente de guerra, que não surtiram o efeito esperado, pois em Novembro de 1864 dois ataques dos paraguaios se sucederam contra o Brasil, o primeiro que interceptou o navio que levava o novo Presidente da Província do Mato Grosso o Coronel Carneiro de Campos, e o segundo iniciado com o impedimento de circulação marítima brasileira no rio Paraguai, desenrolando-se com as invasões das Províncias do Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

A partir desse ponto, os lados começaram a ser escolhidos e formulou-se a Tríplice Aliança, construída entre Brasil, Argentina e Uruguai e do lado opositor estava o Paraguai. Este acordo garantiria apoio político e bélico entre as nações participantes.

Para tanto, a posição assumida pelo Brasil encaminhou-se para a percepção de um conflito rápido, como ocorrido no Uruguai, uma intervenção que pudesse sanar as contendas e arrefecer os ânimos do governo paraguaio. Entrementes, essa noção não perduraria, tendo em vista o prolongamento dos combates e a necessidade de homens e estrutura que possibilitasse a permanência dos efetivos no país estrangeiro.

A organização de uma estrutura tão problemática e que carecia de sérias modificações seria um desafio para o Brasil, que desde o período colonial, como já

informado nesse texto, padecia com as reclamações de falta de contingentes, fugas e a degradação das forças de terra.

Os soldados brasileiros não estavam preparados para as intempéries climáticas e territoriais, e nem mesmo as campanhas governamentais (que abordaremos mais adiante), foram capazes de assegurar recrutas satisfeitos em oferecer seus serviços para a manutenção da soberania nacional.

Associado a isso, o clima de insatisfação e os distúrbios ocasionados pela população livre, pobre e negra eram um desafio a ser enfrentado, e que se arrastaria mesmo depois do conflito contra o Paraguai, tornando-se pior também em decorrência do mesmo.

Na tentativa de manter sua soberania intacta e ainda angariar vantagens com a derrota paraguaia, o Brasil começaria a investir, pelo menos ideologicamente, em seus batalhões, chamando-os a servir e fomentando no oficialato a garantia de vantagens no oferecimento de seus préstimos.

Sendo dessa forma, a atuação do governo imperial e de como seus generais deveriam portar-se, e mesmo das articulações empreendidas por esses indivíduos para manter seus cargos ou ascender para outros postos, nos possibilitaram a amplificação dos comportamentos evidenciados na Província da Paraíba do Norte. Francisco Doratioto (2008), em seu livro de cunho biográfico sobre o Marechal de Campo Manoel Luís Osório (General Osório) que comandou as tropas brasileiras entre 1865 e 1866 (afastado por motivos de saúde em 1866), evidencia as trocas de favores e embates entre o oficialato e as elites políticas, inclusive culminando em certo desgosto por parte de Osório, desgosto este, que ultrapassou os limites profissionais incorrendo no mais íntimo de suas percepções, a julgar pelas cartas trocadas entre ele e os filhos, nas quais, ressentido da carreira militar não a aconselhava aos filhos.

Nesse “teatro de guerra” o qual abordaremos de forma mais aprofundada nesse próximo capítulo, inseriram-se outros sujeitos tão ou mais conhecidos que o general Osório, sendo estes o Marechal Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) comandante entre os anos de 1866-1868 e finalmente se encaminhado para o fim da guerra, Luís Filipe Gastão de Orléans ou Conde d’Eu (1869-1870), genro do Imperador D. Pedro II, que tinha experiência militar para além das fronteiras brasileiras.

Cada um desses sujeitos fora estrategicamente escolhido para comandar os movimentos da Guerra do Paraguai. As ofensivas e formas de atuação sobrepunham-se na tentativa de aniquilar os pelotões paraguaios e capturar Solano López. Essas

escolhas, todavia, como colocamos, não foram aleatórias e embora, não seja o nosso trabalho enveredar por uma biografia desses indivíduos, seus nomes devem ser lembrados não apenas por suas atuações nos campos de batalha, sobretudo por aquilo que foi construído fora dele, ou seja, redes de sociabilidade muito bem planejadas para beneficiá-los em momentos específicos, resguardando seus interesses e tentando manter o poder emanado por suas patentes. Destarte, os arquétipos fornecidos por suas vivências militares e civis, era algo que não apenas fazia parte do jogo político daqueles que estavam mais próximos do centro do poder imperial, ou seja, o monarca, como também daqueles que teciam suas redes nas províncias, relacionando comandantes e comandados, em nosso caso o oficialato paraibano os soldados, especificamente os homens negros recrutados da Província da Paraíba do Norte.

Estes, que compunham o grosso dos batalhões e sofriam todos os ditames e ausências governamentais, relacionavam-se de múltiplas formas com os oficiais e a legislação, e diferentemente da representação forjada pela historiografia dita tradicional, não podem ser classificados como “bucha de canhão”, como não problematizadores de suas situações, pois, estes aplicavam de forma prática modos de sobreviver e/ou fugir a esse sistema.

Por outro lado, destacamos que para o governo imperial restava à elaboração de propagandas e estratégias que pudessem cooptar donativos e indivíduos que servissem em território paraguaio. Prometendo vantagens indistintamente, embora, estas nem sempre eram cumpridas satisfatoriamente.

Aprofundando a discussão sobre a participação da Província da Paraíba do Norte na Guerra contra o Paraguai, devemos compreender alguns conceitos largamente difundidos ao longo do período de guerra, que objetivavam justificar o engajamento da população do Império a serviço das necessidades da guerra. Falar aos “brios patrióticos”, perante a “ofensa para com a nação” foi uma das argumentações mais utilizadas pelas autoridades provinciais nos momentos de conflito contra o Paraguai. Consequentemente, é importante entender como a aplicação dessas ideias de Pátria, Patriotismo e Nação, impactaram os sujeitos oitocentistas, a julgar pela enorme parcela de indivíduos que não estavam dentro dos princípios de construção do Estado-Nação. Assim, afirma Fernando Catroga:

[...] no significado de pátria, a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional, e a sua funcionalidade é dita numa linguagem lírica, afetiva e maternal, que antropomorfiza, tanto o território, transformando-o em paisagem,

como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal de com/patriotas. Por sua vez, o Estado alude, predominantemente, à dimensão institucionalizada do poder que se exerce sobre uma população – que ele divide entre governantes e governados – e sobre um dado território, lugar onde a sua soberania traça e defende “limes” externos, ao mesmo tempo que procura eliminar os internos. Para isso, exige deter o monopólio da violência, pelo que não admira que a sua linguagem seja de cariz técnico-jurídico e “fria” (mormente quando comparada com a da “pátria” e a da “nação”), características que diminuem ou neutralizam a sua força apelativa, embora exprimam bem o cariz coercivo do poder que ele, através da lei e da polícia, exerce sobre os indivíduos e os grupos. (CATROGA, 2014, p. 22).

Desta forma, analisar como o patriotismo foi implementado no discurso das autoridades brasileiras, e posteriormente, chegou à população livre, pobre e negra na tentativa de conseguir apoio, nem que fosse engrossando as fileiras dos contingentes mandados para Guerra do Paraguai, sugere uma prática explícita de assimilação, vinculada a conveniência do Brasil, no tocante ao respaldo para permanência desses sujeitos em tão longo conflito.

Compreendemos que o ideal de pertença patriótica que correlacionaria os indivíduos nas tramas do discurso imperial, deveria advir da renúncia do “eu” em favor do “nós”. Sendo assim, os indivíduos reconheceriam e definiriam suas ações a partir de dois sentimentos, o vilipêndio³³ e a abnegação³⁴.

O primeiro concebido por meio do ultraje desempenhado pelo Paraguai. Que conforme as notícias da época, ao declarar guerra, transgredia a liberdade dos indivíduos oitocentistas no Brasil. O segundo sentimento, esse mais complexo de operacionalizar, era o da abnegação, haja vista que os sujeitos deveriam conceber suas existências para além do individual, conformando uma noção de grupo, na qual, eles deveriam renunciar ao bem-estar pessoal, afiançando seus préstimos para a causa nacional, mesmo lhes custando a vida.

Assim, grupo e indivíduo se mesclariam pela conveniência do todo. Pois:

O patriotismo identificava-se, por isso, com a virtú³⁵, ao concitar os cidadãos a anteporem o bem comum acima dos seus interesses egoístas e a compreenderem que esse seria o melhor caminho para poderem gozar, no máximo, os seus próprios direitos (CATROGA, 2014, p. 18).

³³CATROGA, Francisco. Pátria e Nação. Universidade de Coimbra. 2014, p. 13-34. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e_Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catoga.pdf . Acesso em: 10 fev. 2019.

³⁴ Idem

³⁵ A ideia de “virtú” é utilizada para definir uma das características indispensáveis ao Príncipe. Esta seria uma das concepções norteadoras da relação entre os súditos o príncipe e as formas utilizadas para defender ou representar-se nesse sistema.

Forjar uma Pátria única para todos os indivíduos não era um processo simples, compreendemos que primeiramente, estes deveriam sentir-se integrantes de uma causa, algo que os estaria beneficiando, advindos de promessas, proteção e/ou prestígio social. Depois, reunir-se-iam através de signos comuns, disseminados e reafirmados a partir de maciça propaganda. Por último a questão de direitos, distribuindo e alocando os sujeitos de acordo com o grau de seus préstimos, condição social e racial.

Murillo Dias Winter (2018), ao refletir sobre a aplicação do conceito de Pátria e do derivado patriotismo na imprensa, pensando a conformação de identidade platina, sugere que ao longo dessa conjuntura o termo sofreu algumas variações semânticas no início do século XIX, em que para a população das colônias espanholas, o elemento político foi paulatinamente unido à percepção inicial de pertencimento, dando ao termo uma configuração de causa comum, abarcada por sujeitos de diferentes origens, movidos pelo sentimento de contestação ao inimigo estrangeiro, nesse caso, o Brasil, tomado pelos platinos como opositor a ser combatido.

A luta contra a ocupação e a usurpação dos direitos dos habitantes deveria ser motivada pela liberdade da Pátria, o combate à ocupação brasileira seria guiado pelo patriotismo, este foi utilizado como elemento de coesão da população contra o inimigo em comum. Não apenas os nascidos no território, mas todos seus habitantes que são contrários à ação imperial deveriam participar e apoiar os movimentos de sedição (WINTER, 2018, p. 221).

Essa análise produzida por Winter, também propicia um panorama dos conflitos anteriores ao iniciado em 1864 (Guerra do Paraguai), permiti-nos a reflexão sobre as tensões existentes entre os países que compartilhavam a região da bacia do Prata. Ao aprofundarmos nossa pesquisa, ressaltando os eventos anteriores (início do século XIX), que culminaram com processos de autodeterminação territorial de alguns dos países que estiveram envolvidos na Guerra do Paraguai, contribui para o entendimento da contextualização problemática na qual o Império brasileiro e os demais países (Argentina, Uruguai e Paraguai) estavam envoltos, haja vista, as disputas territoriais e políticas que marcaram não só os embates para a posse das rotas comerciais ao longo do Prata, como estabeleceram formas de comportamento particulares para cada uma dessas nações, no sentido de controle das relações diplomáticas e da política externa e interna.

Consequentemente, a situação vivenciada pelo Brasil com a Guerra do Paraguai, embora, tenha surpreendido por sua duração e pelas necessidades suscitadas, não se configurava uma novidade, no que tangia os elementos discursivos e defensivos que

tentavam manter a autonomia territorial interna e a autoridade externa, permaneceriam, para permitir a partir dos debates diplomáticos e da propaganda dos “Voluntários da Pátria” a tentativa de integração dos sujeitos em uma mesma causa. Pelo menos em parte, a resistência contra o inimigo e a ênfase na defesa e liberdade da Pátria aglutinariam a população em uma só razão (ao menos em termos oficiais) propalada nos periódicos e nos relatórios da administração pública.

Autoridades do Império, por sua vez, esforçavam-se para alcançar todos aqueles excluídos anteriormente, estes continuariam em um lugar de subalternos. Contudo, a propaganda seria irrestrita. Se na prática sobravam os mesmos problemas para a população livre, pobre e negra, desta vez, anexada ao “contingente de guerra”, os discursos, promessas e pedidos serviriam em tese, a reafirmação do compromisso para com aqueles que prestassem seus serviços à nação na defesa territorial.

2.1 Revela-se o “Theatro de Guerra”

Nos últimos dias de 1864, desvelava-se o “Theatro de Guerra”, o ministro dos negócios estrangeiros relatava com satisfação as incursões bem-sucedidas no Uruguai, que objetivavam arrefecer os ânimos considerados revoltosos pelo Império. As disputas haviam cessado e finalmente, o Uruguai voltava a restabelecer as “relações de amizade e bôa intelligencia³⁶” com o Brasil, parecia, portanto, que não haveria mais preocupações para com os outros integrantes da bacia do Prata.

Contudo, o mesmo ministro ressentia-se em dizer que a paz não lograva longa com as outras nações, o Paraguai que já estava movimentado algumas relações com parcelas dissidentes do Uruguai e Argentina, resolvia adentrar ao território brasileiro e declarar oficialmente guerra.

Sendo dessa forma, mal o Brasil havia saído de um “theatro” já se colocava em outro, fato ocasionado pelas “ofensas” paraguaias.

As armas brasileiras estavam, porém, empazadas por outro teatro, tendo o Império de responder à igualificável provocação, que nos atirara o presidente da Republica do Paraguay, hostilizando-nos em plena paz, sob o pretexto de que attentamos contra a Independencia e integridade do Estado Oriental, e soltando o grito de guerra com que

³⁶ Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Respectivo Ministro e Secretário de Estado João Pedro Dias Vieira, do ano de 1864, publicado em 1865. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1502/> Acesso em: 24 jun. 2018.

insidiosa e barbaramente tem devastado a indefeza provincia do Mato-Grosso³⁷.

Logo, reconhecido dito ultraje passado pelo Brasil, ao ser declarada a guerra pelo Paraguai, o Império rapidamente passou a articular-se com as outras nações, dentre elas a Argentina, que logo decretou o bloqueio dos portos para impedir o comércio e a circulação de embarcações paraguaias, bem como, o Brasil já havia feito. Como descrito no decreto do Ministério da Guerra e Marinha, em Buenos Ayres do dia 17 de abril de 1865 “Estando a nação em guerra com o governo do Paraguay. O Presidente da República resolve e decreta: Art.1º. Desde a publicação d’este decreto ficão bloqueados todos os portos do litoral da República do Paraguay occupados pelo seu governo. Art.2.º Communique-se, publique-se e dê-se ao registro nacional.”³⁸

A anuência para com a guerra, portanto, não partiu apenas do Brasil, sobretudo das outras nações que se sentiam “vilipendiadas” pelos paraguaios. As relações diplomáticas constituíam-se como um dos primeiros elementos para a apresentação das armas e tropas.

Entrementes, as nações que reconhecidamente fizeram parte da guerra do Paraguai (Brasil, Argentina, Uruguai e o próprio Paraguai), outras também atuaram nos seus encaminhamentos se pronunciando sobre o acordo estabelecido entre o Brasil, Uruguai e Argentina conhecido como Tríplice Aliança.

Desta feita, uma das perguntas que foram efetuadas ao longo da elaboração desse trabalho, encaminhava-se justamente para a percepção apresentada pelas outras nações sul-americanas, que estavam próximas, e de um jeito ou de outro, também sofreram com as consequências da guerra, seja pela proximidade territorial, seja pelas relações comerciais e diplomáticas.

Novamente, os relatórios ministeriais nos fornecem informações sobre as reações de alguns países que não estavam envolvidos diretamente com a Guerra do Paraguai.

Duas nações aparecem afirmando o desconforto com as ocorrências dos primeiros momentos da guerra, quando do tratado da Tríplice Aliança. Bolívia e Peru

³⁷ Idem.

³⁸ Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Respectivo Ministro e Secretário de Estado José Antonio Saraiva, do ano de 1865, publicado em 1866. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1502/> Acesso em: 14 jun. 2018.

colocaram seus problemas com relação à confirmação do acordo: do Peru veio a seguinte informação:

Tomando conhecimento do texto publicado, julgou-se o governo do Perú com o direito de formular contra o tratado [da tríplice aliança] um longo protesto, que foi entregue à publicidade sem a menor demora, e transmitido depois pela respectiva legação ao governo de Sua Magestade³⁹.

Já da Bolívia, vinha uma cobrança sobre a definição fronteiriça, haja vista, que no tratado isso havia sido questionado. A Bolívia sentindo-se ameaçada em seus limites, que havia muito, arrastava-se sem solução para ambos os lados (Brasil e Bolívia), indagando, pois, sobre um posicionamento brasileiro. Quando a elaboração do tratado foi concluída e seus trechos divulgados, esse país viu-se na insegurança de uma invasão, ou até mesmo redefinição dos territórios nacionais, resolvendo lançar uma nota esperando explicações do Império.

Especulamos que o Império brasileiro, estrategicamente, não desejava um levante por parte de outras nações, que poderiam unir-se ao Paraguai, sendo assim, tratou de elucidar qualquer divergência que pudesse surgir.

O ministro das relações exteriores da Bolívia alludio em sua nota à questão de limites, que ainda está pendente entre essa Republica do Brazil: mas esta questão é disticta, não podia ser e não foi prejudicada pelas estipulações da alliança. O governo imperial a respeita e faz quanto está ao seu alcance para que ella seja resolvida com brevidade e de maneira satisfactoria para ambos os paizes⁴⁰.

O Brasil ainda assegurava:

O Brazil possue território tão vasto que não necessita augmenta-los em prejuízo dos seus vizinhos. O que seu governo deseja é que, no interesse de todos, conheça cada um o que lhe pertence e fique discriminada a sua jurisdição. Tal é o único motivo dos immensos e constantes esforços que elle tem feito para conseguir a completa designação da extensa fronteira do Império. Nenhum outro o impelle e sobre isto não póde haver a mais leve sombra de dúvida⁴¹.

Se pensarmos na situação do Uruguai e na indefinição das fronteiras, que levou ao processo de intervenção executado pelo Brasil em 1864, movimento este que propiciou a declaração da Guerra do Paraguai, havia muito sentido nas insatisfações

³⁹ Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, do ano de 1866, publicado em 1867. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1503/> Acesso em: 10 jun. 2018.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

bolivianas sobre o tratado e a possibilidade de redefinição, podendo atingi-los diretamente, principalmente dada à proximidade dessas duas nações.

Compreendemos esse temor, pois o Brasil já em meados no século XIX, instalava-se vagarosamente na região que hoje conhecemos como Acre, este pertencia aos territórios bolivianos e fora paulatinamente ocupado pelos brasileiros, que exploravam os seringais. Sendo assim, inferimos que embora a resposta brasileira tenha sido para rebater possíveis acusações e problemas, serviria mais a tentativa de refrear um levante boliviano.

A intenção de manter sua área era legítima, perder parte do seu território prolífico ou até mesmo ter sua soberania contestada não era interessante para o Brasil dada à conjuntura de guerra declarada, mais é controversa a afirmação de não expansão, a julgar pelo potencial produtivo dessa extensão boliviana.

Interessante compreender que os sujeitos envolvidos nessas articulações não desejavam a paz por puro benefício às nações americanas, os interesses econômicos e políticos pesavam nos discursos dos emissários diplomatas para que houvesse a reavaliação de tão grande conflito, haja vista, os prejuízos para as relações comerciais.

As intervenções em decorrência do confronto sugerem que as consequências da Guerra do Paraguai ultrapassaram as barreiras fronteiriças dos países da América do Sul, repercutindo no cotidiano das províncias e sendo alardeadas nos periódicos, como observamos no jornal O Publicador. Este informava a população sobre os movimentos ocorridos no país vizinho.

Na edição de 1865 encontra-se o seguinte relato

comunicado pela missão especial a guerra que desgraçadamente surgiu entre o império e o Paraguay, declarou o governo argentino e sua firme resolução de manter-se neutro nella, fazendo os mais ardentes votos pela sua terminação. Negada a passagem que o governo do Paraguay solicitou pelo território argentino, communicou-se isso á missão especial⁴².

As trocas de referências, dos ministérios e jornais dentro e fora do Brasil, foram maciças para descrever as situações ocorridas no Paraguai e as atividades do governo imperial e aliados sobre a guerra. Na Província da Paraíba do Norte, as notícias internacionais eram repassadas principalmente dos periódicos argentinos. Havia

⁴² Jornal O Publicador. 1865, edição 845. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&PagFis=7&Pesq=alagoa>. Acesso em: 18 abr. 2018.

transcrições dos documentos e comentários sobre os eventos no Paraguai, imprimindo uma perspectiva específica sobre as atividades dos aliados em detrimento do governante paraguaio Solano López.

As notícias, segundo os editores de um dos principais jornais a cobrirem a guerra, O Publicador, era resultado dos pedidos dos leitores, que se interessavam sobre a Guerra do Paraguai. Entretanto, embora a propaganda positiva fosse recorrentemente feita, em algumas situações as notícias não eram boas para o público.

As notícias sobre o teatro da guerra, datadas de 15 não referem sucesso algum de importância relativamente às operações belicas. Apenas havia frequentes tiroteios entre as avançadas. A expedição da esquadra, que tinha subido o alto Paraná às ordens do chefe Alvim, desceu sem ter descoberto vestígio algum de tropas paraguayas⁴³.

As notícias de guerra eram oferecidas principalmente pelos argentinos, e pelos ministérios que davam conta de alguns aspectos mais cruciais e problemáticos para as províncias, como as condições sanitárias e as incursões dos soldados. Consideramos que para maior parte da população, as circunstâncias sobre a guerra eram importantes, pois como a maioria do público-alvo dos recrutadores era de livres pobres e negros, que integravam parcela significativa dos habitantes, saber as notícias, mesmo através de terceiros, poderia ajudá-los a decidir se deveriam oferecer-se ou não para as tropas.

Importante lembrar, que o Paraguai como inimigo dos aliados tomava as páginas dos jornais com maior frequência, os periódicos descreviam minuciosamente todas as decisões tomadas e os movimentos mais complexos, a figura de Solano e de seus comandantes era algo que gerava particular interesse. Os jornais desde o princípio acompanhavam os movimentos de guerra, incluindo os posicionamentos de cada uma das nações, quando da efetivação do conflito.

Ressaltamos que os relatos também faziam parte das estratégias de guerra e propaganda, a população deveria estar atenta e preparada para caso houvesse qualquer tipo de situação perigosa dentro do território. A ideia de escárnio e desprezo com relação a Lopez e as tropas contrárias aos aliados, era alimentada nesse discurso forjado pelas notas e notícias dos jornais.

Essas interações entre os periódicos e o império brasileiro, era uma forma veiculação de informações importantes para uma população essencialmente analfabeta e

⁴³ Jornal O Publicador. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa:1864-1869. Edição 1351. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&PagFis=2326&Pesq=Guerra%20do%20Paraguay> Acesso em: 12 jun.2018.

que contava com os jornais como um dos meios de informa-se sobre as determinações do governo central e provincial. Essas notícias, lidas em praça pública e redistribuídas, poderiam funcionar ao fortalecimento da ideia de pertencimento, em ambos os lados.

Como sugere Valdir Aragão do Nascimento ao analisar a conformação da identidade paraguaia a partir do periodismo.

Durante a Grande Guerra, o periodismo teve papel relevante no processo de recrudescimento do ânimo dos soldados paraguaios; além de difundir informações de interesse do governo entre os combatentes e a população em geral. A estratégia desses impressos era ridicularizar os governantes dos países que faziam oposição ao Paraguai. Para tanto, serviam-se de textos burlescos – quase sempre redigidos em guarani – e imagens caricatas que retratavam os inimigos como tolos, atrapalhados e cômicos. (NASCIMENTO, 2016, p. 400).

Sendo assim, no período da Guerra do Paraguai essas percepções jornalísticas nos discursos relativos aos países envolvidos na guerra, sugerem a importância de participação da população (mesmo que de longe), no que estava acontece no Paraguai.

Por certo, que a problematização dessas falas é significativa para que não haja uma interpretação de que essas notícias estavam imbuídas de significados, sendo que o substrato que alavancava os periodistas nesse momento é a propaganda imperial e os sentimentos difusos da população, pois, na nossa compreensão, esta ao mesmo tempo que desejava manter-se distante dos movimentos no front, sentia-se impelida a consumir as informações, sobretudo, por seus parentes, amigos e conhecidos que se encontravam em luta. Outro ponto é importante, a ideia sustentada pelas autoridades e reforçada nos periódicos de um provável ataque interno.

Nesse contexto, não apenas as autoridades administrativas e os oficiais ficavam inteirados dos movimentos nos campos de batalha, assim como eles, todos os sujeitos oitocentistas poderiam ter acesso, por certo que devemos compreender que os pormenores dos tratados não eram divulgados, tampouco considerados para o interesse dos habitantes, todavia, havia uma necessidade evidente de informar do passo a passo da guerra, e introduzir, dada as devidas distâncias, os sujeitos nesses momentos decisivos.

Explorar esses contatos, parecia uma importante arma na propaganda oitocentista para guerra, colocar os personagens no “Theatro de Guerra” e movimentá-los aos olhos do público a partir dos periódicos, aparentava ser a forma mais eficiente de não perder o controle daquilo que estava sendo discutido e difundido sobre a guerra.

Ressaltamos que, embora o ostensivo manejo das ações inclusive em termos ideológicos tenha ocorrido, a compreensão sobre o controle deve ser proporcional aos limites da própria prática, seria quase impossível ao Império administrar toda e qualquer informação que chegava a população sobre a guerra, esses sujeitos tinham outros meios de conseguir notícias e suas habilidades de apreensão das pretensões do Império de conseguir braços para servir na guerra, configuravam campo fértil para que os sujeitos desenvolvessem estratégias.

Ter o mínimo de conhecimento sobre os desdobramentos e resultados da guerra, também era um artifício para esses sujeitos quando pretendiam vincular-se as tropas ou eximir-se delas.

Desta feita a campanha dos “Voluntários da Pátria”, que discutiremos de forma mais aprofundada no próximo tópico, nos leva a considerar todo o desenrolar dos eventos no Paraguai, e as necessidades atravessadas pelos brasileiros para evoluir no contexto das batalhas.

Analisar os discursos veiculados é crucial para a compreensão do micro, ou seja, daquilo que acontecia nas províncias, enveredando pelas motivações dos presidentes de província e recrutadores, revelando os apoios e dissidências inclusive na própria América do Sul. Toda essa base propagandística e de articulações que foram feitas dentro e fora do território nacional, nos possibilita depreender não só os fatos da Guerra do Paraguai, como o contexto mais amplo no qual o Brasil estava inserido no século XIX, sendo nosso foco, as parcerias e adversidades enfrentadas para a manutenção do recrutamento da guerra contra o Paraguai.

Não pretendemos, todavia, apontar certos e errados, mais ampliar o horizonte da investigação sobre os soldados, estes faziam parte de redes de sociabilidade e clientelismo, que os permitiam sobreviver em meio ao cotidiano aviltante das corporações militares, contudo, estes não estavam isolados, sequer as províncias que faziam parte, estas compunham uma trama, que poderia ser consonante ou dissonante das propostas imperiais, sendo assim, seguir os caminhos da propaganda e dos discursos, propicia o entendimento sobre até que ponto havia concordância, e como os habitantes captavam minimamente essas informações.

2.2 Entre discursos e doações: a Campanha dos Voluntários da Pátria

Em 07 de Janeiro de 1865, foi sancionada a Campanha dos “Voluntários da Pátria”, a partir do decreto 3.371, que definia a criação de contingente para o momento da Guerra do Paraguai. “Attendendo às graves e extraordinarias circunstancias em que se acha o paiz”⁴⁴, haja vista, o desenrolar do conflito.

O decreto instituía que deveriam ser criados corpos para auxiliar os momentos de guerra. Composto por todos os “cidadãos maiores de dezoito anos e menores de cinquenta anos”⁴⁵ que desejassem o voluntariado. Estes receberiam isenções e vantagens para atuarem nos batalhões de voluntários da Pátria designados nos *fronts*.

Estes gozariam de diversas vantagens, como já foi citado, dentre elas estavam, “soldo e 300 rs. diários, gratificação 300\$00 quando de suas baixas, bem como 22.500 braças de quadradas nas colônias militares e agrícolas”⁴⁶. Suas famílias também estariam respaldadas o Art. 10 do decreto refere-se especificamente aos casos de morte e incapacidade permanente, para os soldados e seus parentes. Dizendo:

Art.10: As famílias dos voluntários que falecerem no campo de batalha, ou em consequência de ferimentos recebidos nella, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os Officiaes e praças do Exército. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate, perceberão, durante sua vida, soldo dobrado de voluntário⁴⁷.

Como podemos perceber, o governo tentava de todas as formas cobrir as necessidades desses indivíduos (pelo menos no discurso), almejando conseguir mais efetivo. Mesmo em casos de morte ou ferimento grave. Pensamos que para os livres pobres que tinham como prioridade o sustento cotidiano e que aparentemente, não teriam outras oportunidades de conseguir melhorar suas condições de vida, as vantagens de terra, salário vitalício e suporte as famílias e em casos de doenças, podem ter servido como atrativo para o engajamento de cada vez mais homens.

Principalmente, quando levamos em consideração que nos primeiros momentos da Guerra do Paraguai a percepção é de esta seria um movimento curto e rápido, que se

⁴⁴ Decreto nº 3.371 de janeiro de 1865, que estabelecia a criação dos batalhões conhecidos como Voluntários da Pátria. BRASIL, Poder Legislativo. Coleção de Leis do Império do Brasil – Decreto 3.371 de 7/1/1865, Página5 Vol. 1 pt I (Publicação Original).Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-publicacaooriginal-73111-pe.html> Acesso em: 22 out. 2017. 554492-

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

estenderia por pouco tempo, sendo assim, [...] a guerra não foi imaginada nem premeditada pelo Brasil nem pelos seus aliados; é da sua parte um acto de defesa. Francisco Doratioto concorda com a percepção relativa ao prolongamento da Guerra, quando se refere aos Voluntários da Pátria:

Parte dos voluntários, sem suspeitar de que a guerra seria longa e dura, talvez visse no alistamento a possibilidade de melhorar sua condição de vida, tendo em vistas as vantagens financeiras oferecidas pelo governo. Outros, porém, delas abriram mão, e comprovaram o caráter realmente voluntário de sua ida para a guerra, como se vê nos relatórios do Ministério da Guerra de 1865 e 1866, nos quais também se registram doações dos voluntários. Na verdade, a apresentação de voluntários correspondeu ao clima de indignação contra a agressão Paraguaia [...]. (DORATIOTO, 2002, p. 117).

Corroborando com essa indignação, a Província da Paraíba do Norte coadunava com esse sentimento, mesmo que apenas dentro de parâmetros oficiais.

O apello patriotico aos brios de nossa nação, formulado nesse decreto, tem se coroadado de exito muito feliz, por quanto de todos os angulos do Imperio surgem legiões de bravos, que acodem pressurosos ao reclamo da patria ultrajada. Em verdade é magnifico o espectaculo, que o Brasil offerece aos olhos do mundo civilisado, que o contempla nestes momentos solemnes do enthusiasmonacional! ⁴⁸

Sendo assim, os esforços para a guerra levaram boa parte dos setores da sociedade oitocentista a engajar-se oferecendo bens, auxilio nos campos de batalha e mesmo seus serviços nos batalhões para lutar em território paraguaio. Como podemos observar no quadro a seguir:

QUADRO II - Relação dos voluntários do Exército que foram inspecionados d'ordem do S. Exo o Sen. Presidente da Província da Paraíba em 15 de abril de 1867

Nomes dos Praças
João Ferreira de Mello
Feliz Pereira de Lima do Nascimento
Antonio VicenteFerreira
Antonio José Moisinho
Manoel SoaresBrasil

Fonte: Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Relação dos voluntários do Exército que foram inspecionados d'ordem do S. Ex^o Sen. Presidente de Província em 15 de abril de 1867.

⁴⁸ Exposição com que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração da Província da Parahyba ao Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Britto em 2 de jun. de 1865. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u501/>. Acesso em: 25 maio 2018.

Analisando o quadro podemos perceber que apenas um pequeno numerário de voluntários era mandado para inspeção de cada vez, estes seriam examinados para que suas habilitações fossem confirmadas, e nesse contexto, os problemas para manter o contingente poderiam se tornar mais graves. Nessas investigações, não era feito apenas o exame das aptidões físicas, sobretudo a apuração das isenções, vidas pregressas e outras tantas informações que poderiam conflitar com a permanência desses sujeitos nos batalhões. Contudo, a guerra já havia se tornado insustentável ao ponto de nas províncias, ignorar-se as possibilidades de dispensa dos sujeitos.

Consequentemente, com o acirramento das relações entre os países envolvidos e a crescente necessidade de manutenção do conflito, o Império do Brasil teve que tomar certas medidas para arregimentar braços para as incursões ao Paraguai. Essas providências colocavam-se à revelia dos “brios patrióticos” forçando a participação dos indivíduos, impossibilitando a manutenção dos contingentes apenas com voluntários.

Mao grado as dificuldades, com que tive de lutar, provenientes, já das ideias derramadas pela opposição, **e já do desanimo e mesmo repugnancia, que certas camadas da população votavão da guerra**, pode remetter em diversas épocas muitos contingentes, que formaram o numero de 658 alistados, sendo o ultimo, que se compôz de 59 praças, embarcado no dia 8 do corrente. (Relatório de Presidente de Província da Paraíba, 1868, p.4-5). [Grifos nossos]

Sendo dessa forma, essa citação nos informa sobre a percepção do governo Imperial, acerca da formulação dos seus contingentes para guerra. E dos desdobramentos provenientes da investigação dos dados, contestando uma harmoniosa e estruturada presença dos soldados de diferentes origens e localidades. Ponderando que essas camadas da população evidenciadas pelo Relatório de Presidente de Província se referem aos livres pobres (brancos e negros), que demonstravam interesse financeiro, social, e também patriótico, como acentuado por Doratioto (2002). O clima de insatisfação entre essa população já se apresentava nas províncias, dentre elas a Paraíba.

Os informes contidos no jornal O Publicador na 3ª sessão do Ministério da Justiça dão conta da situação conflituosa na Província.

Estando o governo imperial inteirado pelo officio de 6 deste mez dos relevantes serviços prestados pelo delegado de polícia do termo de Pilar, José de Britto Jurema, já promovendo o alistamento de voluntários da pátria, e já capturado recrutas para o Exército, e guardas nacionaes, que tendo sido designados na forma do decreto n.3383 de 21 de janeiro ultimo, se recusarão á marchar para a guerra do Paraguay, manda louva-lo por esses serviços e espera que elle com

o mesmo zelo e dedicação os continue á prestar[...]. (O Publicador, nº 1031, anno V, 1866)

Entrementes, os momentos caóticos da guerra, a propaganda patriótica não arrefeceu, apenas elaborou outras estratégias de chegar aos batalhões das províncias e consequentemente, aos soldados. Boas notícias, veiculadas por documentos oficiais, davam conta dos prestimosos serviços à nação oferecidos pelas corporações:

Tendo deliberado a câmara dos senhores deputados consigna no acto de uma sessão um voto de felicitação e reconhecimento à Guarda Nacional do Império que nos campos de combate do Paraguay tem alcançado para a Pátria glória imorredoura e para si renome e a gratidão do país transmittido V. Ex.^a para dar a conveniente publicidade n'essa província o officio junto por cópia, em que não foi communicado aquella deliberação⁴⁹.

Percebemos que havia certa intencionalidade nas felicitações propostas, com intuito de criar uma áurea que positivava a participação dos soldados nos campos de batalha, unindo o reconhecimento estatal ao popular. Acreditamos que essa era uma forma de renovar as percepções sobre a guerra, com pretensões a esmorecer os desgostos províncias com o prolongamento do conflito contra o Paraguai.

Na comunicação oficial, portanto, os ofícios dos Ministérios da Guerra e Justiça, davam conta dessas trocas elogiosas sobre o sucesso das incursões brasileiras em território paraguaio. Enaltecer também servia a demonstração de controle exercido pelo Império, ao passo que era repassado que os serviços prestados a nação estavam surtindo efeito, em prol da dissolução do combate.

Igualmente aos relatórios, nas sessões da administração pública, como nas câmaras, as parabenizações constituíam prática corrente na formação de um discurso vitorioso sobre o Brasil e seus soldados, principalmente, os chefes militares que os comandavam. Vejamos a cópia de um documento remetido da câmara dos deputados do Rio de Janeiro de 11 de Julho de 1869, em nome de Diogo Velho Cavalvanti de Albuquerque.

Ill^{mo}e Ex^{mo} Senhor. A Camara dos senhores deputados deliberou em sessão de 5 do corrente que se consignasse nas Actas um voto de felicitações e reconhecimento ao Exército e Armada Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais, Generais de Mar e Terra e ao districto General Duque de Caxias que com tanta inoficiência e valor as dirigio aos diversos campos de combate no Paraguay, onde alcançarão para a patria gloria immorredoura, e para se renome e a gratidão do paiz. O

⁴⁹ Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Circular do Ministério dos Negócios da Justiça, Rio de Janeiro 9 de Julho de 1869 para que fosse cumprida pelo Palácio do Governo da Parahyba, datado de 24 de julho de 1869.

que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex^a para os fins convenientes, nas partes relativas ao Ministério ao seu cargo⁵⁰.

Figurativamente, temos outro elemento que pesava nos discursos das autoridades locais e centrais, a representação de um “mal comum” que deveria ser combatido e aniquilado. Sendo unânimes nas falas os ataques a Solano López, a elaboração de uma figura impiedosa que ofendia a autonomia nacional, estendendo seus tentáculos sobre todos os paraguaios, que tentavam subjugar os brasileiros. Essa prática servia de forma similar a exaltação dos batalhões nacionais, sendo assim, forjar o ódio também era uma estratégia da guerra, tendo em vista, que exterminar López, traria a paz futura para o Brasil, dissolvendo os problemas para os aliados. Por certo:

Bem fundada é, pois a grata esperança que me anima de ver em breve vingadas a honra e a dignidade do Império, aleivosamente ultrajada pelo dictador do Paraguay, e conseguidas as garantias indispensáveis para a segurança e tranquilidade futuras do Brazil e das Republicas suas aliadas⁵¹.

Ponderamos que tanto a culpabilização de Solano López, quanto à apelação para que houvesse a recuperação da “dignidade do Império”, faziam parte dos esforços para cooptar sujeitos aptos em um momento onde a população já não mais se oferecia para os contingentes da guerra como voluntários. Essas falas fazem parte de uma intrincada sequência discursiva de difusão de ideias patrióticas, que como já ressaltamos, voltava-se internamente as parcelas descontentes com os longos anos da guerra, cremos que para as autoridades imperiais havia uma percepção de que ao servir na guerra, homens pobres ofereciam aquilo de que dispunham, a força de trabalho, e esta deveria ser disponibilizada mesmo que contra a vontade.

Para esses sujeitos, a obrigatoriedade do serviço a Pátria era urgente e indispensável. Destacamos que a população livre, pobre e negra, em meio às péssimas condições experimentadas durante a guerra, era quiçá a mais descontente com os desdobramentos militares no Paraguai, essencialmente com a falta de comprometimento do Império com as promessas feitas com o lançamento da Campanha dos “Voluntários da Pátria”.

⁵⁰Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Circular da Câmara dos deputados no Rio de Janeiro 11 de Junho de 1869.

⁵¹ Relatório do Ministério de Relações Exteriores do ano de 1867, apresentado pelo ministro João Silveira de Souza a assembleia geral legislativa na 2ª Sessão da 13ª legislatura. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1581/> Acesso em: 27 jun.2018.

2.2.1 Préstimos Particulares na Província da Paraíba: “Doando-se” para as “urgências do Estado”

As doações para guerra não se restringiam apenas aos serviços executados como soldados. O oferecimento da força de trabalho no front, era apenas uma das formas de auxiliar os batalhões.

Particulares de diversos lugares da província colocavam-se a disposição do Império para estimular a empreitada brasileira em terras paraguaias. Por suposto, que devemos fazer a ressalva de que, entendemos esses gestos, como maneiras de evidenciar a disponibilidade para com a causa nacional e conseguir algum tipo de benefício futuro⁵².

Mais da metade das doações referenciadas por particulares, foi efetuada por funcionários públicos e indivíduos relacionados as corporações militares, com um adendo, estes últimos, no nosso entendimento fizeram tais contribuições também com vistas ao aumento do prestígio para com os administradores imperiais.

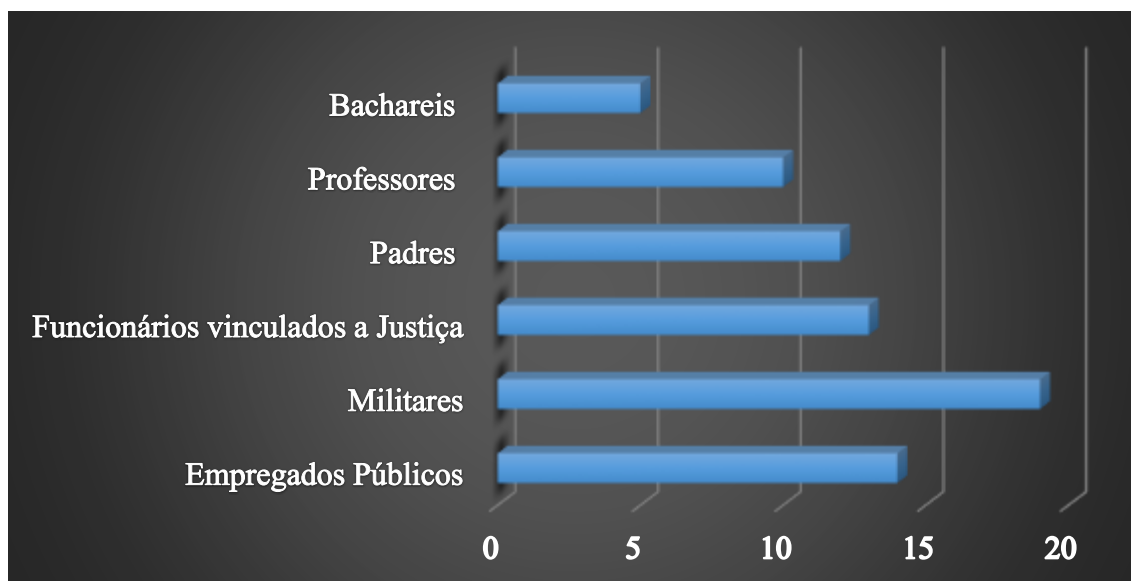
Sendo assim, algumas categorias apareceram na documentação, particularmente, aqueles homens que ofereceram dinheiro e não serviços. Comprometeram de 5% a 10% de seus rendimentos mensais, todavia, a penhora dos salários públicos poderia ser ainda maior, chegando a 50% ou mesmo (em situações raras), 100% dos ganhos financeiros individuais.

Nesse ponto, analisando a média nas doações entre esses funcionários, chegamos a ressalva de que nesses casos, a garantia de sustento não era comprometida e que esses sujeitos provavelmente eram integrantes de uma elite.

Outro ponto que confirma nossas hipóteses são as profissões descritas, em sua maioria, cargos de juízes e empregos públicos de diferentes segmentos. Como podemos observar no gráfico a seguir:

⁵² Especulamos que muitos sentimentos diferentes moviam os habitantes da Província da Paraíba do Norte a fazer doações no decurso da Guerra. Não descartamos, porém, que alguns podem ter sido movidos por puro sentimento patriótico. Todavia, acreditamos que as trocas de favores, protecionismos e a dinâmica, no tocante a movimentar suas redes de sociabilidade, também foram fatores decisivos na definição de doar ou não para Guerra do Paraguai.

Gráfico I – Profissionais que mais contribuíram com as urgências do Estado na Província da Paraíba do Norte durante a Guerra do Paraguai (1865-1866)



Fonte: Relatórios do Ministério de Estado e Negócios da Guerra. Lista com as doações feitas para Guerra do Paraguai (1865-1866). Disponíveis em: Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira <http://hemerotecadigital.bn.br/relatorio-ministerio-da-guerra/720950> Acesso em: 05 mai. 2017.

Constatamos que os militares foram os que mais doaram para as urgências do estado, sendo que nessas doações vamos ver tanto militares na ativa quanto aqueles aposentados. Caso de Manoel Joaquim Oliveira, Tenente Coronel Reformado e Thesoureiro da Thesouraria de Fazenda que ofertou para as Urgências do Estado a quantia de 10% de seu soldo, como Official reformado, e ordenado e como Thesoureiro, durante a guerra, e Ignacio do Rego Toscano de Brito Capitão Reformado da Guarda Nacional que doou para as Urgências do Estado a quantia 20\$000 mensaes, durante a guerra.

Fora estes casos, não podemos deixar de conjecturar aqueles que doaram mais do que os salários, também seus serviços, geralmente empenhados nas atividades de agrimensor (para demarcação das terras que seriam distribuídas para os Voluntários da Pátria), e como guardas para cuidar dos territórios provinciais. Estes resguardavam uma particularidade, afiançaram-se durante e no pós-guerra.

Situações exemplificadas pelo Bacharel Antônio Gonçalves da Justa Araújo, Engenheiro Civil e Juiz Comercial das Terras que ofereceu a quantia de 15\$000 mensais para as despesas da guerra enquanto ela durar. Bem como seus serviços para demarcação e distribuição de terras para os Voluntários da Pátria, Dr. José Evaristo da Cruz Corrêa que fez a doação de 25\$000 mensais, e seus serviços, para curar e fornecer

gratuitamente medicamentos às famílias dos habitantes do Termo de Areia, que se alistarem como voluntários e José Gomes da Silveira

Major da Guarda Nacional que foi mais longe ao oferecer 50\$000 mensais, por espaço de um ano para as despesas da guerra, além do próprio filho de nome Francisco Gomes da Silva para se alistar como voluntário⁵³.

Parecido com os exemplos descritos, outra modalidade de trabalho em prol das urgências do Estado era a partir da organização de comissões, sendo que encontramos pelo menos quatro formações desse tipo. A primeira comissão de portugueses, que doaram uma bandeira para os voluntários da Pátria, A segunda à comissão do termo de Misericórdia com sete membros, que tinha como função angariar recursos para as despesas do Estado. A terceira a comissão da Cidade de Areia, com dois representantes e um presidente e também secretário, e por último a comissão do município de Bananeiras, com dois membros um Tenente Coronel da Guarda Nacional e o Promotor Público da comarca de Bananeiras⁵⁴.

Levando em conta esse panorama, elaboramos algumas hipóteses, a primeira é da que para tentar fugir da guerra e mesmo assim empenhar sua força de serviço fazendo-se útil a partir do trabalho prestado, esses sujeitos utilizaram-se desse artifício de permanecer a disposição dentro da província durante a guerra e depois alçando-se para localidades distantes.

A segunda hipótese é de uma ampliação da rede de sociabilidade, sendo que estes deixavam a cargo do Império a responsabilidade de escolha a respeito dos locais para onde seriam mandados a cumprir com suas obrigações.

Não temos dados acerca das localidades, ou mesmo se esses sujeitos foram realmente mandados. Contudo, as informações apresentadas pelo Ministério de Estado e Negócios da Guerra nos conduzem para duas perspectivas: que as demarcações foram realizadas apenas em algumas localidades do Império ou que os dados não foram corretamente enviados. Sobretudo, pelo número diminuto de províncias que, nas nossas pesquisas, observamos que vão diminuindo conforme os anos passam e a Guerra do Paraguai fica mais distante da realidade imperial.

⁵³ Relatórios do Ministério de Estado e Negócios da Guerra. Lista com as doações feitas para Guerra do Paraguai (1865-1866). Disponíveis em: Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira <http://hemerotecadigital.bn.br/relatorio-ministerio-da-guerra/720950> Acesso em: 05 mai. 2017.

⁵⁴ Idem.

2.2.2 Mulheres de Guerra: As doações das paraibanas para a Guerra do Paraguai

Como debatemos anteriormente, as doações ao longo da Guerra do Paraguai foram praticadas por boa parte da população oitocentista. Na Província da Paraíba do Norte, ao analisarmos as informações do Relatórios do Ministério da Guerra, encontramos desde oferecimentos em forma de trabalho voluntário, como confeccionar vestimentas, até mesmo a penhora dos rendimentos pessoais.

As mulheres nos debates historiográficos, nem sempre apareceram como protagonistas, e habitualmente eram invisibilizadas⁵⁵ nos momentos de guerra, suas trajetórias, e conflitos, seus feitos, acordos e desacordos, suas formas de representação e expressão, foram deliberadamente escanteadas dos escritos históricos sobre a guerra. Essa forma de narrativa histórica predominantemente masculina, escrita por homens e para homens exaltavam suas realizações, enquanto produziam um silenciamento das mulheres.

A representatividade, partícula de tamanha importância para o reconhecimento e formulação de uma identidade, enfaticamente aquela que se relaciona a ideia de gênero, conformando papéis que podem ou não, ser exercidos socialmente por cada sujeito, depende, em parte, dos estímulos, produções e discursos veiculados e assimilados pelos indivíduos.

Ao atribuir as mulheres papéis de menor importância, encobertos pela bravura masculina, avessa a fragilidade feminina⁵⁶, as narrativas historiográficas contribuíram para demarcar o espaço das mulheres na história das guerras, sendo este de menor relevância, relacionado aos cuidados com os maridos e filhos.

Na prática, esses sujeitos conseguiam exercer seu protagonismo de diferentes formas, desafiando as demarcações entre os gêneros. Pois:

Um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história a um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas.

⁵⁵ Compreendemos que dentro dessa categoria geral de mulheres, existem diferentes tipos de experiências e formas de vivenciar o cotidiano Oitocentista. Pretendemos mostrar, a partir do que nos permitiu as fontes, a parcela de mulheres que doaram para a Guerra do Paraguai. Estas geralmente tinham alguma posse, ou ofereciam seus serviços pessoais para confecção de roupas e cuidados com os feridos. Todavia, para aquelas ainda mais invisibilizadas, como por exemplo as mulheres negras, livres e pobres, as informações são mais difíceis de encontrar.

⁵⁶ Consultar RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (In)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (A participação da Bahia no Conflito)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001. p.55-69. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_os_in_voluntarios_da_patria_na_guerra_do_paraguai_a_participacao_da_bahia_no_conflito.pdf Acesso em 12 jun. 2018.

Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980. (TILLY, 1994, p.31)

Esse movimento descrito por Louise Tilly aconteceu em conjunto com uma série de modificações na formulação do conhecimento histórico, que mobilizaram novas formas de analisar as fontes que despontavam nos trabalhos dos historiadores. Esses embates levantaram questionamentos sobre as ações femininas e o teor de suas atitudes perante momentos complexos da história, dentre esses, aqueles relacionados aos movimentos de guerra. Dessa forma, os eventos deflagradores de uma guerra:

[...] ao mesmo tempo que exacerbam a virilidade guerreira masculina e que mantêm as mulheres em uma relação de dominação ao confiná-las ao apoio e reconforto dos homens, as dinâmicas do campo de batalha favorecem as transferências, movimentam as linhas, provocam traumas que, ao transformar os homens e as mulheres, impulsionam o ajuste das relações de sexo. (CAPDEVILA, 2007, p. 10).

De fato, essa mutabilidade conjuga práticas e formas de garantir a estabilidade e manter a proteção das sociedades que engloba homens e mulheres, que mesmo não constando como soldados nas fileiras dos campos de batalha, exercem suas formas de resguardar aquilo que acreditam como bem-estar coletivo.

Acreditamos que as doações durante a Guerra do Paraguai foram uma forma ativa de muitas mulheres residentes na Paraíba e em outras províncias de auxiliarem o Império nas batalhas contra o Paraguai.

Esse papel das mulheres brasileiras no período da Guerra do Paraguai, embora ativo, ainda é pouco explorado, principalmente quando nos referimos a província supracitada. Contudo, podemos compreender que dada as informações contidas nos relatórios, muitas leituras podem ser feitas através dessas fontes, inclusive aquelas que giraram em torno da oferta de cuidados com os homens, ou de seus instrumentos de batalha. Entrementes, entendemos também, que esta não é a única explicação possível que as fontes revelam, como sujeitos passíveis de escolhas e articulações, essas mulheres criaram suas próprias redes de articulação pessoal, contribuindo, ou não, com seus parentes masculinos próximos.

Vejamos a seguir, algumas circunstâncias em que as mulheres paraibanas apareceram doando seus préstimos aos esforços de guerra. Penhorando-se por si ou

através de representantes, estas contribuíram sim com os donativos e imprimiram suas marcas nas páginas que compunham o teatro de guerra.

Os anos de 1865 e 1866 foram os mais representativos no contexto das doações de guerra, após esse período grande parte dos historiadores especialistas sobre a Guerra do Paraguai, afirmam que o furor patriótico e de manutenção da guerra arrefeceu, fazendo com que o número de voluntários e contribuintes baixasse consideravelmente.

Abrimos um adendo para considerar que as doações podem não ter parado completamente, e que uma grande parte dos donatários fizeram ofertas que durariam até o final da guerra, sendo, depois de 1867 as maiores ofertas realizadas a partir do oferecimento de ex-escravizados que foram libertos especialmente para lutar nos campos de batalha.

Como afirmamos, grande parte das doações foram realizadas entre os anos de 1865 e 1866 e é sobre elas que pretendemos nos debruçar nesse tópico.

Dentre os inúmeros nomes que fizeram doações para as “urgências do Estado”, encontramos apenas 6 mulheres que ofereceram seus préstimos de forma pessoal, além de uma oferta comunitária por intermédio do Dr. Felisardo Toscano de Brito que a época se encontrava como presidente interino da província.

Sabemos que havia uma grande necessidade de fornecimento de fardamentos e outros suprimentos para o exercício das armas contra o Paraguai. Ademais a produção no Brasil ainda ser ineficaz em termos de volume e rapidez para um momento crítico como a Guerra do Paraguai.

Adler Castro ao mencionar o oferecimento de suprimentos provenientes da Corte para as tropas no Paraguai, afirma que esse era apenas um pouco melhor do que nas outras províncias, embora ainda limitado. Pois, o arsenal de guerra usava um sistema pré-industrial para confecção dos uniformes, posteriormente delegados as costureiras, que faziam o acabamento geralmente de forma manual. (CASTRO, s/d, p.11).

Dessa forma, compreendemos a importância crucial quando as “senhoras parahyabanas”, ofereceram-se para “costurar 600 camisas de algodão para os Voluntários da Pátria. A precariedade do sistema, aliado a gravidade do momento de guerra, fizeram com que esse e outros trabalhos fossem muito solicitados. Devido a essa situação, algumas dúvidas surgiram ao longo do processo.

Foi durante a elaboração do banco de dados a respeito das contribuições de guerra, que apareceu um questionamento. Quais os motivos para não demarcar suas

doações? Será que poderia haver alguma vantagem, principalmente se levarmos em consideração as pessoas que se colocaram como representantes?

Hipoteticamente, isso poderia ser possível, sobretudo a julgar pelo contexto de disputas de poder e trocas de favores no século XIX. Todavia, outra dúvida se interpôs em nossas indagações, e se essas mulheres, estivessem organizando comissões de auxílio, assim como os homens?

No nosso entendimento, não seria impossível, especialmente ponderando sobre o nível de engajamento demonstrado pelos habitantes das províncias. Infelizmente, na documentação encontramos apenas um caso comunitário, e não existiam mais informações a respeito do caso, a não ser, uma indicação de comunicação oficial através de ofício remetida pelo Inspector da Thesouraria da Fazenda provincial, comunicando a decisão dessas “senhoras parahybanas”.

Mesmo sem muitas informações com relação a essas senhoras, algumas ponderações são possíveis, haja vista, casos já descritos pela historiografia.

Como indicamos previamente, seis mulheres aparecem concedendo assistência para a guerra de forma nominal.

QUADRO III - Relação das Mulheres da Província da Paraíba do Norte que doaram para a Guerra do Paraguai (1865-1866)

Nomes	Profissão	Localidade	Doação
D.Francisca Theodolinda de Almeida	Não Consta	Não Consta	Offereceu para as Urgências do Estado 100\$000
D.Joaquina Simplicia da Purificação	Professora de Primeiras Letras	Villa de Ingá	Offereceu 5% de seus vencimentos para as despesas do Corpo de Voluntários da Pátria
D.Josefa Maria Pires Cavalcanti	Professora	Cidade de Rezende	Offereceu as Urgências do Estado 5% de seus vencimentos, até realizar a paz

D. Maria do Rozario Brasileira e Mello	Professora de Primeiras Letras	Cidade de Arêas	Offereceu para as Urgências do Estado a quantia de 10% de seus vencimentos durante a guerra
Quiteria do Espirito Santo	Não Consta	Não Consta	Offereceu para as Urgências do Estado a quantia de 50\$000
D. Ursula Cintra Lima	Não Consta	Não Consta	Cedeu para as Urgências do Estado, a importancia da despesa que fez com o transporte de sete Voluntários da Pátria

Fonte: Relatórios do Ministério de Estado e Negócios da Guerra Anos: 1828-1940. Disponíveis em: Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/relatorio-ministerio-da-guerra/720950> Acesso em: 05 mai. 2017.

Como podemos visualizar no quadro anterior, a maior parte dos indivíduos tinha uma profissão, sendo estas, majoritariamente, professora de primeiras letras. Não sabemos os motivos para o engajamento de tantas docentes, contudo, Marcelo Rodrigues informa que era comum as professoras oferecerem vagas para os alunos filhos dos Voluntários da Pátria e um percentual de seus ganhos (RODRIGUES, 2001, p. 58). Especulamos, que talvez a docência fosse a forma de demonstrar patriotismo, ressignificando o espaço escolar para receber os filhos dos soldados que foram para o front.

Pensamos, que essa forma de expressão patriótica a partir da docência e da garantia de recursos para as “urgências do Estado”, pode ter servido em algumas localidades do Império, para sanar as consequências estruturais, com a educação dos filhos e manutenção dos auxílios para os feridos e dependentes de guerra.

Para aquelas mulheres que não tinham uma profissão, mas que, todavia, detinham patrimônio, por intermédio de seus maridos ou de heranças, cuidar dos negócios familiares também era uma forma de garantir a produção de renda, em momento tão complexo. Igualmente, essas iniciativas movimentavam a economia provincial.

Na notícia do datada do dia 18 de junho de 1867 contida no *Publicador*, temos uma noção do que acontecia com essas mulheres e quais os encaminhamentos administrativos com relação a suas atuações.

O abaixo assinado declara por essa folha que ficão aprovados todos os negócios que fez sua mulher a Sr^a D. Rufina Maria de Medeiros e Souza, durante a sua ausência no teatro de guerra do Paraguay, deixando de aprovar o arrendamento feito ao Sr. Olegario por tempo de três anos de um terreno de capim por encontrar nelle [...] para o mesmo Olegario Cirne, não se chamar a ignorância, previne arengas ou questões, ficando o papel que o mesmo tem em seu poder – assignado por ella, de nenhum effeito⁵⁷.

A luta travada por essas mulheres, estava impressa em seus cotidianos, a apreensão gerada pela possibilidade eminente de recrutamento de seus parentes homens, fazia com que suas rotinas fossem estruturadas em torno dos acontecimentos da guerra. Evidente que não desejamos afirmar que todas as mulheres sofriam da mesma forma, refletimos, que para mais pobres a situação era ainda pior, pois não tinham o respaldo social e financeiro para viver com tranquilidade.

Luisina Leite da Conceição, mulher de Joaquim Leite de Mello, prova com os documentos [...] por seu marido seguir em Agosto de 1865, como Voluntário da Pátria para a Guerra contra os Paraguaiois, onde tem estado atte hoje; e como a suplicante carregada de filhos, acha-se em estado de indigência, vem mui respeitosamente pedir a V. Exm a graça de conceder-lhe uma penção diária, para sua subsistência e de sua família, de conformidade com a lei provincial⁵⁸.

Para mulheres como Luisina, a preocupação era também com a subsistência, tendo em conta, que os ganhos e trabalhos executados por seus companheiros e parentes constituía uma boa parte do montante de renda da qual dispunham para sobreviver.

⁵⁷ Jornal O Publicador, edição 1458. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&PagFis=7&Pesq=alagoa>. Acesso em: 18 abr. 2018.

⁵⁸ Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte.CX50. Solicitação do Procurador Vicente do Rego Toscano de Britto em favor de Luisina Leite da Conceição em 30 de outubro de 1868.

No mesmo documento de solicitação encontramos a resposta, Luisina estava apta a matricula para auxilio diário de 300\$ diários garantidos pelo art.6 da lei nº982 da Província da Paraíba do Norte.

Não sabemos se essa quantia foi paga com regularidade, ou tampouco foi paga, contudo, a presença de Luisina e seus filhos, nos mostra um quadro que pode ter sido compartilhado por várias outras famílias para manter-se no processo de arregimentação para os campos de batalha no Paraguai.

2.2.3 A arregimentação de homens para servir na Guerra do Paraguai

Considerando a presença de homens negros, demonstram Julio José Chiavenato e Hendrick Kraay, havia um número significativo desses sujeitos nos regimentos, revelando a “complexidade da política racial do Estado brasileiro, que recorreu à mobilização de homens negros, mas não aceitou a identidade racial implícita no ato de organizar companhias negras. Sendo dessa forma, depois da guerra, havia pouco espaço para os veteranos negros exigirem a cidadania e, como a maioria dos ex-soldados, eles permaneceriam marginalizados pela sociedade” (KRAAY, 2012, p. 123).

Esse quadro afirmado por Kraay, não se estendia apenas aos momentos do pós-guerra. A questão de direitos conflitantes e as necessidades de manutenção dos pelotões guarnecidos levaram o Império a organizar medidas de recrutamento que extrapolaram a campanha dos “Voluntários da Pátria”, enfraquecida com o prolongamento do confronto e a precariedade das condições para manutenção dos soldados. No afã de obter novos contingentes para a guerra, os recrutadores contrariavam as regras existentes quanto aos casos de isenção do serviço militar e recolhiam compulsoriamente novos candidatos para a campanha. Pois, o conflito com o Paraguai obrigou o Estado Imperial à maior mobilização de tropas da história brasileira até aquele momento (MOREIRA, 2010, p.178-179).

Na província da Paraíba do Norte, as mobilizações esbarravam com diversos problemas, pois, lembrava o presidente de província que o “voluntariado esgotou-se” e as problemáticas para conseguir contingente também descansavam na “má vontade de alguns oficiais, [e] o patronato de outros”.

Sendo assim, o prejuízo ao recrutamento, delineava-se no decorrer da guerra, influenciado não só pelas notícias provenientes da guerra, sobretudo, pela permanência de práticas internas a província, encabeçadas pelos próprios oficiais superiores.

Para resistir a esses prejuízos em contexto considerado tão importante para o país, seria necessário insistir nos esforços coletivos. De maneira que nos discursos de autoridades se clamava para “a continuação, porém, dos sacrifícios do Paíz é indispensavel, para que o pavilhão nacional possa tremular bem alto e sempre victoriosamente onde quer que tenha de apresentar-se nessa guerra civilisadora e de honra, que sustentamos, e a que fomos levados pelas provocações do Dictador do Paraguay”.

Para tanto, os presidentes de província solicitavam cautela no recrutamento, “parece-se que será da mais alta conveniência que semelhante serviço continue moderado, como tem sido, em quando d’uma vez se não terminar a guerra, que ainda nos flagella no Paraguay”. Para não ocasionar ainda mais problemas com os habitantes da província, essa recomendação era proposital, tendo em conta que um descontrole dos recrutadores poderia afastar os soldados do serviço das armas, ou até mesmo aumentar as deserções, provocando mais desfalques nos efetivos que eram mandados para fora do país.

Os casos evidenciados na Província da Paraíba do Norte podem exemplificar a inclinação das autoridades para recrutar compulsoriamente. Tendo em vista ser um “serviço tão vexatório”, contudo, com “lisonjeiro resultado”, pois:

O recrutamento, que tem estado activo e vigiado pelas autoridades policiaes, e ultimamente pelo Major José Vicente Monteiro da Franca nomeado recrutador por acto desta Presidencia de 14 de Março ultimo, apenas esteve interrompido nos prazos legaes, antes e depois das eleições de Fevereiro, e o numero de recrutas remetidos para o Rio de Janeiro por esta presidencia é de 183 para o Exército e 19 para a Marinha. Penso que não erro asseverando a V. Exc. Que hoje este é o recurso mais efficaz para aquisição de força. Com pezar vejo ser muito pouco crescida a cifra dos Voluntários que ultimamente tem seguido desta Província. Voluntários da Pátria para o exército tem ido 4; e para marinha 1; e mais aprendizes marinheiros; e um aprendiz artilheiro. Não quero crer que a epocha das dedicações a causa publica esteja passada, e morto o patriotismo dos filhos desta Província [...] ⁵⁹.

⁵⁹ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 2.º vice-presidente, exm. sr. barão de Maraú em 5 de agosto de 1867. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1867. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/595/>. Acesso em 2 jun. 2018.

Havia um esforço conjunto das autoridades provinciais de arregimentar homens, inspetores de quartirão, delegados, subdelegados e os comandantes dos batalhões ressaltavam em inúmeros ofícios a captura de homens “vadios”, “agressores” e “criminosos” de todas as espécies para ser remetidos ao recrutamento do contingente da Guerra do Paraguai. Como podemos observar na tabela a seguir:

TABELA II - Contingentes da Província da Paraíba do Norte por categoria militar enviados para a Guerra do Paraguai (1864-1870)

Categorias	Anos						
	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Números Pedidos	107	114	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
Voluntários	11	24	2	N/C	0	0	0
Voluntários do Exército	0	0	0	183	21	40	7
Recrutados	15	122	332	N/C	200	337	109
Engajados	0	0	2	N/C	0	0	0
Reengajados	0	11	0	N/C	0	0	0
Voluntários da Pátria	0	0	982	4	1	6	1
Guardas Nacionais Designados	0	0	0	113	90	56	12
Substitutos	0	0	0	0	0	2	0

Fonte: Dados extraídos dos Relatórios de Presidente de Província e Do Ministério de Estado e Negócios da Guerra (1864-1871).

Na tabela II, podemos perceber a quantidade de homens remetidos pelos oficiais recrutadores, ressaltando que esses dados foram retirados dos informes repassados pelos Relatórios de Presidente de província e do Ministério da Guerra. Dentre estes não encontramos a cor, sendo destacado apenas que a maioria foi recrutada proveniente de prisões, por algum tipo de crime ou perturbação da ordem. Esses indivíduos eram capturados e remetidos principalmente a Capital da Província com recomendações aos serviços nos quartéis.

Nesta data mandei **recolher a cadeia da cidade de Areia** o preso **José Francisco Pereira** que se acha a disposição de V.S^a com destino **ao recrutamento**, não ser casado. Tendo lugar a sua prisão pelos motivos seguinte: primeiro **por viver em união maritalmente** a muito tempo, pois assim me consta ,vindo a muito pouco tempo para casa por ser os seus [?] demassiadados segundo ele designado para contingente de guerra, dizertou como também me acaba de informar o comandante da 5^a companhia de onde o mesmo pertence, terceiro finalmente por causa dos seus [?]**tem se tornado homem inutuo a sociedade**; não cumprindo com o dever de chefe de família passando a nutrir não so a família como para sustentar o mau

vicio com furto de cavalos, depois de preso ele ter furtado um cavalo, não querendo o dono do cavalo, proceder contra ele o entregou a disposição da justiça. Tendo essa delegacia ordem do Sr. Dr. Chefe de polícia que quando não houver provas muito exata por [?] lhe seja entregue qualquer individuo a sua disposição em tais circunstancia, e como o [?] no mesmo caso se acha preso como já [?] de VS^a que será remetido a VS^a pelo [?] daquela cidade como lhe faço comunicar. (Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Ofício da Secretaria de Polícia da Província., CX.046,1865). [Grifos nossos]

Analisando alguns detalhes desse documento é possível perceber que, primeiramente o subdelegado fornece algumas características de Francisco, estado civil e condição de débito com o Exército, para só então recomenda-lo para o recrutamento a partir de atributos desqualificadores para o convívio social. Nesse sentido, Francisco Pereira adentra a uma rede de recrutamento e de interesses, que vai de encontro às necessidades bélicas do momento da Guerra do Paraguai, entretanto, que também se alinha a conveniência de “civilizar” e “manter a ordem”, organizando as camadas populares – principalmente os livres, pobres e negros – para melhor servir ao Império.

Muitas perguntas surgem no caso de José Francisco, quanto tempo ele passou afastado da família? Ou, se realmente houve um afastamento? Sabemos que um dos ardis dos recrutadores para cooptar era afastar os homens de suas redes parentais, principalmente quando a manutenção desses vínculos incidia contrariamente na legislação e no ideário social de uma família sacramentada pela Igreja Católica. Outros questionamentos referem-se à deserção. Se ele realmente desertou? E por quais motivos? Quais as estratégias utilizadas para conseguir eximir-se do recrutamento para a Guerra do Paraguai empregadas por José Francisco – e de forma genérica – dos indivíduos que em mesma condição decidiram fugir do recrutamento? E finalmente, quais as consequências, dada a maior necessidade de braços para guerra e a propaganda aplicada pelo Império, no cotidiano desses indivíduos e suas famílias? Tentaremos, portanto, responder algumas dessas indagações – quiçá todas – ao longo desse capítulo. De antemão, o que podemos considerar é a intensa necessidade de controle do contingente populacional, especialmente os negros vinculados à conveniência da Guerra do Paraguai que comungaram para intensificar as práticas dos recrutadores e as estratégias dos sujeitos.

Situação como a de João Caetano do Nascimento, homem crioulo, casado e com dois filhos, que segundo as autoridades recusava-se a viver “onestamente” e tinha “maus costumes”, inclusive era agressivo com a esposa “tendo-a espancado”. Este

homem assim como tantos outros fora direcionado expressamente para o Exército. Remetê-lo para o serviço do quartel e posteriormente, para o contingente que se dirigiria a Guerra do Paraguai era uma possibilidade não muito distante da realidade de João e de outros homens negros, inclusive os escravizados, que ao longo do conflito com o Paraguai foram libertos para oferecerem sua contribuição à Pátria.

2.2.4 Libertos doados para o Recrutamento

As doações de escravizados por particulares ou mesmo por ordens religiosas, surgem no nosso entendimento pois, os homens livres não queriam participar da Guerra do Paraguai. Dessa forma, atribuíam a suas ferramentas de trabalho a responsabilidade de defender a soberania nacional.

Acreditamos que o temor da morte e de mutilações, o descaso do governo imperial e a péssima visão tinham dos batalhões do Exército, apenas foi acentuada no processo de aprofundamento da guerra.

Sendo essa uma mudança paradigmática significativa no entendimento sobre quem deveria resguardar as liberdades individuais e coletiva do país. Pois, se os princípios patrióticos fossem aplicados tal e qual eram representados, principalmente pela elite brasileira, os homens negros escravizados não deveriam ter chances de participar de tão importante momento, haja vista, que a concepção quase integral sobre esses indivíduos é de que eram objetos, semelhantes a utensílios, que poderiam ser vendidos, doados, emprestados e deixados como herança.

Não havia vontade, tampouco, sentimentos que partissem desses sujeitos, contudo, com a guerra, esse quadro se modifica para inserir esses homens também como defensores, e a Província da Paraíba do Norte, também participou ativamente desse processo de inserção dos escravizados, alçados a categoria de libertos, para defenderem a Pátria.

Aguçando o olhar, seria correto dizer que assim como faziam antes da guerra, enviar um representante servia a uma fuga não vexatória, algo que os permitia inclusive negociar um cargo melhor ou até mesmo destacar-se segundo seu nível de contribuição no decorrer da guerra. Essa particularidade, também poderia ser extensiva às ordens religiosas.

Além disso, supomos de que educar pelo exemplo, influenciando seus fiéis a engajarem-se como voluntários igualmente fazia parte do jogo organizado para o

“theatro” de guerra, sendo uma instituição importante para a tranquilidade cotidiana dos sujeitos oitocentista, responsável pela harmonização entre vida e pós-morte. A Igreja católica apostólica romana, como órgão que igualmente deveria se preocupar com a segurança e ordem públicas, representava com suas doações monetárias e de escravizados, um papel crucial no convencimento e manutenção dos contingentes que foram recrutados para combater no Paraguai.

TABELA III - Libertos que assentaram praça entre os anos de (1866-1867)

Procedência dos Libertos	Nº
Da nação	274
Offertados por Sua Magestade o Imperador	67
Offerecidos gratuitamente na côrte	405
Província do Rio de Janeiro	162
Província de Minas Gerais	37
Convento de S. Bento da Côrte	14
Convento de Olinda	8
Convento da Bahia	11
Convento do Carmo na Côrte	13
Convento do Pará	17
Convento de São Paulo	6
Convento de Nossa Senhora das Mercês do Maranhão	6
Vindos das Províncias	365
Apresentados por contribuição pecuniária	154
SOMA	1.710

Fonte: Quadro retirado do Relatório Apresentado a Assembléa Geral na Primeira Sessão da Decima Terceira Legislatura pelo Ministro de Estado e Negócios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1867.

A listagem anterior fora encontrada em meio aos relatos da documentação oficial do Ministério de Estado e Negócios da Guerra. Nela não há dados sobre a Província da Paraíba, especificamente, embora, podemos inferir que em meio aos libertos “vindos das províncias”, alguns desses eram da Paraíba.

A hipótese aqui é de que esses libertos podem ter adentrado ao recrutamento de inúmeras formas, algumas delas definidas no próprio quadro, observamos que as três formas mais representativas de aquisições para os batalhões foram, respectivamente, os

oferecidos gratuitamente na côrte, provavelmente de particulares que doaram seus escravos, aqueles provenientes das províncias, que podem ter sido agrupados de diferentes maneiras, algumas delas contempladas individualmente no quadro, e os libertos de Nação, que segundo Ilana Peliciari Rocha “Os “escravos da nação” foram escravos “públicos” do período colonial e imperial. Fruto, principalmente, do confisco dos bens dos jesuítas, em 1759, estavam distribuídos em diversos estabelecimentos e numa variedade razoável de atividades (ROCHA, 2018).

Difícil definir qual situação os levou para o Exército, sobretudo pela escassez de informações sobre os homens negros egressos do cativeiro. A questão informacional, no tocante às fontes sobre a população negra é esparsa e requer um trabalho específico do historiador, no que se refere à construção narrativa a partir do entrecruzamento documental.

Nesse sentido, uma das questões que podemos destacar é que esses homens foram solicitados dada a necessidade de destacamentos cada vez maiores para suprir o conflito com o Paraguai. Além disso, disciplinar os corpos e as ações era imprescindível para estabilidade do contingente mandado a servir na Guerra do Paraguai e também para a estruturação provincial.

[...] recrutamento compulsório, o qual ao mesmo tempo que injetava novos elementos às forças armadas, funcionava como mecanismo de disciplinarização ou simples punição nos quartéis já era terrível – com as péssimas instalações, soldos atrasados por meses, castigos físicos, deslocamentos dos recrutas para províncias distantes, longe de suas famílias e amigos (MOREIRA, 2010, p. 183).

Considera-se a composição das redes de controle e poder, que reverberaram para uma infinidade de situações conflituosas, tanto intraprovinciais, quanto interprovinciais. Almejamos, portanto, discutir um pouco mais dessas questões no decorrer deste capítulo, esmiuçando o período de Guerra do Paraguai e as consequências para a Província da Paraíba do Norte.

Pretendemos continuar as discussões desse capítulo, explorando um pouco mais as relações diplomáticas entre as diferentes nações que estiverem envolvidas na Guerra do Paraguai. Compreendemos que o termo Grande Guerra, pode ser debatido à luz das relações internacionais, na tentativa analisar não só a participação do Império do Brasil dentro de uma percepção de unidade territorial, como das províncias brasileiras que fizeram parte ativamente da guerra.

Igualmente, o entendimento da participação de outras nações, não subscritas diretamente no conflito, nos permite discutir a extensão do conflito e suas consequências para os países americanos.

Além disso, outro ponto importante é a concepção sobre como esses jogos diplomáticos interviram nos resultados finais da guerra, e consequentemente atuaram sobre as trajetórias dos soldados que fizeram parte dos combates. Concebemos os eventos no Paraguai como conectados a uma lógica específica, circunscritos no contexto do século XIX. Atrelando os movimentos da guerra e às tentativas de paz a uma única ideia, a dos interesses transfronteiriços, que extrapolavam os limites territoriais, imprimindo discursos e comportamentos para as nações que tiveram parte na guerra.

Realizaremos também, o exercício de análise das motivações para doações e oferecimentos de bens e outros meios de auxílio à guerra, que permitiram a continuidade da batalha. Nossa intenção, portanto, é tentar ir além do período da Guerra do Paraguai, buscando relacionar as percepções durante o período de exceção às vantagens que foram ou não obtidas no pós-guerra.

Destacamos, entretanto, que o nosso intuito não é aprofundar as discussões sobre o pós-guerra, inclusive pelo espaço e tempo que dispomos para a conclusão do trabalho, entretanto, consideramos que esse exercício conciso, pode nos auxiliar a melhorar a compreensão sobre a guerra e os sujeitos que fizeram parte dela de ambos os lados, tanto dos aliados, quanto dos paraguaios e mais especificamente, dos homens negros paraibanos recrutados para o chamado “contingente de guerra”.

III – MANTENDO A ORDEM E GUARNECENDO AS FILEIRAS: Homens Negros recrutados para o Paraguai

Os homens negros que foram cooptados a servir no Paraguai eram provenientes de várias origens, o Império do Brasil tentava assimilar a população negra de diversas formas. O estigma da escravidão vinculado ao momento da Guerra do Paraguai aprofundou ainda mais as problemáticas que se arrastavam no tocante a estruturação das formas de trabalho e no que diz respeito a incorporação da população negra e pobre em momentos de plena discussão sobre o fim da escravidão no Brasil.

As problemáticas em torno das discussões sobre cidadania foram retroalimentadas pelas dificuldades ocasionadas pela guerra. Um dos primeiros embates foi sobre a participação da população negra escravizada na própria guerra, enveredando pela necessidade de libertá-los para o serviço das armas, já que a defesa desta nação que se queria moderna, deveria ser feita por cidadãos que a ela se sentissem vinculados. Desse modo: como poderia um escravizado servir a corporação militar investido de patente se nem mesmo cidadão⁶⁰ ele era?

A objetificação dos corpos, atrelada a exclusão deliberada dos homens e mulheres negros cativos, inclusive colocando-os em situação ainda mais precária a respeito das habilidades desenvolvidas ao longo de um treinamento militar, ao qual apenas uma pequena e abastada parcela da população tinha acesso naquele momento, aprofundaram a incredulidade dos dirigentes da nação e estrategistas de guerra sobre a capacidade desses sujeitos. Questão ainda relevante é o temor das elites sobre a organização escrava, que poderia levar a amotinações que se voltariam contra a estrutura imperial. Havia portanto, problema a ser solucionado: como armar esses homens e ao mesmo tempo manter o controle de suas ações? A manutenção da soberania nacional dependia da solução rápida dessa questão pretendendo a estabilização dos elementos envolvidos nas estratégias empregadas na guerra.

Para além disso as redes de controle atuavam para mobilizar ainda mais as disputas, incidindo nos escravizados que encontravam-se em situação delicada, tendo em vista a precarização da liberdade que lhes era concedida, pois ao longo da guerra muitos foram libertos sob condição de servirem nos *fronts* de batalha, pondo em risco a

⁶⁰ No que concerne à Constituição de 1824, os escravizados, em termos legais, não são considerados cidadãos, embora, os libertos sejam.

própria vida, numa situação encarada de diferentes formas por cada indivíduo escravizado.

Neste sentido, coligimos dados sobre a libertação de escravizados, conforme pode ser verificado na Tabela IV.

TABELA IV - Libertos por Província que Assentaram Praça desde o começo da Guerra do Paraguai até o ano de 1868

Províncias	Categorias					
	Nação	Casa Imperial	Gratuitos	Conventos	Conta do Governo	Substitutos
Paraíba	0	0	0	8	42	1
Pernambuco	0	0	10	9	66	28
Ceará	0	0	1	0	117	2
Rio Grande do Norte	0	0	2	0	0	0
TOTAL	0	0	13	17	225	31

Fonte: Relatório do Ministério de Estado e Negócios da Guerra. Relação dos Libertos ofertados por Província (1865-1868).Disponíveis em: Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira <http://hemerotecadigital.bn.br/relatorio-ministerio-da-guerra/720950> Acesso em: 05 maio 2017.

Os números comparativos entre as províncias ainda demonstram que, mesmo envolta em prestígio e estimulada pelo governo imperial, a doação de escravizados para a guerra ainda era diminuta se levarmos em conta outras categorias, como por exemplo, o número de presos recrutados.

Mas os homens que identificamos não eram presos, portanto, não podiam ser recrutados compulsoriamente, e tampouco voluntariavam-se, de modo que os acontecimentos que os levaram ao serviço do contingente de guerra estavam relacionados com a lógica social oitocentista, à organização militar que crescia e se fortalecia no Império, e às necessidades de homens advindos de diferentes estratos sociais; homens que convergiam e dialogavam através da lei dos “voluntários da pátria”. Os sujeitos cativos que passaram a ser libertados deveriam, assim com os demais soldados, passar pela publicidade alicerçada na defesa dos “brios patrióticos”, adentrando a um espaço complexo: o da cidadania no Brasil oitocentista.

Como escravizados e, portanto, considerados mercadorias, a ideologia que guiava esta sociedade escravista atuava de forma a enviá-los para o *front* destituídos de mínimas condições de manter-se em igualdade de acesso a condições mínimas de

sobrevivência e de tratamento, em relação aos outros combatentes. Mesmo com todo o discurso sobre a paridade entre soldados, as práticas discriminatórias aprofundavam-se para todos os homens e mulheres pretos e pardos, estivessem eles em campo de batalha ou não.

No cotidiano provincial essa população continuava a ser taxada como “criminosa”, “vadia” e “perigosa”, e alguns estudos indicam que essa percepção era extensiva a todo o Império e mesmo fora dele. André Toral expõe em seu texto a percepção paraguaia sobre o exército brasileiro em território estrangeiro, analisando em particular as impressões a respeito dos soldados negros. “Na época da guerra (1864-1870), no Paraguai, o negro era, antes do tudo o inimigo. O exército brasileiro era o exército macacuno⁶¹ e seus líderes, segundo a propaganda lopizta⁶², macacos que pretendiam escravizar o povo paraguaio, conduzindo-os da liberdade à escravidão” (TORAL, 1995, p. 288).

Chamados de “macacos” e outros termos depreciativos, a identificação negra dos membros do exército brasileiro era questionada em função da condição jurídica atrelada a ela pelo próprio sistema escravocrata. Portanto, não era apenas no Brasil que a população negra estava em constante suspeição e era subalternizada, do lado paraguaio isso também ocorria.

Um dos pontos de concordância entre alguns historiadores é que a expressiva presença de pretos e pardos nos batalhões, associada ao entendimento de que o Império brasileiro tinha como base o trabalho escravo racialmente fundamentado; refletia nos discursos paraguaios, provocando naquela população temor perante a possibilidade de escravização em massa. Dentro e fora das fronteiras brasileiras, a população negra engajada no exército imperial sofria com a exclusão e as más condições intrínsecas aos campos de batalha, as vidas destas pessoas valiam muito pouco para a sociedade em que estavam inseridas, e perante os comportamentos discriminatórios suas cores e origens étnico-raciais constituíam-se como mais uma dentre tantas adversidades vivenciadas.

Todavia, podemos postular que para enfrentar essas adversidades os homens utilizavam-se de alguns meios, dentre eles a solidariedade. Se por um lado sua origem étnico-racial era um fator utilizado para hostilidades e rejeições por parte dos

⁶¹ Compreendemos que “macacuno” é o equivalente a macaco. Acreditamos, portanto, que essa é uma menção a condição étnico-racial de boa parte do Exército Brasileiro.

⁶² Esse termo é uma referência ao presidente do Paraguai Solano Lopez.

combatentes brasileiros e estrangeiros, entre os soldados de mesma condição a força dos laços de irmandade servia para contrapor-se às hierarquias excludentes.

Como ocorrido em 14 de fevereiro de 1865, quando foi ordenado que o preto Francisco, condenado a morte, fosse castigado com “4 dúzias de palmatoadas”⁶³. Sendo que:

Na ocasião, porem, de ser elle tirado d^a prisão, em que estava com outros escravos para receber o castigo, que havia ordenado, oppozerão-se os outros, a que fosse aquelle escravo castigado, arrojando-se todos sobre a guarda, resultando disso um terrível conflito entre esta e os presos escravos [...] ⁶⁴.

Compreendemos que nessa circunstância a solidariedade forjada no cárcere e a experiência compartilhada por esses homens de mesma condição (escravizados), levaram-os a investir contra os guardas na ocasião da punição de Francisco, na tentativa de protegê-lo ou mesmo com a pretensão de aproveitar-se da situação de tumulto para fugir. Não devemos deixar de considerar os possíveis abusos cometidos pelos guardas na aplicação dos castigos, e sobretudo no momento delicado no qual se desenrolou toda a situação: a Guerra do Paraguai.

É possível captar mais alguns detalhes a partir dessa fonte. Sabemos que os feridos foram muitos e que o levante também resultou em óbitos, como descrito a seguir:

[...] forão mortos os escravos Ildefonso, condemnado à morte pelo jury de Souza, Felix, condemnado a galés perpetuas pelo jury de Pilar, Thomáz, pertencente ao Dr. Joaquim Moreira Lima, que se achava recolhido à requisição do seu senhor, e o Guarda Nacional Manoel dos Prazeres, que fazia parte da guarda da cadeia, e forão feridos gravemente os presos José, escravo pronunciado por ferimentos graves em Pedras de Fogo, Joaquim, escravo fugido, e o guarda nacional João Francisco do Nascimento, e levemente feridos os escravos Raymundo, condemnado a galés perpetuas pelo Jury de Campina Grande, Feliciano, condemnado a 8 anos de galés pelo Jury de Mamanguape, dois soldados de linha, Luiz Fernandes Duarte e Telesphoro Pereira da Silva e 3 guardas nacionais⁶⁵.

Esse levante teve como resposta uma forte repressão das autoridades militares o que ocasionou uma quantidade significativa de feridos e mortos. Além disso, outros

⁶³ Exposição com que o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura passou a administração da Província da Paraíba ao Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano, de Britto. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?m=46&c=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-696%2C649%2C3103%2C1624> Acesso 22 jan. 2019.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

acontecimentos nesse relato também chamam atenção: Entre as informações nele elencadas, algumas particularidades devem ser ressaltadas, dentre elas, a significativa quantidade de indivíduos que foram condenados a morte e galés perpétuas.

Partindo da lei nº4 de 10 de janeiro de 1835⁶⁶ e avaliando as circunstâncias, inferimos que boa parte dos escravizados que foram condenados a morte provavelmente receberam esta pena por ferir seus senhores e/ou os familiares destes, já que esta punição se estendia até mesmo aos danos físicos causados aos empregados que serviam nas propriedades. Encontramos também a condenação às galés, aplicada preferencialmente aos escravizados e encarcerados essa foi uma forma encontrada pela administração imperial para obter mão de obra gratuita na execução de determinados serviços de interesse público, prática justificada pelo argumento de que esses indivíduos tinham uma “dívida” para com a sociedade em decorrência de suas atitudes criminosas, daí o emprego do encarceramento como método punitivo para os acusados e condenados, como penalidade.

Retomando os motivos de produção desse documento, podemos refletir sobre o temor das autoridades no que se refere a levantes e insurreições escravas e mesmo da população livre, pobre e em sua maioria negra; a ocorrência de uma situação como esta em meio à Guerra do Paraguai pode ter deixado as autoridades ainda mais alarmadas. Por isso compreendemos a nomenclatura dada ao evento no Relatório “Factos Notaveis” - que se justifica pelo temor em relação a rebelião escrava - e a primazia nas propagandas e formas de recrutamento para cooptar indivíduos advindos dessa população - já que a maior parte do contingente dedicado ao aparato policial fora direcionado para a fronteira, deixando as províncias numa situação numericamente desvantajosa quando comparados os quadros da polícia com os números relativos a uma população considerada potencialmente perigosa, de modo que ter essas pessoas sob o jugo do exército em situação de guerra significava também mantê-las sob controle.

Para alcançar esses sujeitos ditos conflitantes perante a norma social e adequá-los as necessidades iminentes do Império, de braços para lutar na Guerra do Paraguai, um dos primeiros passos foi a efetivação da propaganda em torno da figura do Imperador D. Pedro II, que foi de crucial importância para que a mensagem patriótica

⁶⁶ A lei nº4 de 10 de janeiro de 1835, orienta em seu paragrafo nº1 que “Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com elles viverem”.

chegasse a estes indivíduos como reforço ao engajamento dos mesmos nos quadros do exército.

Representando-se como “Primeiro Voluntário da Pátria”, D. Pedro II era atrelado a imagem dos combatentes que pretendiam se oferecer para auxiliar o exército brasileiro na campanha paraguaia. A figura do monarca paramentado com as cores imperiais, envolto em um imponente uniforme, passava o recado de superioridade e poder que também servia a cooptação das tropas, empenhando-se em convencê-los de que havia uma igualdade entre eles e o próprio imperador, e de que essa igualdade residia numa cidadania recém-construída no Brasil.

Vejamos as descrições contidas em **Narrativa Militar** de 1878, do Visconde de Taunay, especificamente o episódio intitulado **A Vingança de um Recruta**, que foi analisado por Patrícia Munhoz (2011). Neste relato, Taunay conta a história de um voluntário baiano indeciso entre ficar com a mãe (por ser o único homem da casa, o que lhe conferia o dever de manter-se ao seu lado para ampará-la e servir na Guerra do Paraguai).

Em sua interpretação, Munhoz (2011) sugere que o relato do conflito interno experimentado por esse sujeito, que opunha a casa (e consequentemente, a única organização familiar que conhecia) e a Pátria, teve sua dissolução com o advento da propaganda Imperial, que estimulava o engajamento por meio do argumento da defesa de valores patrióticos sem os quais a integridade da nação estaria ameaçada.

Outro argumento do qual ele se vale para justificar sua decisão por participar da guerra, é que o próprio Imperador tivera a mesma iniciativa. O narrador faz diversos comentários, a fim de defender a Monarquia e a figura de D. Pedro II: “Oh! a coisa era séria, tão séria que o Imperador, o próprio Imperador, tinha saído de seus paços e da Corte, deixando cômodos, famílias, negócios do Estado e o mais, para correr em socorro de outra província atacada, inválida e estraçalhada!” (MUNHOZ, 2011, p.11).

Contudo, no decurso da Guerra do Paraguai as circunstâncias passaram a ser demasiado problemáticas; as mortes, os processos ineficientes de repasse de recursos e o prolongamento do conflito, pesaram como fatores negativos para aqueles que antes se dispuseram ao voluntariado. Neste processo, o exemplo do próprio Imperador como primeiro engajado no conflito já não era suficientemente convincente como ferramenta de propaganda, era preciso buscar outras formas de convencimento da população para levar adiante um conflito tão complexo e desgastante.

Não descartamos o fato de que o mesmo aconteceu com os homens livres, pobres e negros da Província da Paraíba do Norte, que ficavam sabendo dos informes repassados pelos periódicos que dedicavam várias páginas aos relatórios, correspondências e discussões sobre a Guerra, com ênfase sobre as temáticas da propaganda contra Solano López e a favor das incursões brasileiras.

Na Cidade da Paraíba o periódico *O Publicador*⁶⁷ atuava de forma complementar as informações repassadas pelos Relatórios de Presidente de Província, este não apenas narrava os dados de cunho administrativo como também trazia informações sobre os meandros da Guerra e das notícias provinciais relativos ao recrutamentos dos homens necessários ao serviço militar. Além disso, a seção “Expedientes do Governo” trazia referências sobre as outras províncias e dados mais gerais sobre as determinações do governo a respeito dos movimentos da Guerra. Estas comunicações eram igualmente dispositivos de disputas e denúncias entre periódicos e funcionários da administração imperial.

Através destes veículos de comunicação é que, as elites locais fabricavam suas imagens perante os habitantes da província, publicando nas páginas dos jornais suas ações em relação a guerra, informando as maneiras pelas quais agiam, fornecendo seus préstimos ao Império durante o conflito, sobretudo expondo a sociedade o oferecimento da liberdade a seus escravizados para que esses servissem nos contingentes da guerra.

Em contrapartida, quando analisamos essas publicações como fontes, acessamos informações que, à revelia das narrativas por elas produzidas e repassadas sobre as figuras individuais e algumas famílias pertencentes a elite local, transmitem conteúdos sobre as trajetórias de alguns homens negros, que como condição para a saída do cativeiro tiveram suas vidas reencaminhadas para o trabalho com as armas em território paraguaio.

Não sabemos se o processo era completamente compulsório, inclusive por ser justificado pela legislação, que permitia substituições dos senhores por seus escravizados. Essas substituições também servem como ponto de análise, pois habitualmente estavam ligadas a práticas de perseguição, assim como o recrutamento. Todavia, presumimos que haviam negociações entre senhores e escravizados para que a

⁶⁷ *O Publicador*, liberal progressista, circulou entre os anos de 1862-1886 da Província Paraíba do Norte, um dos mais longevos na província. Seu proprietário foi o Tipografo José Rodrigues da Costa. (RABELO, 2015, p.3); (PEIXOTO, 2017, p.14).

liberdade, em muitos casos sob condição, fosse concretizada, e/ou acordos que resultassem em outros benefícios na hipótese de retorno desses soldados.

Contudo, devemos reafirmar que nosso intuito nesse trabalho não é apenas esquadriñar situações e possibilidades reais sobre as condições dos libertos, mas pensar as experiências dos homens negros da Paraíba do Norte recrutados a servir no Paraguai.

3.1 O “Sacrifício Patriótico” da Província da Paraíba do Norte: as formas de ingresso e origens dos homens negros recrutados para os contingentes da Guerra do Paraguai

Como colocamos anteriormente, no decorrer da Guerra do Paraguai a necessidade de mais homens para suprir as ausências, ocasionadas por diversos fatores como doenças incapacitantes, mortes e fugas/deserções, ficou cada vez mais abrangente.

Como disse o Presidente de Província Innocencio Seraphico de Assis Carvalho em seu relatório sobre a administração da província ao longo de 1867, publicado em 1868:

As circunstancias especiaes do terreno em que pisa o inimigo, e só por elle conhecido, a enorme distancia, a diversidade do clima, as molestias, a peste e muito outras causas, que não escaparão a perspicacia de V. Exc. dão facil explicação à demora da conclusão da guerra. [Relatório de Presidente de Província, 1868].

Ao mesmo tempo que tenta explicar os motivos da demora para o conflito ser encerrado, o presidente da província fornece informações importantes sobre a condição dos soldados em território paraguaio. Naquele contexto, o Império necessitava cada vez mais de indivíduos para o *front* de batalha, ao mesmo tempo em que os homens que eram alvos potenciais do recrutamento, tentavam de todas as formas fugir ao cumprimento de uma demanda com perspectivas tão onerosas e incertas.

Edson Silva (2015) ao discutir a história e memória das populações indígenas em Campina Grande quando dos processos de identificação e demarcação territorial, informa que entre os elementos da memória coletiva que foi passada geração após geração em algumas comunidades, estão alguns acontecimentos conectados às formas dispendidas pelas autoridades provinciais para recrutar massivamente os indivíduos após o furor dos primeiros momentos da Guerra, o autor constata que:

Nesse momento foi usado o velho e conhecido método do recrutamento forçado, atingindo os membros do partido opositor ao que estava no poder em cada província, os contrários a ordem política e social vigente, os considerados desordeiros, perigosos, os presos e condenados por crimes, e principalmente a população pobre, os habitantes das cidades do interior, das zonas rurais, a exemplo dos índios no Nordeste. (SILVA, 2015, p. 1045).

Encontramos nessa citação alguns dados que comungam com aqueles encontrados ao longo da nossa pesquisa, são informações que indicam a extensão do recrutamento forçado, antes direcionado principalmente aos homens considerados “desordeiros” “perigosos” e aos encarcerados, e que posteriormente foi se alargando e atingindo as populações então ditas indígenas bem como as povoações interioranas onde as disputas políticas produziam tensões expressas em formas de ação muito mais intransigentes do que nas localidades mais próximas dos centros de controle imperial.

Existe ainda um ponto de convergência entre a pesquisa desenvolvida pelo autor supracitado e a nossa, sobretudo, no que diz respeito à população pobre que era majoritariamente negra na Paraíba do Norte, sendo taxada pelas autoridades províncias recrutadoras, sempre que oportuno - ou seja, sempre que a demanda por recrutas aumentava - como perigosa e passível de prisão e remanejamento para a caserna.

Quadro IV - Relação dos indivíduos capturados para o recrutamento em 1868

Nome	Condição	Localidade	Data	Posto	Observações
Joaquim Moreira de Oliveira	Desertor	Não Consta	Não Consta	Não Consta	Não Consta
Avelino H ^{er} de Oliveiea	Recruta	Alagoa Grande	Não Consta	Não Consta	Solteiro, sem isenção
Bernardino Gomes da Silva	Marinha Recruta	Alagoa Grande	Não Consta	Não Consta	Solteiro, sem isenção
Joaquim José de Santaana	Recruta	Veio de Natuba	Não Consta	Não Consta	Solteiro e dado a furtos, Hospital
Joaé Antonio	Recruta	Taipú	29 de Maio de	Praça	Ladrão de Cavalos

dos Santos			1868		
Manoel Baldoino	Recruta	Mamanguape	3 de Junho de 1868	Praça	Casado não vive com a mulher, trabalhento
* Observação: Esse quadro contém as informações dos indivíduos que tinham indicação de localidade, portanto, não utilizamos a lista na íntegra, optamos por selecionar os casos mencionados neste quadro.					

Fonte: Arquivo Privado Maurílio de Almeida Relação dos Recrutas Voluntários e Libertos que existão ao depois do embarque de 27 de maio último de 1868. Documentação da Província da Paraíba do Norte referente ao Ministério do Estado e Negócios da Guerra [documentação avulsa].

Estes homens vinham das mais longínquas localidades da província e tinham as mais diversas origens e histórias, alguns eram casados e com tinham filhos, outros eram solteiros porém tinham papel central sustento das suas famílias, como demonstram as fontes nas quais alguns eram colocados também como “criminosos”, “bêbados jogadores”, homens com atividades remuneradas não oficiais, jovens, adultos, que estavam ingressando no serviço das armas pela primeira vez⁶⁸, já outros eram velhos conhecidos das autoridades, reincidentes, desertores, todos e cada um, indicados a ser integrado no contingente da guerra.

3.2 Tropas em marcha: Perfil dos soldados recrutados para Guerra do Paraguai

Um dos elementos que nos chamou atenção quando pensamos e estruturamos esse trabalho foi o perfil dos soldados que compunham o contingente de guerra. Afirmar que esses eram em sua maioria negros é um dos que alicerça nossa investigação, contudo este é apenas o ponto de partida que nos guiou para uma realidade mais complexa.

Portanto, analisar suas condições sociais, vida familiar e mesmo sua conduta dentro da província é algo importante para entender as formas de atuação desses sujeitos nos campos de batalha. Entre os questionamentos que dirigimos às fontes estão: Qual a média de idade desses homens? Eram casados ou solteiros? Tinham filhos ou dependentes? Anteriormente, participaram de uma corporação militar? Portanto estas são algumas questões que pretendemos responder ao longo desse terceiro capítulo, analisando as implicações das respostas que encontramos para cada uma.

⁶⁸ Não existem dados nas fontes que indiquem que esses homens já haviam servido a alguma corporação militar. E como habitualmente, encontramos algum indicativo, mesmo que sucinto, nesse sentido, inferimos que estes não tinham nenhuma relação com as forças de terra antes da Guerra do Paraguai.

Parte significativa dos indivíduos que foram recrutados na província paraibana eram solteiros e não possuíam nenhum tipo de impedimento para serem recrutados. Não existe nenhum tipo de observação sobre suas famílias, filhos ou quaisquer outros dependentes que pudessem ter.

É realmente interessante nos referirmos a esses sujeitos, pois o modo raso como são transformados em dados nas fontes nos faz concluir que eles aparentemente não existiram e que poderiam ser facilmente anulados dentro da lógica social. Já que aparentemente não possuem vínculo familiar ou parental algum, não faria diferença a sua remoção do território provincial, pois individualmente não apresentavam nenhum fator que os tornasse imprescindíveis para o sustento de outras pessoas, ou mesmo para a mobilização de atividades importantes para a economia local. Seus nomes, habitualmente, vêm seguidos de informações pouco detalhadas, como se suas existências passassem a significar a partir da guerra, evento no qual suas presenças se faziam imprescindíveis por estarem, somente ali, investidos de atividades importantes para a nação.

Curioso pensar que esse processo de silenciamento representado pela produção das fontes que serviam à classificação e designação desses sujeitos para a Guerra, também se imprimisse de forma muito concreta nessa sociedade. Quando nos referimos aos milhares de soldados que foram para a Guerra do Paraguai, suas vidas, trajetórias e mesmo aquilo que os dava significado ou sentido social, aquilo que distinguia-os do restante da massa popular, foi sumariamente apagado ou drasticamente reduzido. Almejamos, portanto, elencar e evidenciar o máximo de informações sobre as pessoas que formaram os contingentes de que falamos, trazendo os perfis apresentados por esses sujeitos quando do recrutamento.

Inicialmente nos deteremos nos dados sobre os estados civis dos sujeitos, algo que poderia incluí-los ou retirá-los do horizonte de prospecção de recrutamento - assunto mencionado anteriormente nesse trabalho. Nas listas de recrutamento que encontramos o estado civil nem sempre é ressaltado, pois essa é uma documentação com dados que no momento presente são considerados escassos, contendo apenas aquilo que na época era visto como importante para identificar se cada um dos listados estava ou não apto para a função de soldado.

Contudo, encontramos na listagem de 26 de agosto de 1868 um enfoque significativo direcionado para uma quantidade maior de indivíduos que pesavam no julgamento de uma suposta aptidão para o serviço de guerra, dentre eles o estado civil,

que aparece acompanhado por outros determinantes, como podemos observar na tabela a seguir:

QUADRO V- Lista dos Recrutados por Estado Civil, Idade e Aptidão para Guerra do Paraguai (1868)

Nomes	Estado Civil	Idade	Aptidão
Eugenio da Cruz	Casado	28 anos	Apto
Firmino Fideliz	Solteiro	25 anos	Incapaz
Francisco Xavier de Miranda	Casado	36 anos	Incapaz
José Alvez Barbosa	Solteiro	18 anos	Apto
José Cesario Gonçalves dos Santos	Solteiro	18 anos	Apto
João Vicente Dultra	Solteiro	22 anos	Apto
Manoel da Costa Oliveira	Solteiro	18 anos	Apto
Manoel Victor Soares	Casado	39 anos	Incapaz
Manoel Verizzimo de Paiva	Solteiro	20 anos	Incapaz
Alexandre Boaventura	Casado	23 anos	Apto

Fonte: Lista de Recrutados para Guerra do Paraguai em 26 de agosto de 1868. Documentação avulsa. Arquivo Maurílio de Almeida, Caixa de Documentos Imperiais.

A fonte utilizada para a elaboração desse quadro aparentemente possui poucos dados para a execução de uma análise aprofundada, todavia, quando lida ao lado das outras fontes pesquisadas, possibilita um entendimento mais amplo sobre os motivos que faziam dos sujeitos aptos ou inaptos. Caso problemático é o dos critérios que guiavam as isenções concedidas aos homens casados, o Quadro V traz a informação de que a condição civil não era o único elemento determinante para fazer permanecer um homem na província, já que ele apresenta homens casados classificados como aptos para o serviço de guerra, bem como homens solteiros considerados incapazes para o recrutamento. Ora, se os indivíduos solteiros eram justamente os maiores alvos do recrutamento por aparentemente não possuírem vínculos que justificassem sua permanência na província, enquanto os casados aparentemente os tinham, pressupondo que faziam parte de famílias constituídas e que eram imprescindíveis para o sustento das mesmas, o que justificaria essa inversão da lógica básica que ditava o comprometimento militar?

A colocação mais comum é a de que estes homens casados não viviam com suas mulheres, e portanto, não participavam do sustento familiar, sendo por isso, na perspectiva das autoridades, completamente aptos para o serviço no Exército; outro

argumento para serem considerados capacitados era a de que eles agrediam suas esposas, sendo encarados como nocivos ao convívio familiar; uma última alegação que justificava a sua aptidão para o serviço era a de que não tinham filhos, e portanto, não tinham dependentes que justificassem sua permanência na província.

Em uma sociedade marcada pela idealização da figura do homem mantenedor e da mulher subordinada ao marido (pelo menos aparentemente e como projeto de uma sociedade baseada nos valores masculinos/patriarcal, em ambos os casos), os recrutas com dependentes matrimoniais ou consanguíneos eram um problema enfrentado pelos recrutadores. Principalmente, se pensarmos que o matrimônio também é um elemento indicativo da conduta de cada homem e mulher, já que esperava-se determinado comportamento e projetava-se o cumprimento de um papel social específico dos cônjuges, inserindo estes homens dentro de determinada percepção social, que relegava àqueles que não se enquadravam nela a caracterização de dispensáveis para a sociedade e para o ambiente familiar. Desta feita, pensá-los a partir de uma série de reclamações que objetivavam levantar um estado de suspeição sobre suas condutas era importante para os recrutadores, por significar que poderiam manter os contingentes guarnecidos.

Por outro lado, para os solteiros livres, pobres e negros encaixá-los nos pelotões era uma forma de dar-lhes uma ocupação. Tirando-os das ruas, onde “bebiavam”, “vadiavam” e “roubavam”; por isso, para os recrutadores era mais simples colocá-los nos batalhões, haja vista que as justificativas para o seu recrutamento não eram difíceis de elaborar sob estas condições.

A definição de casado ou solteiro nos fez pensar sobre suas famílias, se tinham filhos ou familiares, e se esse convívio é descrito de forma harmoniosa. Habitualmente o ambiente familiar era sempre retratado como conflituoso para aqueles capturados pelos recrutadores.

Circunstância vivenciada por esses homens:

Tendo sido em contrado nesta povoação Francisco Antonio de Oliveira, com hum punhal o fiz prender, o qual em seu emterogatorio **disse ser casado, porém ter vivido separado da mulher, e o seo meio de vida hé jugar beber furtar emsultar e outros vícios que o tornão sem isenção**, a vista destas provas o remetto p^a a cadeia da Villa de Bananeiras a ordem de VS^a com destino ao exército; Nesta mesma dacta officio ao Senhor. Delegado do termo neste sentido⁶⁹.
[Grifos nossos]

⁶⁹Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Período Imperial. Documentos Manuscritos. Cx: 046. Documento enviado pelo delegado segundo suplente em exercício Clementino Cavalcante de

Francisco Antonio de Oliveira não vivia maritalmente com sua esposa, mesmo assim, ao ser questionado, utilizou essa informação em seu interrogatório. Embora, com ressalvas sobre seu estado civil, compreendemos que havia o entendimento de ambos os lados (recrutadores e recrutados) sobre quais pontos poderiam servir a isenção. Para os administradores, nessa circunstância, representados pelo Chefe de Polícia da Província, Doutor Gervásio Campello Pires Ferreira a informação serve a compreensão da aptidão de Francisco Antonio de Oliveira para ocupar um posto no serviço ativo do Exército.

Semelhante descrição obtivemos em relato fornecido pelo subdelegado Manoel Nunes da Cruz:

Parte hoje para essa capital, o Cabo Ismael Amancio de Oliveira, por ele remeto o recruta **Manoel Pereira de Mello, pardo solteiro de idade de 22 anos**, não tem pai, e é muito bom assentar praça, e **tem mal comportamento** como melhor verá V.S^a do ofício que me remeteu o Inspector do Quarteirão; o qual junto transmito a V.S^a faça achar como for de justiça. Deus Guarde a V.S^a felizmente, Bananeiras, 25 de janeiro de 1865⁷⁰. [Grifos nossos]

Novamente a recomendação é para que o “mal comportamento” seja ajustado sob as diretrizes da caserna. Asseverando uma série de pontos sobre a conduta e os pormenores relativos à vida pessoal de Manoel Pereira de Mello, explicitando a necessidade de recrutá-lo para correção. O que entendemos desse documento são as mensagens que estão nas entrelinhas e que reforçam o discurso oitocentista sobre a população negra, classificada como incapaz do estabelecimento familiar, já que Manoel Pereira de Mello “não tem pai”, e portanto não tinha uma figura masculina em quem espelhar uma conduta socialmente desejável (como discutido anteriormente), e como desordenada e que precisava de intervenção, o que aparece na descrição de que o rapaz apresentava “mal comportamento”, sendo necessário o estabelecimento de mecanismos correcionais para intervir na conduta deste indivíduo - e de todos os outros que fossem identificados à população negra - entre os quais o serviço de guerra era a opção mais indicada naquele momento, o que justifica a afirmação de que o Manoel Pereira Mello “é muito bom assentar praça”.

Albuquerque ao Chefe de Polícia da Província da Paraíba do Norte Dr. Gervasio Campello Pires Ferreira sobre prisão de Francisco Antonio de Oliveira, vila de Alagoa Nova, 22 de novembro de 1865.

⁷⁰Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Período Imperial. Documentos Manuscritos. Cx: 047. Documento enviado pelo Subdelegado do termo Manoel Nunes da Cruz ao Chefe de Polícia da Província da Paraíba do Norte Dr. Gervasio Campello Pires Ferreira sobre a prisão e Recrutamento de Manoel Pereira de Mello Bananeiras, 25 de janeiro de 1865.

Pelo discurso das autoridades provinciais, a maior parte dos recrutados nas listas que tivemos acesso, dentro do recorte que vai de 1866 a 1868, não possuem família, filhos e esposa, e quando presentes a relação é sempre narrada de forma tumultuada, regada a agressões e abandono, como nos casos de Francisco Antonio de Oliveira (que vivia separado da mulher) e Manoel Pereira de Mello (que não tinha paternidade determinada).

É importante observar que as noções compartilhadas pelas fontes são cunhadas por autoridades e estão imbuídas em um discurso oficial e dito civilizatório⁷¹, que compreendia a população livre, pobre e negra como desregrada, pouco afeita aos relacionamentos familiares (particularmente, quando esse não estava oficializado pela igreja ou estado), e habitualmente criminosa.

Pais, irmãos e dependentes de qualquer natureza (apadrinhados), são ainda mais raros em meio a tantas acusações sobre as índoles “desviantes” e a necessidade de conduzi-los ao serviço patriótico. Aparentemente, é como se esses sujeitos não existissem socialmente/relacionalmente, suas identidades se apagam em meio aos dados observamos que para os recrutadores e as autoridades os braços importam, no entanto, não na mesma proporção que as vidas, os laços familiares e de sociabilidade.

Entretanto, uma ressalva deve ser feita, havia uma consciência dos presidentes de província sobre os excessos que poderiam ser cometidos dado o momento de exceção e principalmente sobre seus efeitos no cotidiano da província. As advertências eram feitas sempre que achavam necessário como se pode observar com a análise do Relatório de 1868, em que Innocencio Seraphico de Assis Carvalho diz:

Recommendei constantemente em circulares, em officios individuais e em cartas, brandura e prudencia no recrutamento, de modo a serem somente capturados os cidadãos aptos e não isentos do serviço das armas. **Em bem do commercio e commodidade dos povos** prohibi o recrutamento, nas feiras, e nas estradas poupando-se aos almocreves que conduzião seus generos para expô-los à venda⁷². [Grifos nossos]

Ao averiguar essa informação compreendemos as preocupações no tocante ao recrutamento desregulado, pois poderia afetar a distribuição de gêneros e as articulações

⁷¹ Para compreender melhor, consultar: MEIRA, Lis de Araújo. **O Exército(...) é Coisa do Rebotallo da Nação: Recrutamento Militar e Manutenção da Ordem no Brasil (1840-1852)**. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa, 2018.

⁷² Relatório com que o Exc. Sr. Dr. Innocencio Seraphico de Assis Carvalho passou a administração da Província ao 2º Vice Presidente Padre Francisco Pinto Pessoa em 29 de Julho de 1868. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?m=53&c=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1155%2C-1%2C3972%2C2802> Acesso em: 14 jan. 2019.

comerciais das feiras e ao longo das rotas internas da província. Além disso, os sujeitos que estavam propensos ao recrutamento, eram também pequenos comerciantes, como os almocreves⁷³ que transportavam cargas através do território provincial, exercendo um papel importante no processo de abastecimento de gêneros de consumo nas localidades mais distantes. Especulamos que boa parte desses homens eram negros, que tinham que se deslocar para conseguir comerciar com outras localidades, não podendo, portanto, ficar à mercê do serviço na caserna.

Em contrapartida, muitos sujeitos aptos para o serviço na Guerra acabavam sendo desonerados dessa obrigação e criavam situações de ingerência entre autoridades. Tais circunstâncias são reveladoras das complexas tramas sociais envolvidas no processo de recrutamento redes de perseguição e protecionismo existentes em cada instituição do regime imperial. Como pode ser lido nesse documento de reclamação feito pelo comandante Francisco Xavier de Andrade do 15º Batalhão da Guarda Nacional, em 23 de janeiro de 1866.

Levo ao conhecimento de V.S.a do que vai ocorrendo na Guarda Nacional no B.am ao meu comando, pois acontece que o subdelegado d'Araruna, Antonio Ferreira da Costa Lima recrutou a dois guardas, a saber, Landelino Alves Pereira, e Avelino Pereira da Silva, para que V.S.a leve ao conhecimento de sua Ex.a o Senhor Presidente da Província afim de verse acaba com semelhante abuso, e também se solta ditos guardas⁷⁴.

Não sabemos se a reclamação do comandante Francisco Xavier de Andrade é legítima ou se ele tentava imputar o subdelegado, contudo, na formulação da denúncia que envolvia os ditos guardas também transparecem a articulação e a relação de protecionismo existente entre o comandante e seus soldados, no momento em que estes estavam prestes a serem recrutados. Provavelmente, eram homens pobres que faziam parte da clientela deste oficial, e tanto de um lado quando do outro, as redes que ele conseguiu estabelecer foram empregadas para manter sob controle o batalhão e o seu domínio sobre os guardas.

Muitos foram os indivíduos apreendidos pelos recrutadores e reencaminhada durante os momentos da guerra. Contudo, diferentemente dos almocreves e guardas, a

⁷³BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

⁷⁴ Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Ofício da Secretaria da Polícia da Província. Documentação avulsa. Caixa de documentos imperiais.

grande maioria não contava com a intervenção dos presidentes de província e oficiais dos batalhões, estes eram os alvos mais convenientes dos recrutadores e proprietários.

Retornando a questão dos libertos, as ressalvas não pararam, no intuito de burlar as falcatruas e problemas que poderiam reverberar para os campos de batalha. A circular emitida pelo gabinete do Ministro de Estado e Negócios da Guerra no dia 02 de janeiro de 1867, em seu artigo 6º, destaca que as autoridades devem “Proceder-se as inspecções rigorosas nas praças que tiverem de marchar, de modo que não venhão invalidos ou incapazes do serviço, mui especialmente nos libertos e substitutos”.

Aparentemente essa era uma das questões a serem superadas pelo Império. O fornecimento de libertos para servir nos campos de batalha já não era suficiente, haja vista, a engenhosidade dos proprietários para manter a mão de obra escravizada à disposição na província. Mandar inválidos e incapazes era uma forma de conservar os préstimos e obrigações com os contingentes da guerra e ao mesmo tempo manter o ritmo produtivo nos campos e cidades. A manutenção das doações de libertos garantia também a continuidade de uma imagem pública fundamentada no patriotismo e fidelidade ao Império.

Como apresentado nesse documento de 03 de junho de 1867, enviado por Simplício Narciso de Carvalho, homem negro, proprietário de terras e de escravizados na província.

Desejando concorrer, coadjuvando os esforços do Governo Imperial, para a Guerra, entre o governo da República do Paraguay para qual já prestei minha **contribuição pecuniária**, tenho a honra de **oferecer a V. Excelência o escravo de nome Antonio** de minha propriedade **para o serviço da armada de vinte e três anos de idade e natural desta província, o qual se acha recluso desde ontem à noite na cadeia** desta capital. Rogo a Vossa Excelência se digne a aceitar minha oferta, apresentada a Vossa Majestade Imperador, **assegurando a Vossa Excelência os sentimentos nobres, que me animam em pró da atenção dessa luta nobre em que espero ver vingadas as ofensas recebidas daquele governo traidor**⁷⁵. [Grifos nossos]

Simplício Narciso de Carvalho nos traz um relato interessante sobre as ideias em torno das doações de guerra (que foram trabalhadas no capítulo II), principalmente a respeito do que as elites pensavam sobre seus atos, para quem estavam doando e sua percepção do governo paraguaio. A utilização do termo “sentimentos nobres”, indica o

⁷⁵ Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Correspondência enviada ao governo da Província da Paraíba por Simplício Narciso de Carvalho ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Barão de Maraú, Vice-Presidente no Governo da Província em 03 de junho de 1867, CX.49.

alto nível de valoração que os homens que constituíam a elite paraibana s atribuíam a si mesmos.

Já quando nos detemos a fala “espero ver vingadas as ofensas recebidas daquele governo traidor”, notamos o quanto o discurso em prol de um inimigo externo comum, pernicioso e que deveria ser punido, estava aparentemente introjetado e era disseminado entre aqueles homens.

Para além disso, as informações sobre o escravizado são muito escassas. Asseverando que esse estava devidamente encarcerado, o que nos faz pensar novamente sobre a importância das cadeias, utilizadas como depósitos de recursos humanos, onde os indivíduos eram deixados para usufruto do Estado, como no caso de Antonio.

Até o fim da pesquisa não foram encontrados documentos que forneçam mais informações sobre as condições de engajamento ou o destino de Antonio; se ele negociou a sua ida ou se foi de fato forçado a ir para guerra, se ele realmente foi ou se houve algum intercurso no caminho que o impediu de ir (deserção, doença ou até mesmo morte). Simplicio Narciso de Carvalho nem mesmo explica se esse escravizado encontra-se em boas condições de aptidão para o serviço ativo.

Isso nos fez conjecturar sobre algumas questões, dentre elas: Como era a saúde desses homens? Eles passavam por cuidados médicos? No caminho para o *front* de batalha, eram assistidos pelo governo Imperial?

3.3 As condições de saúde dos homens durante a Guerra do Paraguai

A questão das condições de saúde dos soldados classificados como aptos a servir no *front* era algo conhecido pelas autoridades provinciais, porém este elemento se tornou cada vez mais problemático no decurso da guerra. O que nos leva a pensar sobre os motivos pelos quais os jornais provinciais investiam nos relatos a respeito das condições de saúde das tropas, mesmo quando tais informações se referiam do lado paraguaio do conflito era compreensão comum à de que tais condições efetivamente interferiam nos resultados, como é possível ler no jornal **O Publicador** (Edição nº 1541 de 1867): “Os paraguayos estão entre a morte pela cholera ou pela fome. Nessas circunstancias a guerra do Paraguay terminará dentro de um mez”⁷⁶. A guerra, porém,

⁷⁶ Jornal O Publicador, Edição nº 1541 de 1867. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em:

não acabou depois de um mês, estendendo-se até 1870 e deixando milhares de mortos acometidos por doenças, dos dois lados do conflito.

Para além de qualquer circunstância esses sujeitos (tanto do lado brasileiro, quanto do paraguaio), deveriam ir intactos para o *front*, pois a aptidão referida na documentação ia no sentido das suas capacidades físicas e de saúde para resistir a uma sorte de problemas e dificuldades até chegar a terras paraguaias, sabendo ainda que manter-se lá era uma tarefa difícil e aterradora, principalmente pela ausência completa de estrutura e aparato para a manutenção das tropas; considerando também que o desenvolvimento dos saberes médicos acontecia naquele momento em função da própria Guerra, que produzia demandas até então não atendidas ou previstas. É preciso dizer ainda que em alguns casos, o abandono do governo imperial foi também mortal para os combatentes.

Mas, e se esses indivíduos não estivessem absolutamente aptos desde o momento do recrutamento? O questionamento deste dado conduz a investigação para a problemática de como as relações disformes e complexas experimentadas dentro da província no tocante a confiança no trabalho dos médicos que compuseram as juntas de avaliação que atuavam com os recrutadores, serviu à formulação de outros tipos de discursos e formas de negociação dos espaços e práticas.

Carlos Leonardo Bahiense da Silva (2016) sugere que ao chegar nos *fronts* boa parte desses sujeitos apresentava alguma moléstia, ou “criava” alguma para eximir-se do serviço. Do oficialato à população livre, pobre e negra, todos os homens que entraram em contato com o conflito ou com a possibilidade de encaminhar-se para ele, passaram por uma situação real ou produziram uma simulação do adoecimento. E embora as questões particulares implicadas em cada um desses casos não fossem iguais, havia um conjunto de circunstância que geravam níveis de similaridade entre esses sujeitos.

Bahiense da Silva (2016) argumenta que dentro do corpo médico de guerra havia registros minimamente estruturados que permitem acompanhar alguns casos específicos de enfermos que se feriram durante a guerra, boa parte deles constituída por homens pretos e pardos que recusavam-se a passar pelos procedimentos então empregados pela medicina, principalmente aqueles os mais invasivos, como as cirurgias.

Algumas técnicas em pleno processo de desenvolvimento, a exemplo das amputações, ocasionavam sérios desgastes entre o corpo médico e os pacientes. Se

refletirmos sobre a extensão da guerra e sua relação com a inexperiência de alguns profissionais, acrescidos da falta de condições e aparelhagem médica, além da enorme quantidade de possibilidades a serem exploradas dentro do campo da medicina que então se encontrava em pleno desenvolvimento, a Guerra do Paraguai foi, sem dúvida, um laboratório de experiências⁷⁷, em particular para a população negra.

[...] os pacientes não necessariamente adotavam uma posição passiva. Exigiam anestesia ou recusavam-na; alguns solicitavam cigarros para aplacar a tensão; reportavam aos doutores enfermidades pregressas etc. Evidentemente, tal atitude não se restringia aos negros e pardos. Eram ações que transcendiam a cor. No entanto, estes procuraram cada vez mais espaço ao se defrontarem com a medicalização. (BAHIENSE DA SILVA, 2016, p. 215).

Essa resistência não era novidade na Província da Paraíba do Norte, onde as epidemias que assolaram este território no decurso do século XIX, ocasionaram mortes em massa e disputas entre médicos, práticos e outros sujeitos versados nas artes de cura, alinhavando um quadro diverso de acusações e tensões entre os habitantes.

Pensar a saúde dos soldados no Oitocentos é estender a discussão para além dos quadros da caserna, já que antes de serem soldados estes homens eram civis, que padeciam com uma saúde pública deficitária, e que por falta de estrutura física e profissional para atender adequadamente às demandas geradas pelas doenças de grassavam na província, morriam ou ficavam gravemente debilitados.

Vejamos essa informação do Relatório de Presidente de Província de 1867, repassada pelo 2º vice-presidente, o Barão de Maraú, sobre os problemas enfrentados pela administração provincial no tocante a saúde pública para com a população pobre:

A gente mais desvalida, como succede quasi sempre em todas as epidemias, é também aquella que mais soffrido tem, sendo a razão disso facil de achar-se na apreciação das condições próprias da pobreza e de suas necessidades, no abuso constante que tal gente comette em todos os sentidos, principalmente quanto ao uso da alimentação, a qual sendo impropria e altamente inconveniente em epochas epidemicas facilita o desenvolvimento de toda e qualquer molestia reinante maxime as dysenterias que tem por séde o próprio aparelho digestivo⁷⁸.

⁷⁷Para entender mais, consultar: BARBOSA, Janyne Paula Pereira Leite. **Uma guerra sangrenta, epidêmica e doente: espaços de cura e cotidiano médico na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. 150 f. Dissertação Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em História – UFPB, 150 f., 2018.

⁷⁸ Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo 2º Vice Presidente Exm. Sr. Barão de Maraú em 5 de Agosto de 1867. Disponível em:

Essa população “desvalida”, maciçamente composta por pessoas livres, pobres e negras que estavam à mercê dos recrutadores, como menciona o relatório, sofria com as más condições da assistência de saúde. Além disso as disputas entre as pessoas que dominavam as práticas de cura, também atrapalhavam o socorro aos enfermos.

O charlatanismo e esse enxame de curandeiros homeopatas que pululão por toda a parte também tem concorrido para o grande numero de obitos que diariamente os jornais publicação, visto como medicos não teem conhecimento das victimas annunciadas, por terem sido tratadas por aquelle systema e por pessoas inhabilitadas na grande sciencia de curar⁷⁹.

Importante compreender que as disputas entre o saber médico acadêmico e os profissionais que não partilhavam desse saber elitizado (por ser acessível apenas àqueles que tinham condições financeiras de investir num processo de especialização através da via educacional/acadêmica), mas que também atuavam na “sciencia de curar”, eram complexas, e que a população não necessariamente comungava da mesma opinião da autoridade provincial. Vários fatores indicavam e justificavam o fato de que esses sujeitos, mesmo não sendo médicos de formação, estavam mais próximos a população, ganhando a sua confiança e angariando mais requisições que os próprios médicos.

Embora se saiba, a partir da documentação oficial das referidas instituições médicas que as artes e ofícios de cura dependiam do crivo da legalidade imperial, percebemos que grande parte das atividades relacionadas aos curandeirismos continuavam a ser exercidas em larga escala por curandeiros e seus congêneres, sem que estes possuísem cartas ou licenças de ofício. Além disso, é possível perceber que estes agentes continuavam a desfrutar de ampla popularidade e prestígio junto à população, afinal, recorrer aos práticos em casos de complicações de saúde era uma prática comum desde o período colonial; num exercício que variava entre atender da população mais pobre até as elites. Esse fato faz nascer um verdadeiro combate travado entre o conhecimento médico científico e os curandeirismos, cujas atividades de mercado beneficiavam mais aos práticos do que os médicos alopáticos ou até mesmo homeopáticos. (SILVA; MARIANO, 2017, p. 3).

No contexto da Guerra do Paraguai, essa conjuntura era muito parecida, e os embates não eram apenas entre os médicos experientes e consolidados, que concentravam as práticas de cura e dominavam espaços, e aqueles que estavam em começo de carreira (estudantes) e/ou que não eram oficiais. Outros indivíduos estavam

<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?m=49&c=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1227%2C0%2C3860%2C2722>

Acesso em: 22 Jan. 2019.

⁷⁹Idem.

envolvidos aí, herdando e desenvolvendo o conhecimento das práticas de cura populares ancestralmente acumulado, ocupando espaços de ação que desde algum tempo eram disputados pelos detentores dos saberes acadêmicos, que usavam a própria formação para legitimar-se. Nos campos de batalha, o cuidado dos contingentes da guerra experimentava contextos não tão diferentes dos provinciais.

Ocorreram muitas outras situações de conflito entre os médicos e a leviandade de alguns abria espaço para desentendimento entre eles. Não se tratavam de embates físicos, mas de jogos de poder nos quais ser privado de liberdade por alguns dias ou a ser exonerado era o máximo que ocorria com os doutores. As escaramuças eram aparentemente circunscritas às palavras trocadas entre os desafetos. Mas o discurso agressivo não era monopólio dos médicos, outros militares, como os majores Lima [José Cerqueira de Lima] e Detsi [João Detsi] podiam expressar-se agressivamente quando envolviam-se em disputas. (BAHIENSE DA SILVA, 2012, p. 126).

Consideramos, pois, que a composição do corpo de saúde nos campos de batalha funcionava para reafirmar as redes de sociabilidade e controle existentes entre os sujeitos, o saber médico era utilizado de diversas formas como uma arma no confronto entre interesses pessoais. No meio desses embates, estavam os soldados, homens que negociavam sua permanência saudável em meio ao turbulento conflito. Entender como a desconfiança e o medo abateram-se sobre esses sujeitos é uma forma de adentar as suas histórias e os motivos que os levavam a articularem-se dentro e fora dos ambientes provinciais.

Interessante notar que alguns dados parecem não ter sido repassados, sobretudo, quando nos referimos a um assunto já tratado nesse trabalho: a presença de libertos remanejados para a Guerra do Paraguai. Os dados que informam sobre a existência desses homens negros no relatório de 1868 sugerem que apenas na administração de João José Innocencio Poggi houve a prática de libertar transformando-os em recrutas para guerra. Contudo, quando consultamos o jornal “O Publicador” encontramos inclusive um dos presidentes de província interinos, oferecendo seus escravizados, como ele próprio João José Innocencio Poggi. A exemplo do que foi noticiado na edição de nº 1560 de 28 de novembro de 1867, referente aos expedientes do dia 25 de novembro do mesmo ano consta a seguinte notícia:

Na edição de nº 1560 de 28 de novembro de 1867, referente aos expedientes do dia 25 de novembro do mesmo ano consta a seguinte notícia:

Para a inspecção e devivo alistamento mando apresentar a Vmc. Os libertos Virgilio, Gustavo e Bazilio, que por indemnisação acabam de ser offerecidos por seu senhor o commendador João José Innocencio Poggi para o serviço do exército em operações⁸⁰.

Contudo, esta é apenas uma dentre tantas outras informações sobre o embarque de libertos que aparece no Jornal, habitualmente, os nomes dos seus senhores não são mencionados e muito pouco sabemos sobre esses sujeitos libertos, todavia a existência desses dados comprova a presença negra nos quadros de recrutamento para Guerra do Paraguai.

QUADRO VI - Relação dos Recrutados Libertos (1867)

Nomes	Informações
Braulio Francisco dos Santos	Libertos para o Serviço ativo na Guerra do Paraguai
Virginio Augusto de Mello	Libertos para o Serviço ativo na Guerra do Paraguai
Gustavo Correa Lima	Libertos para o Serviço ativo na Guerra do Paraguai
*Observação: Lista incompleta, documento deteriorado. Impossibilidade de leitura.	

Fonte: Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Documentação da Província da Paraíba do Norte referente ao Ministério do Estado e Negócios da Guerra. Relação dos Libertos (1867), Documentação avulsa.

Essas informações foram retiradas da documentação produzida pela província da Paraíba para o Ministério de Estado e Negócios da Guerra. Como podemos constatar não possuem nenhum detalhamento sobre em que circunstâncias esses indivíduos foram recrutados para a Guerra do Paraguai.

Alicerçados nessas lacunas, retornamos ao caso do comendador Poggi, este não foi o único homem que ofereceu seus escravizados para servir na guerra, também o abade do convento de São Bento ofertou dez escravizados para a autoridade provincial responsável pelo recrutamento e embarque dos soldados e fez comentário semelhante:

Em nome do governo imperial acceito e agradeço à V. Rv.ma o offerecimento **dos oito escravos desse convento, libertados para o serviço do exercito**, e fico sciente como comunicou hontem V. Rv.ma verbalmente à esta presidencia de não poderem ser entregues os dous que fazem o numero de 10, offerecidos primitivamente, em data de 16 do corrente, **por haver desaparecido um delles e o outro ter V.**

⁸⁰ O Publicador, edição 1560 de 1867. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&PagFis=7&Pesq=alagoa>. Acesso em: 18 abr. 2018.

Rv.ma verificado ser incapaz do serviço por doente⁸¹. [Grifos nossos]

Como podemos observar vários segmentos da sociedade que tinham em sua posse escravizados, os doaram para os recrutadores, fosse particularmente ou em nome de alguma instituição, situação que corrobora com a nossa reflexão do capítulo anterior, sobre a importância social das “doações” para o conflito com o Paraguai.

Entrementes, isso não queria dizer que os oficiais não eram cobrados e inclusive punidos por seus comportamentos antipatrióticos, por maiores que parecessem ser as suas doações para a Guerra do Paraguai, elas somente não eram suficientes para sustentar o argumento do patriotismo dos indivíduos que as executavam. Principalmente quando a indicação de homens para o serviço de Guerra era uma obrigação, como visto nos documentos a seguir:

O Presidente da Província, autorizado pelo art.2º do decreto nº 3506 de 4 de Agosto de 1865, resolve suspender do exercicio do seo posto por tempo indeterminado o Tenente Coronel Comandante do Batalhão nº 7 da Guarda Nacional da freguesia de Taipú Manoel [...] Falcão, visto não ter o dito comandante completado se quer o primeiro dos dous contingentes que à seo batalhão coube dar para o serviço da guerra, achando-se por isso ainda obrigado a apresentações de vinte praças⁸².

Outras suspensões foram executadas na província, pelo descumprimento dos serviços para os quais foram designados:

O Presidente da Província, autorizado pelo art.2º do decreto nº 3506 de 4 de Agosto de 1865, resolve suspender do exercicio do seo posto por tempo indeterminado o Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional dos municipios de Alagoa Nova e Alagoa Grande, Bacharel Francisco Ignacio de Souza Gouvêa, por negligente no serviço da apresentação dos disgnados para os contingentes de guerra, visto como do Batalhão nº12 apenas forão apresentados sete guardas dos quarenta e seis que forão designados, o que deo lugar a sêr suspenso o respectivo Tenente Coronel Comandante⁸³.

A possibilidade analítica nesse caso vai também de encontro a ojeriza da população para o serviço militar. Sendo assim, tanto podemos pensar que os não conseguiram encher os batalhões por falta de homens para o serviço, quanto que a

⁸¹ Jornal O Publicador, 1867. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&PagFis=7&Pesq=alagoa>. Acesso em: 18 abr. 2018.

⁸² Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Ofício da Secretaria de Polícia da Província. Documentação avulsa. Caixa de documentos imperiais.

⁸³Idem.

atitude deles poderia ser proposital, forçando uma suspensão que os tiraria também da mira do governo provincial enquanto candidatos ao engajamento.

Conjecturamos que havia um pensamento voltado também para o pós-1870; quando da Guerra finda, o Império recompensaria esses sujeitos com cargos melhores do que aqueles que já ocupavam, ou beneficiaria as instituições das quais faziam parte. Consideramos, que haviam promessas que flutuavam na superfície dos acordos legais e demais compromissos velados, organizados segundo uma lógica particular segundo a qual, nos momentos de guerra a população negra funcionava como moeda de troca.

Ressaltamos, que por outro lado não havia passividade entre os homens pretos e pardos recrutados para guerra, estes tentavam resistir de muitas formas, inclusive fugindo, o que pode ter acontecido no caso do escravizado do Mosteiro de São Bento que desapareceu, ou melhor, fugiu para, provavelmente, evitar o recrutamento.

3.4 Arregimentados a Servir: Homens Negros Paraibanos recrutados no Contingente de Guerra

A estrutura militar era considerada pelas próprias autoridades imperiais como precária e repleta de complexidade, principalmente quando do processo de recrutamento de soldados, mas também na garantia da representação das hierarquias.

Por isso, a análise das fontes não deve ser feita apenas pelo viés do que é dito abertamente por seus autores/autoridades, mas sobretudo, pela interpretação das lacunas e silêncios deixados por eles; o que nos permite enveredar por espaços intrincados das narrativas. Ao debater a questão dos “implícitos da linguagem”, Obdália Silva (2008) afirma que a formação discursiva ocorre em meio aos vãos construídos a partir dos relatos. Seguindo essa linha argumentativa, devemos ressaltar que os “não-ditos” e silêncios, não afirmam a incompletude do discurso, mas a organização de um posicionamento centrado em um objetivo (SILVA, 2008, p. 41).

Dentre as fontes analisadas da Polícia da Província notamos que alguns chamam uma considerável atenção por parte das autoridades, caracterizando-se geralmente por envolverem denúncias sobre crimes na província e o serviço ativo nas corporações militares. Discutiremos a seguir alguns acontecimentos deste tipo ocorridos na Província da Paraíba do Norte.

No dia 05 de Janeiro de 1865, na Vila de Alagoa Nova, foi denunciado pela viúva Maria Dantas, mulher parda – e como descrito pela autoridade – “velha”,

“miserável” e “toda aleijada”; Clementino Luis da Fonseca, homem pardo, “solteiro”, “sambista”, “jogador” e “completamente vadio”, por este ter raptado e deflorado⁸⁴ sua neta menor de 17 anos e órfã de pai e mãe, Maria Florencia. Atentando brevemente para algumas questões, notamos que as descrições infligidas para Maria Dantas retratavam a depreciação de suas condições: geracional, social e física. Levando-nos a pensar sobre o cotidiano da população livre pobre e negra, em situação de precariedade, mesmo quando se encontravam lesados em algum de seus direitos e procuravam a administração pública para resolução e/ou reparação de uma situação. Com Clementino da Fonseca assemelhavam-se os termos, além de lhe pesarem outras acusações, dentre elas:

[...] ter deflorado mais duas raparigas, das quais ainda vive com uma destas de quem tem dois filhos, e também vive comcumbinado com uma escrava de João José da Silva Coutinho, de nome Clara a qual além de empatar os serviços do seu senhor tem de costume furtar, não só dos senhores como também o que pode furtar pelas casas de várias pessoas, não só da vizinhança como pelas feiras⁸⁵.

Destacamos que Clementino Fonseca, não só havia deflorado Florencia, como também vivia em “concubinato” com outras mulheres, e contra uma das quais ele havia cometido o mesmo crime de defloramento, segundo a autoridade provincial. Além disso é ressaltada a relação dele com uma escravizada “de nome Clara”, que assim como Clementino tinha “índole duvidosa”, furtando e atrapalhando a ordem pública, criando conflitos inclusive com seu senhor, João José da Silva Coutinho, para quem provavelmente não valeria a pena vendê-la e assim se ver livre do problema que ela representava, já que o fato de receber tais atribuições possivelmente era fator de desvalorização do seu preço no mercado humano.

Contudo, como estratégia de análise, devemos relativizar os discursos praticados na produção das fontes, o que nos leva a considerar a possibilidade de que as características atribuídas a Clara, sejam parte dos artifícios construídos para evidenciar uma dita marginalidade do homem a qual fora atrelada, possivelmente justificando a necessidade de civilizá-lo bem como a ela própria, contendo suas ações através do aprisionamento, que no caso dele poderia rapidamente se encaminhar para o recrutamento, haja vista, “[...] a ideologia racial brasileira, atuaria de forma refinada ao

⁸⁴Ressaltamos que o crime de defloramento deixou de constar no Código Penal de 1940, cedendo lugar ao crime de sedução. Como discute Miriam Steffen Vieira “Uma distinção jurídica entre o “estupro” e o “defloramento” está no fato de que este último presume uma relação entre as partes marcada pelo consentimento para as relações sexuais, enquanto o “estupro” requer o emprego da “violência”. Todavia a mesma autora assume a impossibilidade de uma definição sobre a diferença entre os atos.

⁸⁵Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Ofício da Secretaria de Polícia da Província. CX.046, 1865.

se utilizar da cor, dos atributos físicos e somáticos, para classificar depreciativamente os indivíduos, estabelecendo uma hierarquia social própria da multirracial sociedade brasileira” (RAMALHO NETO, 2012, p.69).

No caso de Clementino, essa contenção de suas ações em nome do processo de civilização da sua conduta, relacionava-se com o recrutamento; já para Clara, provavelmente seriam aplicados castigos físicos ou a retirada de algum benefício, como o da mobilidade, pois se ela deslocava-se pela vizinhança e locais de maior convergência de indivíduos, como as feiras, cercear a sua permissão de locomoção a impediria de expandir suas redes de sociabilidade e solidariedades, minando suas possibilidades quanto a obtenção de liberdade em momento futuro.

Retomando a temática dos lugares de circulação dessa escravizada, acreditamos que foi em um desses locais que Clara e Clementino se conheceram e começaram sua relação afetiva. Rocha (2001) nos informa que “outro local em que essas mulheres podiam ser vistas [era] na parte alta da cidade, onde tinham como fregueses os presos, aos quais vendiam laranjas e outras frutas verdes, contribuindo para causar-lhes algumas moléstias do aparelho digestivo, segundo o cirurgião-mor da Província, o Dr. Antonio da Cruz Cordeiro”⁸⁶.

Mesmo que Clara e Clementino não fossem habitantes da capital da Província da Paraíba, a prática de comercialização de bens de consumo imediato era extensiva a muitas locais no império, além de ser uma das atividades mais executadas por mulheres, estando também entre aquelas que permitiam maior deslocamento no interior dos núcleos urbanos, o que nos leva a crer que essa era uma das atividades executadas por Clara.

Consideramos também, que a formação de sociabilidade proveniente das relações maritais e de concubinato, permitem duas possibilidades de análise: a primeira refere-se à formação de uma rede de solidariedade e proteção para com os indivíduos nela envolvidos, o que para Clara poderia representar a perspectiva da obtenção de liberdade, e para Clementino, significava o acobertamento de seus delitos e a certeza de um esconderijo caso estivesse sendo procurado pelas autoridades provinciais. Já a segunda possibilidade analítica seria a da utilização de uma reafirmação de uma criminalidade, focando no ajuntamento desses dois sujeitos em práticas delituosas e

⁸⁶ROCHA, Solange P. **Na trilha do feminino**: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828-1888. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História – UFPE. 2001, p. 30.

centralizando suas argumentações em torno das ações pregressas de apenas um dos indivíduos – nesse caso Clementino – que funcionaria como algoz do outro, posicionando-o como agressor e aproveitador, pouco afeito as questões familiares e a civilidade. Este viés interpretativo diz respeito aos discursos elaborados pelos delegados e subdelegados que almejavam encarcerar Clementino.

Ainda podemos levantar hipóteses sobre a relação de Clementino e Clara; especulamos que ele poderia representar uma via para fuga para Clara e para outras pessoas na mesma situação, principalmente quando considera-se o desenrolar do caso, descrito no mesmo documento:

[...]sendo ela quem mais o sustenta em todos os seus vícios os quais são apoiados pelo próprio pai de nome Theotonio Luis da Fonseca e sua mulher moradores um S. Tomé, cujo Clementino, zomba de tudo por ser apatrocinado pelo Major Antonio José d'Oliveira [...] (Ofício da Secretaria de Polícia da Província⁸⁷).

Clementino, como percebemos, faz parte de uma rede de clientelismo que envolve outros sujeitos. As redes de sociabilidades desse homem parecem ser fortes o suficiente para protegê-lo frente às autoridades, sendo que mesmo depois de tantas acusações, ele ainda não tinha sofrido grandes sanções legais, exceto por uma tentativa de aprisioná-lo que o deixou ferido⁸⁸.

Isso poderia justificar a atitude do delegado suplente em exercício, Clementino Cavalcanti Albuquerque quando consulta o Chefe de Polícia da Província sobre os procedimentos que deve tomar acerca do caso:

[...] rogo a VS^a me esclareça se o **devo procurar por tais crimes** como também pelo de resistência e uso de armas ou se mandar com destino ao recrutament⁵⁶⁰ visto ser ele autor de três defloramentos pois alem destes crimes tem por costume quando sabe que algum pai de família seu vizinho faz alguma viagem zele faz por introduzir-se em casa afim de solicitar ou mulher ou alguma sua filha ou de sua família. (Ofício da Secretaria de Polícia da Província⁸⁹. [Grifos nossos])

O cuidado ao consultar o chefe de polícia, demonstrou sua capacidade de construir e articular uma rede de apoiadores e mantenedores. As constituições desses núcleos de proteção serviram à manutenção da estabilidade da lógica social oitocentista, integrando todos esses indivíduos. Servindo ao Império e ao aprofundamento das

⁸⁷Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Ofício sobre o deflorado da Órfã Florencia. CX.046,1865

⁸⁸GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p.17-278.

⁸⁹Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, CX.046,1865.

discrepâncias nas relações sociais entre os homens – sobretudo os militares negros –, e também entre as mulheres – enfaticamente, aquelas que tinham algum grau de relação com esses militares.

O caso de Clementino Fonseca e a discussão fomentada pelas autoridades no sentido de utilizar e seus serviços para corporação em função da ineficiência do aprisionamento mediante a capacidade de articulação deste indivíduo, não é característica apenas da Província da Paraíba do Norte, outras províncias do Império brasileiro padeciam com problemas de manutenção da funcionalidade das instituições prisionais.

No tocante ao sistema penal e ao manejo e alocação de seus presos da Paraíba, habitualmente, colocando-os no serviço militar, substancialmente, no período em que Clementino foi denunciado, ou seja, a Guerra do Paraguai, este documento de 1865 é revelador ao mostrar uma sequência de momentos interconectados que levaram a uma situação “vexatória” para as autoridades provinciais.

[...] se me faz mister dirigir a VS^a declarando a necessidade que um pequeno destacamento nesta vila não só para repelir qualquer violencia que possa aparecer, como mesmo por **falta de policiais por quase a maior parte do povo são guardas** nesses como também para suprir a falta que sempre está aparecendo nas requisições que se fazem do comandante do batalhão de guardas nesses já **para sentinela de presos** para a cadeia da cidade de Areia, nunca são satisfeitas tais condições[...]⁹⁰. [Grifos nossos]

Esse primeiro trecho acentua alguns pontos que já foram abordados neste trabalho, no tocante a falta de homens e as reclamações intensas para que esses fossem mandados aos batalhões. Entrementes, algo novo desponta nessa nota, o remanejamento de funções, algo muito comum na Província da Paraíba do Norte.

Apesar de não necessariamente terem funções iguais, e pertencerem a corporações diferentes era comum, a utilização dos guardas nacionais e mesmo dos soldados da primeira linha para as atividades cotidianas da província, e como podemos observar os pelotões eram insuficientes para atender a tal demanda.

Continuando a exploração do documento, o subdelegado afirma que “[...] tanto assim que tem se dado caso de se acharem guardas de sentinela por mais de vinte e

⁹⁰Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Período Imperial Documentos Manuscritos. Documento enviado pelo delegado segundo suplente em exercício Clementino Cavalcante de Albuquerque ao Chefe de Polícia da Província da Paraíba do Norte Dr. Gervasio Campelo Pires Ferreira sobre a necessidade de um contingente específico para fazer a sentinela dos presos da vila de Alagoa Nova, 14 de fevereiro de 1865. CX,046

quatro horas [sem] que chegue guardas para os rendeiros [...]”⁹¹. Na sequência, o mesmo explica os motivos de sua insistência para que um destacamento seja designado exclusivamente para o serviço com os presos.

[...] e quase sempre esta sucedendo chegarem presos e a escolta que os trazem fica fazendo sentinela aos mesmos [sem] que chegue gente para sentinela como sucedeu nesta semana que se achando uns **guardas** de sentinela a um recruta a **48 horas** por falta de gente para os renderem aconteceu que ontem alta noite **o recruta reconhecendo que estava a sentinela dormindo quebrou a gargalheira e evadiu-se da prisão** [...] a vista das razões acima espendida por mim espero que VS^a a leem do serviço público e da boa ordem deliberara o que for de aceita.⁹² . [Grifos nossos]

As circunstâncias periclitantes nas quais encontravam-se os guardas e a própria administração coadunavam com a resistência dos sujeitos ao serviço na caserna. Ressalvamos que devemos manter cautela ao incorporar os discursos provinciais, pois por vezes estão repletos de desdobramentos que desaguardam em interesses específicos. É de se considerar que se o evento ocorreu tal como foi descrito, as condições dos guardas deveriam ser terríveis, por não estar explicitado se eram daquela localidade ou remanejados de outros locais (contudo, destacamos que estes já haviam sofrido um deslocamento, haja vista, estarem executando o serviço de sentinelas), que os afastaria de suas famílias e suas atividades laborais cotidianas. Por outro lado, temos um recruta, que se recusa ao serviço ativo e foi preso, e que ao ter uma oportunidade a aproveitou para escapar, caracterizando a deserção.

Tanto a trajetória dos guardas quanto do recruta tem um mesmo prisma analítico, mesmo que as informações sobre como ingressaram nas corporações e as motivações para tentar evadir-se não estejam definidas na documentação, depreendemos que esses homens faziam parte dessas instituições e sofreram com os desgastes que elas demonstravam.

Outro relato interessante fez o subdelegado Clementino Cavalcante de Albuquerque em 14 de fevereiro de 1865, revelando o estado dos militares em serviço ativo, que continuavam a trabalhar, mesmo depois de extenuante jornada na escolta dos presos, na sentinela das cadeias, que careciam de condições, padecendo com os subterfúgios engendrados pelos prisioneiros – principalmente os soldados –, que tentavam fugir.

⁹¹Idem.

⁹²Idem.

[...] como sucedeu nessa semana, que se achando uns guardas de sentinela a um recruta a 48 horas por falta de gente para os renderem aconteceu que ontem alta noite o recruta reconhecendo que estava a sentinela dormindo quebrou a gargalheira e evadiu-se da prisão [...] a vista das razões acima espedida por mim espero que V.S^a a bem do serviço publico e da boa ordem deliberara o que for de aceita”⁹³.

A partir desse quadro Álvaro P. do Nascimento (2013) permite-nos refletir sobre bre como os serviços eram organizados para a caserna, e que não necessariamente havia uma obrigação de ser um soldado para executar os serviços internos e/ou o teor dessas atividades não voltava-se para o aproveitamento militar.

Limpavam hospitais e ruas, cozinhavam para centenas de homens, produziam peças em verdadeiras fábricas estatais, serviam a famílias influentes gratuitamente, carregavam todos os produtos necessários a repartições estatais. Em muitos depoimentos de época, eram assemelhados ao trabalho de escravos – não só pelas degradantes condições e peculiaridades existentes em boa parte desses ofícios, mas por serem pessoas com direitos de liberdade limitados e sem propriedade privada, que poderiam ser levados pelo Estado sem possibilidade de volta (NASCIMENTO, 2013).

Percebemos que as condições para a população livre pobre e capturada a servir, eram as mais degradantes, prisões, ferros e gargalheiras faziam parte do cotidiano dos recrutas, logo, temos uma compreensão dos motivos para tantas fugas e reclamações nos processos de captura.

Tendo de remetter **Guardas Nacionais presos para o contingente de guerra, vejo me embaraçado por falta de ferros**, sem poder mandar fazer outros, visto como ainda ignoro se foram aprovadas as despesas feitas com aquelles, que ficaram ahi por ocasião das primeiras remessas de recrutas. [...] assim terem que se conservar por muito tempo, detidos os referidos presos, quando da seguinte, que eles quanto antes marchem para o theatro de guerra⁹⁴. [Grifos nossos]

Relacionando-o ao caso de Clementino Fonseca, provavelmente este se depararia com uma situação muito parecida com as descritas anteriormente, preso a ferros, encarcerado durante dias até ter as condições “apropriadas” para remete-lo ao contingente de guerra.

A ênfase do Juiz Municipal que elabora o documento está na falta de estrutura para remeter os recrutas, não no recrutamento ou no transporte. Esse era um discurso

⁹³ Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Ofício expedido pelo senhor subdelegado Clementino Cavalcante de Albuquerque, para o Chefe de Polícia da Província Gervasio Campelo Pires Ferreira em 14 de fevereiro de 1865, CX. 046.

⁹⁴ Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Ofício expedido pelo Juiz Municipal Manoel [...] Bezerra Montenegro em 31 de janeiro de 1867, CX. 049.

extensivo aos presidentes de província e em um momento de conflito bélico como a Guerra do Paraguai, Clementino Fonseca corria o risco de nem permanecer na província, se fosse apto ao contingente de guerra. Como já foi dito, a província passava por inúmeros problemas em sua estrutura carcerária.

Como exposto a seguir:

a conveniencia de ser quanto antes removida a Cadeia publica pra fora da Cidade e do centro do povoado onde esta collocada, junto a falta que ha de prisões seguras e espaçosas onde possam ser recolhidos os criminosos de muitos termos da Provincia fazem d'esta obra uma das mais necessarias e urgentes⁹⁵.

Acreditamos que a preocupação do presidente da província não era direcionada apenas para o afastamento dos prisioneiros por motivos de novas conturbações, mas estava associada a possibilidade de que as sociabilidades fomentadas por esses indivíduos pudessem auxiliá-los durante as fugas, retirando-os do domínio dessas autoridades e causando transtornos as instituições que necessitavam desses serviços.

Retornando a Clementino Fonseca, esse era “apatrocinado pelo Major Antonio José d’Oliveira”, um militar que poderia ser o responsável pela manutenção da liberdade desse sujeito, mesmo em meio às denúncias que recaiam sobre ele. Por outro lado, este poderia fazer parte da clientela do major, relação usada como recurso para obtenção de favores (como a liberação do cumprimento de uma sentença), e que poderia ter se iniciado a partir da iniciativa do próprio Clementino ou de seu pai, que também é citado no documento.

Situações de protecionismo similares àquelas nas quais se encontravam Clementino Fonseca e o Major Antonio d’Oliveira, ocorreram com frequência na Província da Paraíba do Norte, proporcionando a observação de alguns de seus desdobramentos no interior da estrutura militar e da sociedade imperial oitocentista em tempos de guerra.

Assim:

Se alguma vez nas propostas para officiaes se guarda respeito á justiça e se attende ao merecimento, na quasi universalidade dellas é o pernicioso espirito de partido, de mistura com o patronato, que predomina. E’ certamente por estas e outras causas identicas, é porque em geral a officialidade dos batalhões não representa nem a opposição

⁹⁵Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo vice-presidente da mesma, o dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de outubro de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/582/> Acesso em: 22 jan. 2018.

social, nem o mérito, nem a riqueza e intelligencia, que ninguém, que esteja em circumstancias um pouco favoraveis, se quer prestar ao serviço de guarda. Todos procuram ser officiaes, ou como meio de descanso ou para terem subordinados⁹⁶.

O ocorrido com Clementino Fonseca e o Major Antonio d'Oliveira, exemplifica uma situação de mão dupla que tanto poderia resguardar vantagens para o Major, quanto para o próprio Clementino, contudo, em uma situação de desmonte ou ineficácia dessa relação, quem provavelmente sofreria as piores sanções, seria Clementino. Por isso o subdelegado questiona a definição de uma pena, considerando suas redes de solidariedade. Digna de nota é também a hesitação dessa autoridade ao questionar a o chefe de polícia da província sobre o encaminhamento daquele homem sob tutela da instituição, e sua dúvida sobre se deveria mandá-lo “com destino ao recrutamento”, situação que o aproximaria de aliados e desafetos, ao mesmo tempo em que impreterivelmente o colocaria perante situações de trabalho na corporação.

Nesse ponto devemos fazer uma consideração sobre a legislação penal no Brasil oitocentista, pois é significativo o impasse longo sobre o destino de Clementino Fonseca, principalmente se considerarmos a necessidade do império de civilizar e ao mesmo tempo, obter mão de obra para o usufruto público naquele momento. No seu art. 46 do dito código, determinava-se que:

A pena de prisão com trabalho, obrigará aos réos a occuparem-se diariamente no trabalho, que lhes fôr destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das sentenças, e dos regulamentos policiaes das mesmas prisões⁹⁷.

Todavia, para os presos que eram remanejados para o serviço das armas, a situação costumava ser diferente; as atividades cotidianas eram desenvolvidas habitualmente nos quartéis e fora deles, estes homens eram mandados para além dos limites dos lugares em que foram designados a servir. E esse quadro revela tanto a crescente necessidade de homens para as atividades militares, quando a dificuldade apresentada pela província quando estes entravam nas instituições, pois:

⁹⁶Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo Senhor Dr. Felizardo Toscano de Britto no ato de passar a administração para o Exm. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura, em 18 de Maio de 1864. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u500/000008.html> Acesso em: 02 fev. 2018.

⁹⁷BRASIL, Poder Legislativo. **16 de dezembro de 1830**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830, Página 142 Vol. 1 Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em: 28 jan. 2018.

Os soldados ou praças de [...], no geral tirados infelizmente da escoria da sociedade, alguns dos cárceres, e muitos da vindictada lei, não podem por isso apresentar um pessoal optimo. Por isso não se deve notar e menos admirar que appareção actos ou sejam por estes igualmente praticados crimes, o que com outro pessoal se tornariam noraveis; mas não obstante se se attender aos elementos de que pela mór parte é assim composto o exercito, aos meios coercitivos ao alcance dos chefes dos corpos e ainda mais à aquelle de que hoje dispõe para punir os agravos e crimes contra a disciplina militar e moralidade do corpo, não se pode contestar que apezar de tudo o pessoal no fundo, é bom⁹⁸.

Com o encaminhamento da Guerra do Paraguai (1864-1870) esse quadro de desorganização foi acentuado. A grandiosidade do conflito testou a capacidade imperial de providenciar homens e recursos necessários em tempo hábil aos campos de batalha.

No afã de obter novos contingentes para o exército, os recrutadores (delegados, subdelegados, chefes de polícia e militares), contrariavam as regras existentes quanto aos casos de isenção do serviço militar e recolhiam compulsoriamente novos candidatos para a campanha. O conflito com o Paraguai obrigou o Estado Imperial à maior mobilização de tropas da história brasileira até aquele momento (MOREIRA, 2010).

Para tanto, a elaboração da campanha dos Voluntários da Pátria (1865) funcionou durante pouco tempo para as populações livres pobres⁹⁹, tendo em conta a incapacidade demonstrada pelas autoridades centrais e provinciais de recrutar, abastecer os soldados com fardamento e alimentação, e proporcionar a manutenção de condições mínimas de salubridade para preservação da vida.

Exploramos através de Clementino a possibilidade de que ele assim como tantos outros, evitava o serviço militar por conhecer os infortúnios e penúrias pelos quais passaria caso fosse obrigado a trabalhar nos contingentes de guerra. Assemelhando-se a um escravizado; desprovido de direitos no tocante a mobilidade e levado à exaustão pelas extenuantes rotinas de trabalho, qualquer homem podia supor que estas circunstâncias tendiam a piorar caso fosse obrigado a seguir para o Paraguai.

Conquanto, regressemos às alegações do Presidente da Província da Paraíba do Norte naquele momento; mesmo com palavras depreciativas sobre a origem dos soldados e praças, e asseverando suas condutas delituosas, ele não deixa de considerar a relevância dos serviços executados por essa população (geralmente livre, pobre e negra)

⁹⁸Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima, ANEXO.AJ-1. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/590/000130.html> Acesso em: 24 jan. 2018.

⁹⁹ Consultar: SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, Livres e Libertos: a Paraíba na Segunda Metade do Século XIX**. Mestrado (Dissertação). Universidade de São Paulo. 1994.

para o andamento orgânico das instituições militares e do ordenamento público. Ele aponta para os métodos coercitivos dos recrutadores para conseguir soldados, revelando os dois lados da conformidade administrativa das instituições militares.

Consideramos que ao ressaltar de forma fragmentada a trajetória de Clementino Fonseca e de outros homens que como ele formam alvos de tentativas de (e do próprio) aprisionamento e se tornaram candidatos ao recrutamento, conseguimos vislumbrar um panorama mais amplo de relações, interesses, protecionismos e rivalidades, na Província da Paraíba do Norte e algumas outras áreas do império.

Enveredar pelas artimanhas dispensadas por esses homens para se eximir dos pesados esforços na caserna, propiciou uma compreensão do funcionamento do recrutamento durante a Guerra do Paraguai, ao mesmo tempo em que permitiu a observação das ações desses homens envolvidos em insubordinações e conturbações públicas que nem sempre eram satisfatoriamente sanadas pela força policial existente.

Concluímos, entre outras coisas, que o uso das corporações militares como mecanismos de contenção das camadas populares, conseguiu, alcançar e manter um número de indivíduos disponíveis para guerra, contudo, estes contingentes que permaneceram a serviço das províncias não foram suficientes para abarcar as disputas maiores e insurreições ocorridas nestes territórios. Tampouco, fora eficiente no controle das rusgas locais e contendas por poder.

As camadas mais pobres da população, aproveitando-se dos litígios e conflitos entre as elites locais, desdobraram-se para ampliar suas redes de sociabilidades e solidariedades, tanto horizontal quanto verticalmente, acionando o seu funcionamento para usufruto próprio e de seus amigos e parentes próximos. As formas como esses indivíduos escolheram reagir a opressão do sistema e munir-se de justificativas para não ingressar nas prisões e provavelmente na caserna, estão dentro do campo das possibilidades infinitas, ao passo que as motivações e estratégias foram tão diversas quando as situações que os levavam as mãos das autoridades. Tudo nos leva a pensar em uma rede de relacionamentos e ações que poderiam estar circunscritas para os habitantes da província, dentro ou fora da legalidade, e na qual esses vínculos supriam as necessidades básicas administrativas e pessoais.

De modo que as colocações acerca do encarceramento e recrutamento de homens livres, pobres e negros, com conexões ou não com o cativo, nos permitiu explorar muito mais da sociedade oitocentista e seus desdobramentos cotidianos e legais.

Importando ainda considerar as elaborações encontradas em parte da documentação. São falas que adentram discursivamente nas particularidades desses homens e suas famílias, tentando de certa maneira, criar um perfil ou um trajeto de atuação que poderia fundamentar seus atos ou prever suas atitudes ou as de seus conhecidos.

Acreditamos, pois, que o caso de Clementino Fonseca como o de tantos outros, em todos os componentes apresentados, demonstra a complexidade na qual estavam inseridos, no que concerne a atuação pública no oitocentos, analisando como particular e privado se agrupavam para formar discursos e compor argumentações. Reverberando para urgência administrativa no tocante ao recrutamento de homens livres, pobres e negros para a Guerra do Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho empreendeu um estudo sobre o recrutamento de homens negros na Província da Paraíba do Norte. Em nossas análises embasadas nas fontes produzidas pelos órgãos político-administrativos (Listas de recrutamento, correspondências, Relatórios de Presidente de Província e os Relatórios do Ministério de Estado e Negócios da Guerra, Sessão da Justiça), organizamos os três capítulos desse trabalho, no sentido de entender as práticas dos recrutadores, seus discursos e formas de abordar as necessidades de guerra.

Como a população livre, pobre e negra era cooptada para o denominado “contingente de guerra”, foi nosso principal interesse, enveredando por suas formas de integrar-se ou eximir-se do serviço ativo para a corporação. Este por ser diário e em muitas situações extenuante levava ao afastamento das famílias, dos trabalhos do cotidiano das áreas de reconhecimento geográfico.

Compreender os homens negros e os ambientes de sociabilidade e atuação no âmbito dos espaços militares, em momento adverso como a Guerra do Paraguai, ressaltando que não necessariamente a percepção sobre essas corporações (Exército, Guarda Nacional e os Corpo de Polícia) era positivada, sugere que suas experiências não foram fáceis, tampouco (a partir da consulta da bibliografia e fontes produzidas nesse período), absolutamente voluntárias.

Sendo que entendemos a Guerra do Paraguai como um laboratório de experiências sociais, no qual seus componentes integravam redes estabilizadas por trocas de favores, concessões. Tanto para os homens negros, habitualmente alvos dos recrutadores, quanto para os oficiais (resguardadas as devidas considerações), haviam interesses em jogo que ficaram mais visíveis ao longo da guerra.

Importante destacar que para os homens negros à questão da cor/condição jurídica estava sendo em voga, sua existência era demarcada por experiências forjadas em uma sociedade escravista, hierarquizada e quase sempre visto com suspeição da sua conduta como pessoa integrante da população negra, como dito, marcado por estigmas e uma visão negativa de tal grupo social. Comum no discurso dos recrutadores termos como “criminoso” e “vadio”, serviam como justificadores de horas exaustivas de trabalho e os mais baixos postos no ordenamento militar.

Em meio a esse panorama a possibilidade de liberdade para os escravizados, e de substituições para os livres da Província da Paraíba do Norte, possibilitou narrativas interessantes captadas nas fontes, homens que fugiram, que lutaram em conjunto ou mesmo que serviram como substitutos para os livres. A guerra proporcionou uma liberdade condicionada a um retorno, que poderia ou não acontecer.

Mortes, doenças, fome e mesmo o transporte inadequado em navios distanciavam os libertos ao durante a guerra de sua liberdade, contudo, mesmo nessas situações (forçados ou não), alguns vislumbravam a retribuição de seus serviços prestados.

Tentamos congregar o maior número de fontes para esse entendimento, e estamos cientes das limitações de nossas análises. Os livres, pobres e negros nem sempre são fáceis de localizar na documentação, em muitas situações não fora possível a distinção de suas cores, contudo, a documentação da Secretaria de Polícia da Paraíba foi reveladora nesse sentido, em conjunto com os relatórios ministeriais serviram a compreensão das realidades da província paraibana e de algumas outras.

Os motivos que levaram os homens negros ao cárcere e, posteriormente, ao contingente de guerra nos foram muito úteis para delimitar formas de atuação, tanto das autoridades provinciais que regulavam o recrutamento como dos próprios soldados.

Dessa forma, padrões inerentes parecidos aos praticados no cotidiano da sociedade oitocentista, escravocrata e hierarquizada, vão apresentar-se na rotina militar para os soldados negros e as autoridades, por vezes, alimentavam-se dessas práticas, constituindo parte ativa e, por vezes, estimuladora desse contexto de distinções e trocas de influências e favores.

Consideramos, pois, que as motivações que iniciaram as discussões para a realização desse trabalho, ainda continuam a nos inquietar, pretendemos aprofundar as análises em trabalhos futuros e compreender, não apenas as particularidades concernentes ao recrutamento militar durante a Guerra do Paraguai na Província da Paraíba do Norte.

Buscamos também reconhecer as estruturas fundamentais as medidas utilizadas pelo governo imperial na guerra, como os efeitos dessas normativas afetaram o cotidiano provincial para os homens e mulheres negros, e como essas questões foram assimiladas pelos habitantes e pelo governo. Sendo assim, qual a sua influência no contexto da sociedade Oitocentista, enfaticamente, nas situações relativas à população

negra, em um contexto escravista e hierarquicamente, demarcado, no tocante as formas de serviço e atuação durante os momentos da Guerra do Paraguai.

REFERÊNCIAS

OBRA DE REFERÊNCIA

DICIONÁRIOS

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

FONTES

PERÍODICOS

Jornal O Publicador. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&PagFis=7&Pesq=alagoa>.

Acesso em: 18 abr. 2018. p.3

Jornal O Publicador. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=bodocongo&pasta=ano>

%20186 . Acesso em: 14 mar. 2018. p.1.

Jornal O Publicador. Parahyba do Norte: Tip. de José Rodrigues da Costa: 1865-1870. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=Benedicto&pasta=ano>

%20186 Acesso em: 14 mar. 2018. p.1.

RELATÓRIOS DE PROVÍNCIA E MINISTERIAIS

Relatórios do Ministério da Guerra Anos: 1828-1940. Disponíveis em: Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira <http://hemerotecadigital.bn.br/relatorio-ministerio-da-guerra/720950> Acesso em: 05 mai. 2017.

Relatórios dos Presidentes de Província Anos: 1864-1870. Disponíveis em: Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930). <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 10 abr. 2017.

RELATOS DE VIAJANTES

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Tradução Luiz da Câmara Cascudo, 1942.

LEGISLAÇÃO LEIS E DECRETOS

BRASIL, Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil. Capítulo VIII, art.145. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em: 07 mai. 2017.

BRASIL, Código Criminal. Coleção de Leis do Brasil. CLBR de 1830, p. 142, v. 1 pt. 1d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm Acesso em: 28 jan. 2018.

BRASIL, Código do Processo Criminal. Coleção das Leis do Brasil. 1832. V.1., p. 186. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm Acesso em: 30 out. 2017.

Reformulação do Código do Processo Criminal. Coleção das Leis do Brasil. 1841. v. 1., p. 75. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim261.htm Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL, Decreto nº2478 de Setembro de 1859. Relatório do Ministério de Estado e Negócios da Guerra (1864-1871). IMPRESSO?

BRASIL, Poder Legislativo. Coleção de Leis do Império do Brasil – Decreto 3.371 de 7/1/1865, Página5 Vol. 1 pt I (Publicação Original).Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html)

[publicacaooriginal-73111-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html) Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL, Poder Legislativo. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 49 Vol. 1 pt I. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL, Poder Legislativo. Coleção de Leis do Império do Brasil de 31 dez. 1850 - vol. 001] (p. 314, col. 1. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/542130/publicacao/15632884> Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL, Poder Legislativo. Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL, Poder Legislativo. Coleção de Leis do Império do Brasil nº4 de 10 junho de 1835. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm Acesso em 22 jan. 2018.

ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR BISPO DUARTE – Documentos Manuscritos

Documentação do quartel da cidade de Campina Grande: Lista de recrutas apresentados para o serviço no Exército da Província da Paraíba do Norte. Caixa: 039, Ano: 1860.

Ofício remetido pelo Delegado e Segundo Suplente em exercício Clementino Cavalcanti de Albuquerque ao Sr. Dr. Chefe de Polícia da Paraíba Gervasio Campello Pires Ferreira, informando sobre a prisão de Clementino Luis da Fonseca. Caixa: 046, Data: 05 de janeiro de 1865.

Período Imperial Documentos Manuscritos. Caixa: 047. Documento enviado pelo Subdelegado do termo Manoel Nunes da Cruz ao Chefe de Polícia da Província da

Paraíba do Norte Dr. Gervasio Campelo Pires Ferreira sobre a prisão e Recrutamento de Manoel Pereira de Mello. Bananeiras, 25 de janeiro de 1865.

Período Imperial Documentos Manuscritos. Cx: 046. Documento enviado pelo delegado segundo suplente em exercício Clementino Cavalcante de Albuquerque ao Chefe de Polícia da Província da Paraíba do Norte Dr. Gervasio Campelo Pires Ferreira sobre a necessidade de um contingente específico para fazer a sentinela dos presos da vila de Alagoa Nova, 14 de fevereiro de 1865.

Província da Paraíba, 22 de novembro de 1865. Documentação da Delegacia de Polícia da Vila de Alagoa Nova, informando como procedeu a prisão de José Francisco Pereira morador da Província da Paraíba do Norte. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, CX: 046, Ano: 1865.

ARQUIVO PRIVADO MAURÍLIO DE ALMEIDA – Documentos Manuscritos

Ofício do 15º Batalhão da Guarda Nacional para o Senhor Francisco Xavier d'Andrade Comandante Superior dos Batalhões das Villas de Independência, Bananeiras e Cuité. 23 de abril de 1866.

Relação dos voluntários do Exército que foram inspecionados d'ordem do S. Ex^o o Sen. Presidente de Província em 15 de abril de 1867. [Documentação avulsa].

Documentação da Província da Paraíba do Norte referente ao Ministério do Estado e Negócios da Guerra. Relação dos Libertos (1867) [Documentação avulsa].

Relação dos Recrutas Voluntários e Libertos que existão ao depois do embarque de 27 de maio último de 1868. Documentação da Província da Paraíba do Norte referente ao Ministério do Estado e Negócios da Guerra [Documentação avulsa].

Circular da 1ª Sessão remetida pelo Palácio do Governo da Província da Paraíba do Norte, suspendendo o Tenente Coronel Comandante do Batalhão nº 7 da Guarda Nacional da freguesia de Taipú Manoel [...] Falcão. 30 dez. 1868.

Circular da 1ª Sessão remetida pelo Palácio do Governo da Província da Paraíba do Norte, suspendendo o Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional dos municípios de Alagoa Nova e Alagoa Grande, Bacharel Francisco Ignacio de Souza Gouvêa.

Circular da Câmara dos deputados no Rio de Janeiro 11 de Junho de 1869. [Documentação avulsa].

Ministério de Estado e Negócios da Guerra, Repartição do Ajudante General, Rio de Janeiro 8 jul. 1869.

Circular do Ministério dos Negócios da Justiça, Rio de Janeiro 9 de Julho de 1869 para que fosse cumprida pelo Palácio do Governo da Parahyba, datado de 24 de julho de 1869. [Documentação avulsa].

PORTAIS NA INTERNET/SITES

Portal do Exército Brasileiro – 3ª Companhia de Infantaria de Combate Motorizada. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/o-acampamento-de-instrucao-individual-basica/8357041 Acesso em: 22 mar. 2017

Portal do Departamento de Educação e Cultura do Exército. Disponível em: <http://www.decex.eb.mil.br/ultimas-noticias/2-uncategorised/102-historia-do-exercito> Acesso em: 21 jan. 2019.

BIBLIOGRAFIA E TEXTOS DIGITAIS

ANKERSMITH, F.R. **A escrita da história: A natureza da representação histórica.** Tradução Jonathan Menezes et al. Londrina: Edel, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n.12, mai/ago/2012, pp.129/159. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414> Acesso em: 22 jan. 2019.

BAHIENSE DA SILVA, Carlos Leonardo. **Doutores e canhões: o corpo de saúde do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870).** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012. 359 f.
 _____ Bisturis, lancetas e torniquetes: a cirurgia militar brasileira durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). In: **XV Encontro Regional de História - Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa**, 2012, Rio de Janeiro.
 _____ Lancetas e bisturis em movimento: cirurgia na Guerra do Paraguai (1864-1870). In: GOMES, Flávio dos Santos.; PIMENTA, Tânia. (Org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil.** Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, v.1.

BARBOSA, Janyne Paula Pereira Leite. **Uma guerra sangrenta, epidêmica e doente: espaços de cura e cotidiano médico na Guerra do Paraguai (1864-1870).** Dissertação Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em História – UFPB, 150 f., 2018.

BARRATA, María Victoria. La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina. **hist. historiogr.** Ouro preto, n. 14 abril, 2014, p. 98-115. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/614/451> Acesso em: 20 maio 2018.

BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 32,2. ° sem estre de 1991, p. 49-61. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-32/426-ocrime-na-historiografia-brasileira-uma-revisao-da-pesquisa-recente/file> Acesso em: 28 jan. 2018.

BRÜGGEMAN, Adelson André. “Nas camadas ínfimas da sociedade”: a composição do Exército brasileiro no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. **Revista Catarinense de História.** Florianópolis, n.19, p.139 143, 2011. Disponível em:

http://www.anpuhsc.org.br/rev%20front%2019%20vers%20fin/f19%20resenha2_adelso_n%20bruggemann.pdf Acesso em: 23 dez. 2014.

CAPDEVILA, Luc. O gênero da nação nas gravuras da imprensa de guerra paraguaia: Cabichuí e El Centinela, 1867-1868. **Artcultura**: Revista de História, Cultura e Arte, v.9, n. 14, 2007 – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 9-21.

CARVALHO, Daniela, Vallandro de. Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: Meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (Guerra Civil Farroupilha, séc. XIX). In: MUGGE, Miquéias H. COMISSOLI, Adriano. (Orgs.) **Homens e Armas**: Recrutamento militar no Brasil – Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 113-144.

CASTRO, Celso; IZECKSONHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSONHN, Vitor, KRAAY, Hendrick (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.11-42.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Uniformes da Guerra do Paraguai. Rede de Memória Virtual Brasileira, Rio de Janeiro, S/D. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf> Acesso em: 14 fev. 2019.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Nacional, 1977.

CATROGA, Francisco. **Pátria e Nação**. Universidade de Coimbra. 2014.p.13-34. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf> Acesso em: 10 fev. 2019.

CHALHOUB, Sidney. Costumes Senhoriais. In: _____ **Trabalhadores na Cidade**: cotidiano e cultural no Rio de Janeiro e em São Paulo, Séculos XIX e XX. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p.24-62.

_____. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio Americano**: A Guerra do Paraguai. São Paulo. Editora Brasiliense, 1979.

COSTA, Lidiana Justo da. **Cidadãos do Império, Alerta!** A Guarda Nacional na Paraíba Oitocentista (1831-1850). 2013.173 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da Democracia Racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**. 2005, p. 116-131. Disponível em:

http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/10_di_logos_latinoamericanos/mito_democracia.pdf Acesso em: 14 fev. 2019.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

_____. **Perfis Brasileiros**: General Osório. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. Crimes e Punições na Guerra do Paraguai (1864-1870). **Anais do Simpósio Nacional de História/ANPUH-Brasil**. Fortaleza, 2009.

_____. **A História Esquecida da Guerra do Paraguai**: fome, doenças e penalidades. Campo Grande/MS: Editora/UFMS, 2014. v. 01.

FARGE, Arlette. **Lugares para História**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 [1997].

FARIAS Aluísio Gonçalves de. O Exército Brasileiro Frente aos Improvisos do Cenário da Guerra com o Paraguai: Surgem o 21 de Infantaria. **Revista Territórios e Fronteiras** v.2, n.2, Jul/Dez 2009.

FERRER, Francisca Carla Santos. **Entre a liberdade e a Escravidão na Fronteira Meridional do Brasil**. Estratégias e Resistências dos Escravos na Cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888. 2011. 278 p. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo (USP) 2011.

_____. Brasil e Uruguai: a “fronteira viva” como estopim para a eclosão da guerra do Paraguai. **Historiæ**, Rio Grande, 1 (3): p.29-36, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/viewFile/2374/1263> Acesso em: 22 maio 2018.

_____. A (Re)organização do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, 17: 121-130 2005. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/101/56> Acesso em: 12 abr. 2015.

FERTIG, André. A Guarda Nacional como instrumento Político-Clientelista. In: _____. **Clientelismo político em tempos belicosos**: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p. 17-101.

FERTIG, André; VINCENSI, Ismael. A escrita da história militar da Guerra do Paraguai: o exemplo de Emilio Carlos Jourdan. **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 22, p. 123-132 – 2015. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig22/dossie/N22_dossie10.pdf Acesso em: 22 ago. 2018.

FORTUNATO, Wuendisy.; MARIANO, Serioja R. C. Artes de Curar em combate: Medicina e Curandeirismo na Paraíba Imperial (1880 – 1889). **II Encontro Nacional de História Política**, 2017, João Pessoa. Disponível em: <uece.br/eventos/qthpanpuh/anais/trabalhos.../298-40005-06052017-235450.docx> Acesso em: 14 jun. 2018.

GOIZ, Juliana de Almeida Martins. Um crime de cor, do sistema penal racista ao tribunal racial: reflexões sobre a condenação de Preto Amaral em 1927. **Aedos**, Porto

Alegre, v. 9, n. 20, p. 164-181, ago. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/70827/43220> Acesso em: 22 mai. 2018.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Tradução Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p.17-278.

GRENDI, Edoardo. “Micro-análise e História Social”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 19-38.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. Causas inveteradas: a criminalidade na província da Paraíba do Norte. **Documentação e Memória**/TJPE, Recife, PE, v.1, n.2, 33-48, jan./dez.2009. Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/judiciario/didoc/Memorial/revista/revista012010/4_CausasInveteradas.pdf Acesso em: 25 abr. 2018.

HARKOT-DE-LA-TAILLE. Elizabeth.; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre Escravos e Escravizados: Percursos Discursivos da Conquista da Liberdade. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS). Dilemas e Desafios na Contemporaneidade**. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf Acesso em: 14 mar. 2019.

IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia**. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002. v.1. 202 p.
_____. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. **Topoi** (Rio J.) vol.4 no.6 Rio de Janeiro Jan./Jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2003000100047 Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. A Guerra do Paraguai. In: Ricardo Salles; Keila Grinberg (Org.). **O Brasil Imperial Vol II**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, p. 385-424.

KRAAY, Hendrik. “O Abrigo da Farda”: O Exército Brasileiro e os escravos fugidos, 1800 – 1801. **Afro-Ásia**. Salvador, v.17.1996, p.29-56.
_____. Os Companheiros de Dom Obá: Os Zuavos Baianos e outras Companhias Negras na Guerra do Paraguai. **Afro-Ásia**, 46 (2012), 121-161.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, 2014, v20. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf Aceso em: 25 dez. 2017.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: ed. Brasileira, 2006.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. Revista **História em Reflexão**: Vol. 2 n. 4

– UFGD - Dourados jul. /dez. 2008. Disponível em: http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/julho_dez_2008/arquivos/a-historia-militarnotas-sobre-o-desenvolvimento-do-campo-e-a-contribuicao-da-historia-cultural Acesso em: 08 nov. 2015.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MEIRA, Lis de Araújo. **O Exército(...) é Coisa do Rebotalho da Nação: Recrutamento Militar e Manutenção da Ordem no Brasil (1840-1852)**. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa, 2018.

MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial** – Belo Horizonte, Argvmentvm, 2010.

MORAIS, Ronaldo Queiroz. Esboço Crítico da Historiografia Militar Brasileira. **Escritas**. Vol.5 n.1, 2013, p.3-30. Disponível em: <http://revistahistoriauft.files.wordpress.com/2013/08/artigo14.pdf>. Acesso: 15 ago. 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Voluntários Negros da Pátria: O Recrutamento de Escravos e Libertos na Guerra do Paraguai. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Gente de Guerra e Fronteira: Estudos de História Militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p. 175-198.

MUGGE, Miquéias Henrique. Qualificado e Qualificador: Guarda Nacional, Alemães e seus Descendentes (SÃO LEOPOLDO/RS - 1850-1870). **X Encontro Estadual de História – O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras entre o Regional e o Nacional**. Santa Maria – UFSM, 2010, p.1-15. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279407758_ARQUIVO_ANPUH_final.pdf Acesso em: 22 abr. 2016.

MUNHOZ, Patrícia. “A Vingança de um Recruta”: a Guerra do Paraguai contada por um baiano voluntário. Terra roxa e outras terras – **Revista de Estudos Literários** Volume 21 (set. 2011) p. 1-136. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroixa/g_pdf/vol21/TRvol21b.pdf Acesso em: 22 jun. 2018.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. O Periodismo e a Construção da Identidade Nacional Paraguaia no Decurso e no Pós-Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). **Fronteiras: Revista de História** | Dourados, MS | v. 18 | n. 31 | p. 393 - 414 | jan. / Jun. 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/5476/2820> Acesso em: 22 fev. 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Amaral. Os Modelos Penitenciários no Século XIX. **Revista Virtú- UFJF**. 6ª Edição. 2007. p.1-14. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/edicoes-antiores/sexta/> Acesso em: 24 abr. 2018.

OLIVEIRA, Priscila Roatt de. **Os Lugares de Produção da História Militar: Historiadores Militares no Estado Novo**. 2015. 129 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), João Pessoa, 2015.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf Acesso em: 14 jan. 2017.

PEIXOTO, Tayná Cavalvanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)**. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em História. 2017.

RAMALHO NETO, Jaime P. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. **Afro-Ásia** no.45 Salvador 2012.

RABELO, Juliana Dantas. **Recrutamento militar na província da Paraíba do Norte durante os anos iniciais da Guerra do Paraguai (1864-1865)**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014. _____ Resistência ao Recrutamento Militar na Província da Paraíba do Norte durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). **XVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434413390_ARQUIVO_ARTIGO_ANPUHJULIANADANTASRABELO.pdf Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **Relações de poder e recrutamento militar na Paraíba durante a guerra do Paraguai (1864-1870)**. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em História. 2017.

ROCHA, Ilana Peliciari. De “Escravos da Nação” a “Libertos da Nação”: O Período de Inspeção do Estado, 1871-1876. **XXI Encontro Regional de História-ANPUH-MG**. História, Democracia e Resistências. Agosto de 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.mg.anpuh.org/resources/anais/8/1533476859_ARQUIVO_ila_naanphu2018.pdf Acesso em: 22 fev. 2019.

ROCHA, Solange P. **Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828-1888**. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História – UFPE. 2001.

_____. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual**. 2007. 424 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (In)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (A participação da Bahia no Conflito)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_os_in_voluntarios_da_patria_na_guerra_do_paraguai_a_participacao_da_bahia_no_conflito.pdf Acesso em: 12 jun. 2018.

SANTOS, André Carlos dos. A Lei da Morte: A pena capital aplicada aos escravos no Brasil Imperial. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São

Paulo, nº42, jun. 2010, p. 1-11. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao42/materia04/txto04.pdf> Acesso em 22 mar. 2019.

SANTOS, Orlando Bispo dos. Alistamento de Escravos Negros no Exército Brasileiro: Guerra do Paraguai 1864-1870. **III Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades** (CONINTER 3). Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014, n.3, v. 9, p. 96-108. Disponível em: <http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2009/08.%20SANTOS.pdf> Acesso em: 23 out. 2017.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. **Os militares na colônia**: Uma análise das forças armadas na capitania da Paraíba (1755-1799). TCC (Graduação em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, Edson. Índios no Nordeste: história e memórias da Guerra do Paraguai. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 19, n.3, p. 1043-1063, set. Dez. /2015. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/Diologos/article/download/33730/pdf Acesso: 14 maio 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei P. da. **O Miserável Soldo e a Boa Ordem da Sociedade Colonial** – Militarização e Marginalização na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII. Prefeitura da Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros Patriotas, Raça e Identidade Social na Formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCÓS, István. (Org.) **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuf; FAPESP, 2003.p.497-520.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. R. **Faced**, Salvador, n.14, p.39-53, jul. /dez. 2008. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3007/2653> Acesso em: 15 mai. 2018.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a Liturgia e o Salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. UFPE, 2013.

_____. “Uma Autoridade na Porta das Casas”: os inspetores de quartirão e o policiamento no Recife do Século XIX (1830-1850). **Saeculum** Revista de História [17]; João Pessoa, jul/ dez. 2007 Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11382/6496> Acesso em: 22 abr. 2018.

SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SOARES, Joice de Souza As Reformas Policiais de 1841 e suas consequências para a Secretaria de Polícia da Corte: um estudo sobre o processo de construção e legitimidade da instituição policial. XV Encontro Regional de História – Ofício do Historiador:

Ensino e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2012. p. 1-10. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338398026_ARQUIVO_A_NPUH2012.pdf Acesso em: 5 mar. 2019.

TAMOME, Natalia. Relações Econômicas Entre Brasil e Estados Unidos na Primeira Metade do Século XIX. **Saeculum** - Revista de História [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/19820/10955> Acesso em: 14 jun. 2018.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 29-62. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722/1706> Acesso em 24 fev. 2019.

TORAL, André. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estud. av.**[online]. 1995, vol.9, n.24, pp.287-296. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200015> Acesso em: 22 jan. 2018.

TOLEDO, Edilene. O “Silêncio de Marx” e a historiografia: marxismo renovado, antropologia, classe e consciência de classe na obra de Edward Thompson. **Projeto História**, São Paulo, n. 48, dez. 2013. p. 1-22. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/20697/15257> Acesso em: 14 mar. 2017.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 3. Ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TRINDADE, Cláudia Moraes. Para além da ordem: o cotidiano prisional da Bahia oitocentista a partir da correspondência de presos. **História**, São Paulo, 28 (2): 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/13.pdf> Acesso em: 24 abr. 2018.

VIEIRA, Miriam Steffen. Concepções de Violência Sexual e Direitos das Mulheres: do “Defloramento” ao “Estupro”. V. IV, n.º7/8. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago. /Dez 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/1195/989> Acesso em: 30 out. 2017.

WINTER, Murillo Dias. **Imprensa periódica e a construção da identidade Oriental** (Província Cisplatina – 1821-1828). Porto Alegre, RS- Editora Fi, 2018.